UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

TIAGO DELÁCIO DE OLIVEIRA E SILVA

A DISPUTA PELO USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NAS CAPITAIS BRASILEIRAS PELAS MANIFESTAÇÕES CONTRA E A FAVOR DO *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF

Recife
2020

TIAGO DELÁCIO DE OLIVEIRA E SILVA

A DISPUTA PELO USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NAS CAPITAIS BRASILEIRAS PELAS MANIFESTAÇÕES CONTRA E A FAVOR DO *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Planejamento e Gestão

Orientadora: Prof.ª. Drª. Cristina Pereira de Araujo

Recife
2020

Catalogação na fonte
Bibliotecária Andréa Carla Melo Marinho, CRB-4/1667

S586d Silva, Tiago Delácio de Oliveira e

A disputa pelo uso de espaços públicos nas capitais brasileiras pelas manifestações contra e a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff / Tiago Delácio de Oliveira e Silva. – Recife, 2020.

191 f.: il.

Orientadora: Cristina Pereira de Araújo.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2020.

Inclui referências.

1. Espaço intraurbano. 2. Segregação socioespacial. 3. Novos movimentos sociais urbanos. I. Araújo, Cristina Pereira de (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2020-154)

TIAGO DELÁCIO DE OLIVEIRA E SILVA

A DISPUTA PELO USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NAS CAPITAIS BRASILEIRAS PELAS MANIFESTAÇÕES CONTRA E A FAVOR DO *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 18/02/2020.

BANCA EXAMINADORA

_____

Professora Doutora Cristina Pereira de Araujo (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Professora Doutora Maria de Jesus Britto Leite (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Professor Doutor Marcelo Pedroso Holanda de Jesus (Examinador externo)
Universidade Católica de Pernambuco

_____

Professor Doutor Adauto Gomes Barbosa (Examinador externo)
Instituto Federal de Pernambuco

A Cecília, Levi e Felipe pela única razão de ser.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa começa a partir da necessidade de entender o outro e suas ideias contrárias diante do espaço urbano. Por isso, agradeço a todos os conhecidos ou anônimos que percorreram ao meu lado as ruas do Recife nas dezenas de manifestações políticas e compartilharam diante da chuva, do calor e da lágrima o desejo de um país mais humano.

Agradeço à universidade pública e gratuita, sem ela eu e milhões de brasileiros não teriam acesso ao ensino superior e, posteriormente, à pós-graduação. A existência das universidades federais no país afora dá não apenas educação, mas cidadania, pesquisa e percepção de nação para os que sabem o valor da palavra soberania.

Toda pesquisa é um acúmulo, mas há momentos de sinergia que ativam ideias e necessidades de contribuir com algo estimulante. Faço dois agradecimentos especiais, o primeiro a Leon Delácio que, ao compartilhar sua trajetória dentro do MDU, estimulou que também pudesse chegar no final desta dissertação. Seu zelo pela coisa pública, seu valor à academia e sua perseverança foram fontes de inspiração constante para minha trajetória. O outro agradecimento é a descoberta da gigantesca generosidade de Cristina Araujo, sua disposição ao debate em sala de aula e na rua, a experiência do Laboratório de Espaço e Política – LEP e a confiança em seus orientandos são chaves preciosas do processo didático que nos faz acreditar que a educação transforma.

Agradeço a minha família, que me apoiou nessa empreitada dando suporte afetivo em todos os momentos, ao mestre Lula que me ensinou tudo que precisa ter valor, a minha querida mãe Silvana Delácio que sempre margeou as artes e o imaginário literário e que ambos sempre caminharam ao meu lado se fazendo perceber o verdadeiro significado da palavra família; à minha esposa, Ana Maria Porto, seu companheirismo, amizade, compreensão, amor e sensibilidade que sempre será meu combustível para conhecer melhor o outro; aos três anjos de luz que provam que teremos melhores homens e mulheres no futuro: a minha amada filha Cecília e a chegada do meu amado caçula Felipe, também, ao meu parceiro e afilhado Levi Delácio e sua mamãe Luciana Cabral; a todos meus queridos familiares (família Delácio e família Silva), em nome das minhas queridas avós (Isa Delácio e Maria Aurora, ambas *in memoriam*) e na pessoa da minha tia-mãe Rosana

Delácio. Aos amigos-irmãos Rafael Buda, Luiz Neto, João Victor, Bruno Cabús e André Costa pelo companheirismo e alegria, aos valorosos conselhos da minha turma DURM 05-2, principalmente Alisson do Carmo, João Paulo e Larissa Santos que leram, opinaram e acrescentaram ao trabalho, aos professores do MDU nas pessoas de Ruskin Freitas, Norma Lacerda e Luis de La Mora (*in memoriam*), a minha banca de defesa desta dissertação além de Cris, a professora Maria de Jesus Britto Leite, Juju, Marcelo Pedroso e o professor Adauto Gomes; a equipe técnica do MDU na pessoa de Renata Albuquerque e aos amigos do Fisco Atitude do Município do Ipojuca, por toda compreensão nesta trajetória.

E, sempre, agradeço e venero a Deus, essa força da natureza que nos leva como um sopro ao imprevisível e a energia feminina de Nossa Senhora que protege nossos caminhos pelos espaços.

“Nada pode ser amado ou odiado sem antes ser compreendido.”

(Leonardo da Vinci)

RESUMO

Esta dissertação se propôs abordar o uso dos espaços públicos pelos movimentos organizados que conduziram milhares de pessoas às ruas entre março de 2015 e março de 2016 e que culminou no *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Parte da premissa que embora a organização dessas manifestações tenha ocorrido através das redes sociais foi na apropriação do espaço público pelos respectivos grupos que elas se concretizaram. Os protestos ocorreram em todas as capitais do País e um fato curioso foi a escolha dos lugares, dos espaços públicos, pelos grupos que apoiavam a permanência da Presidenta de um lado, e por outro lado, daqueles que conclamavam seu afastamento. Para esta análise foi realizado um levantamento bibliográfico, sob uma base semântica da relação política e segregação a fim de perceber a sua espacialização nas 27 capitais do Brasil. Para atingir seu propósito, a pesquisa se dividiu em três partes: *i) o espaço é político; ii) os novos movimentos sociais no Brasil em uma perspectiva histórica; iii) a cartografia do golpe.* As pesquisas formuladas, confirmou o modus operandi da estrutura urbana das capitais, quando o primeiro grupo teve seu espaço de manifestação associado ao centro principal das cidades à medida que os grupos que exigiam a retirada da Presidenta se ocuparam dos espaços identificados com a reprodução do capital financeiro e/ou moradia das elites.

Palavras-chave: Espaço Intraurbano. Segregação Socioespacial. Novos movimentos sociais urbanos.

RESUMEN

Esta disertación propuso abordar el uso de espacios públicos por parte de movimientos organizados que llevaron a miles de personas a las calles entre marzo de 2015 y marzo de 2016 y culminaron con la destitución de la presidenta Dilma Rousseff. Parte de la premisa de que si bien la organización de estos eventos se llevó a cabo a través de las redes sociales, fue en la apropiación del espacio público por parte de los respectivos grupos. Las protestas tuvieron lugar en todas las capitales del país y un hecho curioso fue la elección de lugares, espacios públicos, por parte de los grupos que apoyaron la presencia del Presidente, por un lado, y, por otro lado, aquellos que solicitaron su expulsión. Para este análisis, se realizó una encuesta bibliográfica, basada en una base semántica de la relación política y la segregación con el fin de comprender su espacialización en las 27 capitales de Brasil. Para lograr su propósito, la investigación se dividió en tres partes: i) el espacio es político; ii) los nuevos movimientos sociales en Brasil desde una perspectiva histórica; iii) el mapeo del golpe. Las investigaciones formuladas confirmaron el modus operandi de la estructura urbana de las capitales, cuando el primer grupo tenía su espacio de manifestación asociado con el centro principal de las ciudades, ya que los grupos que exigían la destitución del presidente ocupaban los espacios identificados con la reproducción de la capital. financiera y / o vivienda de las élites.

Palabras clave: Espacio intraurbano. Segregación socioespacial. Nuevos movimientos sociales urbanos.

ABSTRACT

This dissertation proposed to study the use of public spaces by organized movements that lead thousands of people to the streets between March 2015 and March 2016 and that culminated in the impeachment of President Dilma Rousseff. Starts from the premise that although the organization of these events has occurred through social networks was the appropriation of public space by the respective groups they materialized. The protests took place in all the capitals of the country and a curious fact was the choice of places, public spaces, by the groups that supported the presence of the President on the one hand, and on the other hand, those who called for her Impeachment. For this analysis, a bibliographic survey was carried out, based on a semantic basis of the political relationship and segregation in order to understand its spatialization in the 27 capitals of Brazil. To achieve its purpose, the research was divided into three parts: i) the space is political; ii) the new social movements in Brazil from a historical perspective; iii) the mapping of the coup, when the first group had its place of demonstration associated with the center of the cities as the groups that demanded the impeachment of the President occupied the spaces identified with the reproduction of the financial capital and / or housing of the elites.

Keywords: Intra-urban space. Socio-spatial segregation. New urban social movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Família nos protestos com a babá, Rio de Janeiro, 13/03/2016 24
Figura 2 - Pato de Tróia na Paulista – SP, 13/12/2015 25
Figura 3 - Capa do Jornal Tribuna 60
Figura 4 - Capa do Jornal Tribuna 60
Figura 5 - Capa do Jornal O Dia, 03/04/1964 62
Figura 6 - Capa do Jornal do Brasil, 19/03/1964 62
Figura 7 - Capa do Correio da Manhã, 27/06/1968 65
Figura 8 - Capa do Jornal do Brasil, 27/06/1968 65
Figura 9 - Capa do jornal Folha de São Paulo, 30/09/1992 66
Figura 10 - Capa do Jornal O Globo, 27/06/1968 66
Figura 11 - Capa da Revista Veja, 29/09/1992 67
Figura 12 - Manifestação na Avenida Rio Branco, Rio de janeiro, 29/09/1992 68
Figura 13 - Manifestação na Avenida Conde da Boa Vista, Recife, 28/09/1992 ... 68
Figura 14 - Manifestação nas ruas de São Paulo, junho de 2013 73
Figura 15 - Manifestação nas ruas de São Paulo, agosto de 2013 73
Figura 16 - Imagens ao vivo realizada por manifestante pelo celular 74
Figura 17 - Capa Folha de São Paulo, 16/03/2015 79
Figura 18 - Capa Folha de São Paulo, 13/04/2015 79
Figura 19 - Capa O Estado de São Paulo, 16/03/2015 80
Figura 20 - Capa Folha de São Paulo, ... 80
Figura 21 - Capa Folha de São Paulo, 14/03/2016 80
Figura 22 - Capa Folha de São Paulo, 17/08/2015 80
Figura 23 - Capa O Estado de São Paulo, 13/04/2015 81
Figura 24 - Capa O Estado de São Paulo, 17/08/2015 81
Figura 25 - Capa O Estado de São Paulo, 14/12/2015 81
Figura 26 - Capa O Estado de São Paulo, 14/03/2016 81
Figura 27 - Capa O Globo 16/03/2015 82
Figura 28 - Capa O Globo 13/04/2015 82
Figura 29 - Capa O Globo 17/08/2015 82
Figura 30 - Capa O Globo 14/12/2015 82
Figura 31 - Capa O Globo 14/03/2016 83

Figura 33 - Mapa 1 – Mapa de Renda por bairro de Rio Branco 101
Figura 34 - Imagem de satélite de Rio Branco e o percurso das manifestações. 103
Figura 35 - Mapa da Renda por bairro de Macapá..... 104
Figura 36 - Imagem de satélite de Macapá e o percurso das manifestações..... 105
Figura 37 - Mapa da Renda por bairro de Manaus..... 107
Figura 38 - Imagem de satélite de Manaus e seu percurso 108
Figura 39 - Imagem de satélite de Manaus e o percurso das manifestações..... 108
Figura 40 - Mapa 4 – Mapa da Renda por bairro de Belém 110
Figura 41 - Imagem de satélite de Belém e o percurso das manifestações 111
Figura 42 - Mapa 5 – Mapa da Renda por bairro de Porto Velho 112
Figura 43 - Imagem de satélite de Porto Velho e o percurso das manifestações 113
Figura 44 - Mapa 6 – Mapa da Renda por bairro de Boa Vista..... 115
Figura 45 - Imagem de satélite de Boa Vista e o percurso das manifestações ... 116
Figura 46 - Mapa 7 – Mapa da Renda por bairro de Palmas 117
Figura 47 - Imagem de satélite de Palmas e o percurso das manifestações..... 118
Figura 48 - Mapa 8 - Mapa de Renda por bairro de Maceió..... 120
Figura 49 -Imagem de satélite de Maceió e o percurso das manifestações 121
Figura 50 - Mapa 9 - Mapa de Renda por bairro de Salvador..... 123
Figura 51 - Imagem de satélite de Salvador e o percurso das manifestações 124
Figura 52 - Mapa 10 - Mapa de Renda por bairro de Fortaleza..... 126
Figura 53 - Imagem de satélite de Fortaleza e o percurso das manifestações.... 127
Figura 54 - Mapa 11 - Mapa de Renda por bairro de São Luís..... 128
Figura 55 - Imagem de satélite de São Luís e o percurso das manifestações 129
Figura 56 - Mapa 12 - Mapa de Renda por bairro de João Pessoa 131
Figura 57 - Imagem de satélite de João Pessoa e seu percurso 132
Figura 58 - Mapa 13 - Mapa de Renda por bairro de Recife..... 133
Figura 59 - Imagem de satélite de Recife e o percurso das manifestações 135
Figura 60 - Mapa 14 - Mapa de Renda por bairro de Teresina..... 136
Figura 61 - Imagem de satélite de Teresina e o percurso das manifestações..... 137
Figura 62 - Mapa 15 - Mapa de Renda por bairro de Natal..... 139
Figura 63 - Imagem de satélite de Natal e o percurso das manifestações 140
Figura 64 - Mapa 16 - Mapa de Renda por bairro de Aracajú..... 141
Figura 65 - Imagem de satélite de Aracajú e o percurso das manifestações 142

Figura 66 - Mapa 17 - Mapa de Renda por bairro de Goiânia..... 144
Figura 67 - Imagem de satélite de Goiânia e o percurso das manifestações 145
Figura 68 - Mapa 18 - Mapa de Renda por bairro de Cuiabá..... 146
Figura 69 - Imagem de satélite de Cuiabá e o percurso das manifestações 147
Figura 70 - Mapa 19 - Mapa de Renda por bairro de Campo Grande 149
Figura 71 - Imagem de satélite de Campo Grande e seu percurso 150
Figura 72 - Mapa 20 - Mapa de Renda por bairro de Brasília 152
Figura 73 - Imagem de satélite de Brasília e o percurso das manifestações..... 153
Figura 74 - Mapa 21 - Mapa de Renda por bairro de Vitória..... 154
Figura 75 - Imagem de satélite de Vitória e o percurso das manifestações 156
Figura 76 - Mapa 21 - Mapa de Renda por bairro de Belo Horizonte 157
Figura 77 - Imagem de satélite de Belo Horizonte e seu percurso 159
Figura 78 - Mapa 22 - Mapa de Renda por bairro de São Paulo 160
Figura 79 - Imagem de satélite de São Paulo e o percurso das manifestações .. 163
Figura 80 - Imagem de satélite de Rio e o percurso das manifestações 164
Figura 81 - Mapa 23 - Mapa de Renda por bairro de Rio de Janeiro..... 165
Figura 82 - Mapa 24 - Mapa de Renda por bairro de Curitiba..... 167
Figura 83 - Imagem de satélite de Curitiba e o percurso das manifestações 168
Figura 84 - Mapa 25 - Mapa de Renda por bairro de Porto Alegre 170
Figura 85 - Imagem de satélite de Porto Alegre e o percurso..... 171
Figura 86 - Mapa 26 - Mapa de Renda por bairro de Florianópolis..... 172
Figura 87 - Imagem de satélite de Florianópolis e seu percurso..... 174

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Data dos protestos 21
Tabela 2 - Dados demográficos da capital Rio Branco 100
Tabela 3 - Dados demográficos da capital Macapá 103
Tabela 4 - Dados demográficos da capital Manaus 106
Tabela 5 - Dados demográficos da capital Belém 109
Tabela 6 - Dados demográficos da capital Porto Velho 111
Tabela 7 - Dados demográficos da capital Boa Vista 114
Tabela 8 - Dados demográficos da capital Palmas 116
Tabela 9 - Dados demográficos da capital Maceió 119
Tabela 10 - Dados demográficos da capital Salvador 122
Tabela 11 - Dados demográficos da capital Fortaleza 124
Tabela 12 - Dados demográficos da capital São Luís 127
Tabela 13 - Dados demográficos da capital João Pessoa 130
Tabela 14 - Dados demográficos da capital Recife 132
Tabela 15 - Dados demográficos da capital Teresina 135
Tabela 16 - Dados demográficos da capital Natal 138
Tabela 17 - Dados demográficos da capital Aracajú 140
Tabela 18 - Dados demográficos da capital Goiânia 143
Tabela 19 - Dados demográficos da capital Cuiabá 145
Tabela 20 - Dados demográficos da capital Campo Grande 148
Tabela 21 - Dados demográficos da capital Brasília 150
Tabela 22 - Dados demográficos da capital Vitória 153
Tabela 23 - Dados demográficos da capital Belo Horizonte 156
Tabela 24 - Dados demográficos da capital São Paulo 159
Tabela 25 - Dados demográficos da capital Rio de Janeiro 163
Tabela 26 - Dados demográficos da capital Curitiba 166
Tabela 27 - Dados demográficos da capital Porto Alegre 169
Tabela 28 - Dados demográficos da capital Florianópolis 171
Tabela 29 - Apêndice - Relação do PIB versus locais das manifestações 181
Tabela 30 - Apêndice - Manifestações (13/03/2015 e 15/03/2015) 182
Tabela 31 - Apêndice - Manifestações (15/04/2015 e 12/04/2015) 183

Tabela 32 - Apêndice - Manifestações (20/08/2015 e 16/08/2015)..... 184
Tabela 33 - Apêndice - Manifestações (16/12/2015 e 13/12/2015)..... 185
Tabela 34 - Apêndice - Manifestações (18/03/2016 e 13/03/2016)..... 186

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....18

2 O ESPAÇO É POLÍTICO.....27

2.1 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO.....27

2.2 A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA.....30

2.3 O ESPAÇO PÚBLICO É POLÍTICO.....42

3 **OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA**.....**49**

3.1 AS MANIFESTAÇÕES E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL.....49

3.2 A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO PELA MÍDIA.....57

3.3 2013, O ANO QUE NÃO TERMINOU.....69

3.4 O PAPEL DA MÍDIA NO *IMPEACHMENT* DE 2016 76

3.5 A CLASSE MÉDIA SAI ÀS RUAS 83

4 A CARTOGRAFIA DO GOLPE.....**95**

4.1 AS CAPITAIS 100

4.1.1 *Região Norte* 100

4.1.1.1 Rio Branco (Acre), sem a força econômica para separar a cidade.....100

4.1.1.2 Macapá (Amapá), a orla no rio é o caminho da alta renda 103

4.1.1.3 Manaus (Amazônia), o centro-sul a caminho do Anfiteatro.....106

4.1.1.4 Belém (Pará), um rio de todas as diferenças 109

4.1.1.5 Porto Velho (Rondônia), o norte sobre a força da elite econômica.....111

4.1.1.6 Boa Vista (Roraima), a pequena cidade às margens do rio.....114

4.1.1.7 Palmas (Tocantins), o centro da Praça dos Girassóis.....116

4.1.2 *Região Nordeste.*.....119

4.1.2.1 Maceió (Alagoas), é na praia que se segrega.....119

4.1.2.2 Salvador (Bahia), cidade baixa versus cidade alta 122
4.1.2.3 Fortaleza (Ceará), cidade da “dancinha do impeachment” 124
4.1.2.4 São Luís (Maranhão), a ilha dos segregados 127
4.1.2.5 João Pessoa (Paraíba). O surgimento de uma classe de alta renda 129
4.1.2.6 Recife (Pernambuco), cidade roubada 132
4.1.2.7 Teresina (Piauí), a disputa por pouca renda 135
4.1.2.8 Natal (Rio Grande do Norte), a praia é no centro 138
4.1.2.9 Aracajú (Sergipe), a beira-mar versus o centro 140
4.1.3 *Região Centro-Oeste* 143
4.1.3.1 Goiânia (Góias), o planejamento aproxima os diferentes 143
4.1.3.2 Cuiabá (Mato Grosso), o planejamento reconecta os desiguais 145
4.1.3.3 Campo Grande (Mato Grosso do Sul), o mesmo lugar de se manifestar 148
4.1.3.4 Brasília (Distrito Federal), a negação da cidade 150
4.1.4 *Região Sudeste* 153
4.1.4.1 Vitória (Espírito Santo), a melhor capital para a alta renda 153
4.1.4.2 Belo Horizonte (Minas Gerais), o centro político 156
4.1.4.4 Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), sol, mar e bíblia 163
4.1.5 Região Sul 166
4.1.5.1 Curitiba (Paraná), o epicentro da política 166
4.1.5.2 Porto Alegre (Rio Grande do Sul), longe da praia, longe do povo 169
4.1.5.3 Florianópolis (Santa Catarina), a capital conservadora por natureza 171
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS **175**
REFERÊNCIAS **187**

1 INTRODUÇÃO

Para muitos, algo mudou no Brasil a partir das manifestações contra o aumento das passagens dos ônibus em junho de 2013. As cidades foram tomadas por indignados numa escalada que começou com as Jornadas de Junho de 2013 e terminou com a deposição da primeira Presidenta mulher do Brasil em 2016. Como um roteiro de uma série audiovisual, a política nacional começou a ser escrita por milhares de mãos que filmaram quadro a quadro cada episódio: os atores foram convocados pelas redes sociais, o figurino foi a camisa verde-amarela da seleção brasileira, as locações das cenas foram avenidas e ruas bem largas, parques arborizados em dias ensolarados para agradar o espectador. Centenas de câmeras profissionais escolhiam o melhor ângulo e a melhor imagem para traduzir a emoção evocada das ruas, a ação era exibida no horário nobre da televisão, mas também milhares de câmeras amadoras e celulares se encarregavam de transmitir com emoção as imagens partilhadas nas redes digitais. Não se pode olvidar dos jornais e revistas legitimando ainda mais os atos contra o inimigo, os grampos vazados para a imprensa, as conduções coercitivas e os espetáculos policialescos que transformaram procuradores e juízes em heróis nacionais. Essa metalinguagem daria mais veracidade aos discursos e mensagens dessa temporada.

Entretanto, ainda que com personagens principiantes nesta última ocasião, o roteiro dos protestos no Brasil já havia sido encenado outras vezes. As praças, parques, jardins, ruas e avenidas que conformam o espaço público na cidade constituem o primeiro elemento de percepção do lugar. São, ainda, o espaço historicamente ocupado pela ação política coletiva de grupos e movimentos que desencadearam as ocupações urbanas no Brasil contemporâneo. Pelo menos três momentos históricos no país são lembrados pelas grandes concentrações de indignados: em 1992, no *impeachment* do ex-presidente Collor de Melo; em 1984, no “Movimento Diretas Já”, no período do regime militar, em luta pelo retorno à democracia; e nos anos de 1960, nas greves e paralisações pré-Golpe Militar e a “Passeata dos Cem Mil” (GOHN, 2014).

Até 2013, no Brasil, os protestos nas ruas eram dos movimentos “clássicos” ou dos até então ‘novos”. Porém, a partir das Jornadas de Junho, este cenário se

altera com os novíssimos sujeitos em cena na vanguarda dos protestos entre 2013-2016. Para Gohn (2017, p.22),

> esse conjunto de identidade dos novíssimos movimentos e grupos de difícil definição é complicado porque são diversificados em termos de referências, são múltiplas, cruzando faixa etária, gostos, pertencimentos na mídia social, adesão à luta de alguma causa, conjunto de valores, ideologias motivadoras etc.

Outro aspecto é que deixaram de participar dos movimentos e estão em coletivos que são agrupamentos fluídos, fragmentados, horizontalizados e autônomos. Possuem influência de ideias anarquistas e seus integrantes são ativistas.

Diante do panorama apresentado, essa pesquisa irá mapear como se estruturaram as manifestações de rua a partir da análise dos discursos da mídia tradicional e das redes sociais. Partimos da hipótese que uma parte significativa dos atores são novos agentes da luta política no país dentro de uma estrutura de segregação simbólica do espaço urbano. Por isso, é necessário desenhar o contexto geral desta nova cultura política identificada a partir das Jornadas de Junho de 2013.

A partir de 2013, mais uma vez, milhares de brasileiros foram às ruas e desta vez fizeram uso do espaço público como instrumento político. As manifestações ou “Jornadas de Junho” marcaram uma onda de protesto nas principais ruas do País. É inegável afirmar que as manifestações que culminaram com o impedimento da Presidenta da República, em 2016, nasceram das revoltas e rebeliões que sacudiram o Brasil em Junho de 2013 e que, nesse momento, tinham a questão urbana como pauta premente.

As jornadas de junho de 2013 começaram em 6 de junho com uma passeata em São Paulo, com apenas 2 mil pessoas, a qual foi ampliada até atingir mais de 2 milhões de manifestantes em todo País. Os protestos também se voltaram contra a Copa das Confederações FIFA de 2013. Desde então a palavra “rua” tomou outro significado. Esse espaço público urbano ocupou as manchetes dos meios de comunicação a partir de seu uso como espaço de manifestação política.

Surgiram novos grupos políticos conectados ao sentimento inflamado do momento, movimentos como o MBL (Movimento Brasil Livre) e VPR (Vem Pra Rua), que representaram o espírito anti-PT de grande parcela da população de renda

média. Os antigos movimentos progressistas como a CUT (Central Única dos Trabalhadores, UNE (União dos Estudantes) e MST (Movimentos dos Sem Terra) não conseguiram conter a onda reacionária que se mirava à frente.

Percorrendo também os aspectos da geopolítica internacional é necessário reconhecer tanto a conjuntura internacional estabelecida como os atores envolvidos, observando os mecanismos instalados a partir da Primavera Árabe, em 2010, no qual se espalharam por alguns países, entre eles o Brasil. A capitulação de jovens nas redes e nas ruas marcou um projeto de desestabilização política dos países não integralmente alinhados ao comando norte-americano. Essa nova forma de interferência da soberania apresentou novos elementos nas relações entre países, o que foi denominado “guerra híbrida”, que partia da fusão entre guerras não convencionais e revoluções coloridas que regulam as relações internacionais atualmente. Por isso, para alguns analistas, os gritos das ruas exigindo o *impeachment*, exigindo o fim do Partido dos Trabalhadores e até intervenção militar não eram simplesmente espontâneas: pelo contrário, foram produzidas por agentes internos e externos como se seguirá analisando.

Em 2014, o país chegou dividido em uma campanha eleitoral para presidente e refletiu uma negação à política, apresentada cotidianamente em narrativa midiática onde as notícias ganhavam grande repercussão com reiteradas associações da política e dos políticos com corrupção, ilegalidade, traições e intrigas (BENTS, 2015). Analisar esses espaços a partir das identidades dos principais grupos participantes e o repertório de suas demandas dará significado à cultura política desses protestos que foram decisivos para o processo que resultou no *impeachment*, em 2016, da primeira Presidenta mulher do Brasil, Dilma Rousseff.

Após vários percalços, essa dissertação recomeça a ser redigida em abril de 2018, momento que o mundo acompanhou a prisão novelesca do ex-presidente Lula que já estava novamente em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de votos nas eleições presidenciais daquele ano. No mês seguinte, mais um capítulo da série: entrou-se no nono dia da Greve dos Caminhoneiros que paralisou todo o País; as ruas ficaram desertas, filas quilométricas nos postos de combustível, famílias sem gás de cozinha em casa, os centros de abastecimento de legumes e frutas ficaram vazios. Em seguida, centenas de grupos foram às ruas pedir intervenção militar. Os petroleiros anunciaram uma paralisação de 72h.

Esse momento político é a fotografia de um filme partilhado em dois atos: as manifestações urbanas de junho de 2013 e a deposição da Presidenta da República do Brasil, Dilma Rousseff, em 2016.

Partindo dessas considerações iniciais, o presente trabalho pretende investigar até que ponto os processos de estruturação do espaço intraurbano das 26 capitais brasileiras e do Distrito Federal foram fundamentais para a associação do uso do centro principal pelas manifestações contra o *impeachment* em detrimento do uso dos espaços mais valorizados pelo mercado imobiliário nas manifestações a favor do *impeachment*. Foram analisados os pontos de concentração, bem como as rotas e destinos dos grupos a favor e contra a deposição da Presidenta Dilma Rousseff, em 10 dias diferentes, conforme tabela abaixo, ilustrando os protestos pró e contra o *impeachment*. Tais manifestações culminaram no fatídico domingo de 17/04/2016 com a admissibilidade do início do processo de *impeachment* contra a então Presidenta Dilma Rousseff encabeçado pelo presidente da Câmara Eduardo Cunha.

Tabela 1 - Data dos protestos

Protestos *pró-impeachment*	Protestos contra o *impeachment*
15/03/2015	13/03/2015
12/04/2015	15/04/2015
16/08/2015	20/08/2015
13/12/2015	16/12/2015
13/03/2016	18/03/2016

Fonte: autor

Dessa forma, o objeto da dissertação é a natureza política das manifestações no Brasil. Mesmo precisando revisitar momentos da história nacional, essa pesquisa limita-se estritamente a analisar 10 datas que marcaram os protestos de 2015 e 2016 a favor e contra a Presidenta Dilma Rousseff e que culminaram com a sua cassação. Os eventos que ocorreram em todas as capitais do país servem de estudo de caso para averiguar a relação das manifestações com os espaços públicos a partir da escolha dos locais, os dias e os horários.

Para buscar estas respostas foram delimitados como objetivos específicos: compreender a natureza do espaço público enquanto espaço político, compreender o papel dos movimentos sociais a partir dos meios de comunicação (analisar a disputa territorial e política através do discurso da mídia tradicional e das redes sociais na mobilização das manifestações) e analisar como se deram as manifestações nas 27 capitais a fim de pesquisar os lugares escolhidos para apontar a quantidade, os horários, os dias e os grupos sociais presentes nas manifestações;

Nessa dissertação utilizaremos algumas pesquisas feitas pelo Ibope, DataFolha e por jornais e sites para indicar os principais pontos de encontro e trajetos dos manifestantes nas capitais do País. Também, selecionamos revistas, bem como as redes sociais dos grupos Vem pra Rua e MBL, como também a Frente Brasil Popular.

Partimos da premissa de que nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado ou compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que a grande mídia exerce sobre sociedade.

Cada ação para ocupar o espaço urbano foi planejada identificando o perfil do manifestante. Como seria esse trânsito de pessoas, qual o melhor local, o melhor dia, o melhor horário para ocorrer o encontro das manifestações? Sempre próximo dos espaços que representam a centralidade do capital, as manifestações convocadas pelas redes sociais provocaram repetidamente um *apartheid* urbano. O dia de domingo foi escolhido não apenas pela cobertura midiática como também para dar a possibilidade da classe média e a classe alta participarem das manifestações. Foi um passeio de família, um domingo ensolarado, próximo dos novos centros ou de vias litorâneas.

Também se parte da premissa de que embora a organização tenha ocorrido através das redes sociais foi na apropriação do espaço público pelos respectivos grupos que ela se concretizou. As manifestações ocorreram em praticamente todas as capitais do País e um fato relevante foi a escolha dos lugares, dos espaços públicos, pelos grupos que apoiavam a permanência da Presidenta de um lado, e por outro, daqueles que conclamavam seu afastamento: o primeiro grupo teve seu espaço de manifestação vinculado ao centro principal das cidades à medida que os

grupos *pró-impeachment*, se ocuparam dos espaços identificados com a reprodução do capital financeiro e/ou moradia das elites que estariam associadas à beira-mar.

Sob uma onda de manifestações *pró-impeachment*, partidos, sindicatos e movimentos se reuniram em torno da Frente Brasil Popular (FBP) para enfrentar a escalada de manifestações contra o governo da Presidenta Dilma Rousseff. Em Recife, na sede da CUT, seus integrantes passaram horas e horas discutindo o local e o horário dos atos - os dias da semana eram definidos nacionalmente -, as assembleias discutiam a possibilidade de ocupar a Avenida Boa Viagem, mas sempre declinavam. Segundo um dos seus coordenadores, a Zona Sul da cidade é “longe”, seu público majoritariamente composto por trabalhadores, estudantes, professores, militantes de partidos que se “sentem” melhor no centro do Recife (Praça do Derby, Avenida Conde da Boa Vista, Marco Zero). As passeatas e atos aconteciam nos dias de semana, justamente para mobilizar o trabalhador que estava saindo do trabalho ou o estudante saindo da escola ou da faculdade. As concentrações ganhavam mais adesão no final da tarde. Cinco datas foram convocadas pela FBP nacionalmente, foram elas 13/03/2015, 15/04/2015, 20/08/2015, 16/12/2015 e 18/03/2016. Esses grupos se estabeleceram na Praça do Derby, renomeada como Praça da Democracia, e sob um esquema de rodízio, pernoitavam em barracas improvisadas com debates e performances sobre gênero, democracia, cultura e política. Dentre as bandeiras, centravam em torno da defesa do mandato da Presidenta eleita, pautavam a defesa da Petrobrás, a defesa da democracia, a aprovação de um plebiscito constituinte, reprovação do ministro da economia Joaquim Levy e luta contra mudanças na legislação trabalhista que flexibilizavam o trabalho terceirizado.

Já os movimentos que coordenaram as manifestações a favor do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff não tiveram tanta dificuldade com a escolha do local que deviam ocupar. Também, estavam alinhados com o calendário nacional das manifestações encabeçado por movimentos como MBL (Movimento Brasil Livre) e o Vem Pra Rua que usaram os domingos para ocupar os espaços públicos que, em regra, tinham empatia com a estratégia do discurso. Nos dias 15/03/2015, 12/04/2015, 16/08/2015, 13/12/2015 e 13/03/2016 milhões de brasileiros ocuparam os centros de poder econômico. Uma imagem que rodou as

redes sociais foi de uma família de classe média branca no Rio de Janeiro trajando a camisa seleção brasileira, onde o homem à frente segue com a mulher com um cachorro, enquanto a empregada doméstica negra com a farda de babá levava o carrinho com a filha do casal (figura 1). Os domingos ensolarados nas orlas das capitais, parques e ruas limitavam o acesso das pessoas de baixa renda e davam a tônica do espelho da elite branca que se indignava com a corrupção, contra o Partido dos Trabalhadores e com programas sociais como Bolsa Família ou Mais Médicos. O ódio dos discursos dos carros de som, nas sacadas dos edifícios, os artefatos identitários dos grupos *pró-impeachment* como os adesivos nos carros, as fantasias de capitão América, o pixuleco, boneco inflável de Lula como roupa de presidiário e o pato da Paulista representavam a mensagem de seus manifestantes (figura 2). Além de Fora Dilma e Fora PT, grupos minoritários pediam a volta da Ditadura Militar e o fechamento do Congresso Nacional. Artistas e jogadores globais estampavam camisas com os dizeres “eu não tenho culpa, voltei no Aécio”.

Figura 1 - Família nos protestos com a babá, Rio de Janeiro, 13/03/2016

Fonte: internet[1]

[1] https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/03/familia-de-foto-com-a-baba-criancas-nas-manifestacoes-rebate..html

Figura 2 - Pato de Tróia na Paulista – SP, 13/12/2015

Fonte: internet[2]

Mesmo após grande número de artigos e livros sobre os efeitos das políticas implementadas e a reação da sociedade sobre os governos encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores e as manifestações públicas no país, a relação entre o espaço ocupado pelos movimentos sociais e esses mesmos movimentos ainda é pouco encontrada nas produções nacionais tanto nas áreas de Urbanismo, Geografia como na área de Ciências Sociais.

A partir da análise concreta da realidade ancorado na dialética das contradições sociais, bem como utilizando o método hipotético dedutivo, iremos analisar dados que permitirão o agrupamento de sequências de fatos e eventos de forma cronológica, de espaço e atores envolvidos, para que se possa fazer uma interpretação no contexto do processo político em curso, com o objetivo primordialmente espacial e análise dos capitais econômicos, sociais e culturais[3] no Brasil.

[2] https://www.ocafezinho.com/2015/12/15/pato-de-troia-comeca-a-atacar/
[3] Para Pierre Bourdieu, os capitais são sinônimos de poder político cuja soma é determinada pelo capital simbólico.

O discurso de ódio, que antes encontrava-se nas sombras, é externado por parcela da sociedade de maneira assustadora, com violência e preconceito contra grupos identitários, sindicatos e movimentos sociais. Então, o Brasil do início do século XXI transplanta sua identidade cordial, decorrente de sua interpretação freiriana e buarqueana sob o estigma da natureza pujante, cultura popular brasileira e da miscigenação para um reflexo anticordial, propugnadora da explicitação dos conflitos e fundamentada em lutas identitárias.

Com base em todo o exposto, a dissertação estrutura-se em quatro partes. O primeiro capítulo trata dos contextos teóricos, lançando mão de autores como Henri Lefebvre (2001), David Harvey (2013), Milton Santos (1978), Pierre Bourdieu (2000, 2003, 2007), Hanna Harendt (1958), Marilena Chauí (1988), Flávio Villaça (2001) e Jessé Souza (2017) com um olhar sobre o próprio significado do conceito de espaço, discutindo a nova centralidade urbana, o direito à cidade e a relação valor de troca versus valor de uso na atual quadra do capitalismo denominada acumulação flexível do capital e as questões que geram a segregação a partir do conceito de capital simbólico sobre a estruturação do espaço intraurbano.

Já no capítulo dois se recuperará a memória das manifestações no curso da formação do povo brasileiro e como foram construídos os discursos pela grande mídia. Concederemos uma especial atenção ao ano de 2013 e à Primavera de Junho, pois foram as pautas germinadas dessas manifestações que desabrocharam em 2015 e perduram até os dias de hoje. Assim, voltamos mais uma vez para os atores envolvidos, bem como o papel incendiário dos meios de comunicação.

Por fim, no capítulo três, analisaremos, a partir de mapas elaborados exclusivamente para esta dissertação, as 27 capitais, cidade por cidade, em relação aos aspectos históricos, espaciais, econômicos e políticos. Em cada localidade, sua especificidade é ressignificada pelas evidências nacionais entre as quais cumpre destacar o papel decisivo da divisão territorial do trabalho e o percurso segregador das elites.

E finalmente, na conclusão, traremos considerações sobre como cada manifestação se desenvolveu no território escolhido, analisaremos a repartição simbólica da cidade e a classificação dos espaços a fim de apresentar outro lado das pesquisas sobre as manifestações que não seja a dramatizada pelos meios de comunicação.

2 O ESPAÇO É POLÍTICO

2.1 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

As cidades tais como conhecemos surgiram em lugares onde havia produção excedente, ou seja, acumulação, cultivo além das necessidades de subsistência de uma população. Esse processo civilizacional fez surgir a urbanização devido ao excedente de produção e tornou-se um fenômeno de classe, uma vez que o controle sobre o uso dessa sobreprodução sempre ficou nas mãos dos poucos que a geravam ao longo desse processo. Seria, dentre os problemas da urbanidade, a oposição entre o valor de uso (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano) e o valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos) (LÉFÈBVRE, 1968, p. 35), o axioma do espaço urbano.

O espaço como principal produto do capitalismo pós-fordista não é dado pela natureza, embora pouco compreendido pela sociedade e pouco assimilado pelo ambiente acadêmico (HARVEY, 1993), mas produzido pela lógica capitalista da produção do espaço. Esse processo que caracteriza a formação e estruturação das cidades contemporâneas regulamenta o movimento de urbanização da cidade como um todo e é caracterizado pelas formas de divisão social e territorial do trabalho que, de acordo com Lojkine (1981, p.28) produzem no território as condições gerais de produção do capital. Por isso, o maior produto do capitalismo é a produção do espaço, e é na remodelação da cidade que o capital se transforma (HARVEY, 2005, p. 79).

As cidades moldadas ao seu tempo sofrem alterações espaciais a cada novo ciclo econômico. O Fordismo instituiu o poder corporativo da regulamentação da economia através dos seus métodos impostos ao trabalhador para que ele se tornasse consumidor de sua própria produção. Entretanto, a Grande Crise de 1930 colocou em dúvida o modelo então vigente e foi preciso um conjunto de estratégias administrativas do poder estatal para minimizar seus efeitos a partir do modelo keynesiano. O capitalismo experimentou crescimentos exponenciais depois de 1945, tendo o padrão de vida aumentado para os representantes do mercado. Esse período viu a “ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entreguerras e levadas ao extremo de racionalização”

(HARVEY, 1993, p.125). Assim, o período fordista marcado pela rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam a flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes durou pouco. (HARVEY, 1993, p.125; p.137)

Como uma estátua com os pés de barro, o fordismo já na década de 1960 deu claras sinalizações que o capitalismo não cumpria todo o papel necessário na manutenção do equilíbrio econômico e precisava se reinventar. O enfraquecimento do consumo interno das famílias e a queda nas exportações foram compensadas nos EUA pela guerra às drogas e a guerra do Vietnã. Não resolveu, todavia, a queda da produtividade e da lucratividade e marcou o começo de um problema fiscal nos EUA (HARVEY, 1993, p. 135). A onda de industrialização na Ásia, África e na América Latina provocou mudanças geopolíticas que fizeram Japão e Europa Ocidental sublevarem o Acordo de Bretton Woods a ponto de desvalorizar o dólar e seguir num caminho de acumulação flexível.

A profunda recessão de 1973, exacerbada pela crise do petróleo, retirou do mundo capitalista os compromissos fordistas, ocorrendo nas décadas seguintes conturbados períodos de restruturação econômica e reajustamento social e político, desenvolvendo-se novas formas de produção, acumulação e divisão.

A revolução neoliberal atribuída a Thatcher e Reagan a partir de 1979 foi instalada por vias democráticas nos países centrais, enquanto nos países periféricos se deu de forma rápida, brutal e segura: golpes de estado pelas classes altas tradicionais, apoiados pelo governo americano (HARVEY, 2005, p. 24).

Assim, nasce a acumulação flexível que é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo (HARVEY, 1993, p. 140). Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de novos setores de produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1993, p. 140). Tudo isso reverbera na produção espacial e a divisão internacional do trabalho refunda as novas centralidades das cidades em países periféricos como o Brasil.

Nesse jogo de interesses, cabe um papel estratégico do Estado capitalista. Para Harvey (2005, p. 79), o Estado não é um poder alheio à sociedade, mas um produto de seu desenvolvimento, originado a partir do reconhecimento dos antagonismos da sociedade. Portanto, é necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da ordem; e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela é o Estado.

Se a dinâmica da valorização do capital se estrutura a partir do consumo de massa (fordismo) ou de um consumo direcionado e/ou restrito (especialização flexível ou fordismo periférico), as características do ambiente construído urbano, que configuram o que chamam de “funcionalidade da cidade”, serão diferentes de um caso para outro. Em outras palavras, “as características de cada regime de acumulação particular inscrevem na espacialidade urbana a sua particularidade histórica e geográfica, sob forma de regimes urbanos” (ABRAMO, 1995, p.511)

Para o neoliberalismo se consolidar foi preciso antes o consentimento político da população, que Gramsci denomina “senso comum”, o qual fundamenta o consentimento e “é construído com bases em práticas de longa data de socialização cultural que costumam fincar profundas raízes em tradições nacionais e regionais” (HARVEY, 2005, p. 24). Harvey continua:

> o senso comum pode ser profundamente enganoso, escamoteando ou obscurecendo problemas reais sob preconceitos culturais. Valores culturais e tradicionais (como a crença em Deus e no país ou concepções da posição das mulheres na sociedade) e temores (de comunistas, imigrantes, estrangeiros ou "outros" em geral) podem ser mobilizados para mascarar outras realidades. (HARVEY, 2005, p. 24)

O uso do senso comum como mecanismo estruturador da sociedade é capaz de construir todas as outras visões de mundo dos indivíduos. Porém, com trocas constantes de ideias entre a ideologia considerada hegemônica, e com reformulação no campo cultural da ideologia contra hegemônica (Marxismo), o senso comum ganha autonomia, avançando para noções mais claras sobre a violência simbólica.

A construção hegemônica[4] desse espaço está submetida às relações de poder, seja da grande ou da pequena política (GRAMSCI, 1980). O espaço é

[4] o conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci (2012, 2014) enquanto condição de direção e dominação operada pelo sistema capitalista por meio da consolidação de seu campo político, ideológico e cultural. O

político, ideológico e um produto da história (LÉFÈBVRE, 2008/1972), por isso é necessário entender de onde parte o discurso. A narrativa se materializa na produção do espaço, tanto através dos atores políticos que pautam os fatos, como por quais meios se propagam os discursos.

Pode-se verificar ao longo da construção da democracia o conceito de hegemonia gramsciana sobre o ambiente de interação, reciprocidade, conflito e contradições para afirmar o direito à cidade em arenas difusas, onde se estabelecem grupos de agentes sociais heterogêneos em perfis e interesses com acessos e inserções diferenciadas nos espaços públicos e institucionais de disputa.

Em países periféricos como o Brasil, a imposição da “agenda neoliberal”, notadamente nos anos 1990, acabou por impulsionar a especulação e o acúmulo de capital acentuando a divisão de classes. Se “o domínio do espaço sempre foi um aspecto vital da luta de classes” (Harvey, 1993), parte dele a violência simbólica da relação desigual entre elite e trabalhador. Para isso, países periféricos como o Brasil possuem uma forte casta econômica e cultural que aprisionou o Estado nacional sob o controle de pequena parcela.

2.2 A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

O discurso das ruas exige a compreensão estética do espaço, e as manifestações políticas que ocorreram no Brasil entre 2015 e 2016 são exemplos de como não só as mensagens, mas também os locais, segregam as pessoas. A práxis historiográfica nunca é linear e toda imagem e toda palavra provém, em seu contexto de origem, de um jogo incessante entre o perto e o distante (DIDI-HUBERMAN, 1998) que se torna mais complexo quando esses objetos são as representações do Brasil criadas pela ideologia dominante de seu tempo e legitimadas pelo poder social de seus intelectuais. Eles são responsáveis pelas produções ideológicas em conflito e pelo monopólio da produção simbólica que é a chave de acesso a todos os privilégios (SOUZA, 2017, p. 11).

---

conceito de contra-hegemonia foi cunhado por Raymond Williams utilizado para definir as forças contrárias à ordem hegemônica.

Desde a casa grande e a senzala, posteriormente nos sobrados e mocambos, passando pelos bairros planejados, condomínios fechados, edifícios e cercas, a propriedade privada é o eixo estruturante da desigualdade que contamina toda a sociedade. É no urbano que se instituiu a distinção nacional, mas não é somente a casa a propriedade de distinção no processo de formação do País, a própria urbanização promove a segregação na cidade, nos bairros, nas quadras, nas ruas. Isso estabelece formas de agir, falar e olhar nesses espaços públicos criando barreiras invisíveis entre grupos diferentes.

Em todo lugar, o componente ideológico está presente: nas escolas, igrejas e ambientes de trabalho. O espaço modificado - público e privado - funciona também como símbolo de *status* ou pertencimento social. Henri Lefebvre (2008, p. 69) define que o espaço é político sendo uma representação literalmente povoada de ideologia. O espaço não é um objeto científico petrificado e natural, pelo contrário: ele sempre foi político e estratégico. Existe uma ideologia do espaço “porque esse espaço que parece homogêneo, que parece dado de uma vez sua objetividade, na sua forma pura, tal como constatamos, é um produto social.” (LEFEBVRE, p. 62).

Segundo Marilena Chauí, a ideologia é aquela versão da realidade social dada pela classe dominante com vistas a facilitar a dominação (1981, p.21). Essa versão tende a esconder dos homens o modo real de produção de suas relações sociais. Por intermédio da ideologia, a classe dominante legitima as condições sociais de exploração e dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas. A ideologia surge, no seio das classes dominantes, através do descolamento das ideias da realidade social e consiste na transformação das ideias das classes dominantes em somente ideias dominantes de uma sociedade em determinado período histórico. Nas conhecidas palavras de Marx e Engels (s.d., p.57) “cada nova classe no poder é obrigada a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade (...) ou a dar a seus pensamentos uma forma de universalidade, a representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos”. A ideologia é o processo pelo qual a classe dominante representa seu interesse particular como o interesse geral (VILLAÇA, p. 343).

Em detrimento da privatização dos espaços públicos, as manifestações ocupam massivamente os espaços coletivos. Chauí (1988) sugere que a

participação em eventos coletivos, em espaços públicos, exerce uma função de aprendizado cidadão, como exercício da cidadania. Para Harvey (2014), a cidade deve ser um produto da relação dos desejos de seus habitantes, e quando tais indivíduos percebem que a cidade em que vivem não corresponde a esses desejos e suas ideologias, uma possibilidade de promover a mudança da vida urbana é através da mobilização social e política.

Diversos autores buscaram compreender os conceitos de ideologia que são criação de seu tempo. Como bem disse Marx e Engels, a ideologia não tem história, ela se reinventa a cada nova classe de poder. Tanto assim, que a própria ideologia burguesa, que é umas das formas históricas, também não é sempre a mesma, ou seja, a ideologia depende das transformações sociais e econômicas (CHAUÍ, 1981, p. 113).

Ao viver um estágio de “recessão democrática” que sintetiza o fim do processo contínuo de ampliação das democracias pelo mundo (ZIBLATT e LEVITSKY, 2018)[5], o sistema político se organiza de forma tão complexa e pulverizada que parece de difícil percepção e contestação de conquistas civilizatórias. Do mesmo modo, o sistema capitalista também possui uma estruturação enraizada socialmente que faz com que se tenha dificuldade em pensar em outros modelos. Lefebvre (2008 [1972]), afirma que “se houvesse tal sistema, tão forte, tão pregnante quanto alguns supõem, o protesto e a contestação não teriam nenhum sentido” (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 39), pois as representações políticas seriam suficientes.

Por tudo isso, se o espaço é político não cabe analisá-lo de forma meramente formal ou lógica, mas através de um método dialético onde se possa perceber as contradições do espaço na sociedade bem como suas práticas sociais (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 64). Tanto o espaço quanto a própria natureza encontram-se politizados porque estão inseridos em estratégias conscientes ou inconscientes de dominação (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 67). Não à toa, parte das manifestações no Brasil de 2013 e depois de 2015 e 2016 se pautaram tanto sob o viés ideológico no território como na agenda de disputa internacional entre progressistas versus conservadores.

[5] Expressão cunhada pelo cientista norte-americano Larry Diamond (2018). Quando as democracias morrem, pg 8.

Essa abordagem leva em consideração dois prismas ontológicos: o econômico e o cultural. O primeiro, via David Harvey, considera a urbanização um fenômeno de classe, por meio da qual os capitalistas absorvem o excedente de produção, extraídos de algum lugar ou de alguém. E, para ele, o capital valoriza o excedente e deve ser reinvestido para gerar ainda mais excedente. O investimento no espaço urbano tem sido frequente para a superação de crises econômicas e para a derrubada das barreiras espaciais (HARVEY, 2014). Já sob o aspecto cultural, Bourdieu constata que a sociedade é dividida em grupos sociais com acesso diferenciado e destaca a existência de uma atuação – não perceptível intencionalmente pelos atores envolvidos – de uma lógica de solidariedade e preconceitos, destinada a legitimar o acesso privilegiado a bens e recursos escassos (BOURDIEU *apud* SOUZA, 2015). Os fundamentos dos valores morais transitam no campo do "dom", origem social e condição social das pessoas (BOURDIEU, 1979). Entender e analisar estes elementos é de suma importância para que não se fique na mera desqualificação dos que se manifestaram, baseando-se em rotulações de ordem ideológica, do tipo "golpistas", "são de direita", ou ainda a elite branca, que ganhou o apelido de "coxinha".

Por violência simbólica entende-se a ocultação de todos os conflitos sociais fundamentais que perpassam uma sociedade tão desigual como a brasileira "em nome do velho 'espantalho' da tradição intelectual e política do liberalismo brasileiro que é a tese do 'patrimonialismo' (SOUZA, 2015, p. 90). Jessé Souza desenvolve uma crítica sobre os fundamentos que legitimaram a construção de mitos na formação do País. Dentre eles, o autor denuncia de forma clara o pseudo-paradoxo entre o mercado e o Estado, sendo o primeiro o ente capaz de superar as mazelas com trabalho e honestidade, enquanto este último é culpado de todos os males (politicagem, ineficiência e corrupção) nos últimos oitenta anos.

Já a tese de Villaça na qual esta dissertação se assenta é que "a força mais poderosa agindo sobre a estruturação do espaço intra-urbano tem origem na luta de classe pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído e na segregação espacial dele resultante" (VILLAÇA, 1998, p.45)

A dominação do espaço urbano se dá sob várias matizes quando a classe dominante comanda a apropriação diferenciada dos frutos, das vantagens e dos recursos do espaço urbano. Mas há também o controle espacial sob o olhar de

outros olhares: Pierre Bourdieu avançou no estudo da reprodução da estrutura social e desenvolveu a construção de três conceitos: o capital (econômico, cultural e social), o *habitus* e a violência simbólica.

Bourdieu inspira-se nas análises do capital econômico de corrente marxista, mas acrescenta dois imprescindíveis fatores para além do conceito econômico, que são o cultural e o social. Com isso ele distingue esses três tipos de propriedades que determinam grande parte das diferenças entre os indivíduos e seus grupos, repercutindo tanto no campo educacional como no campo familiar (BOURDIEU, 1983, 1996, 2000, 2007) que marcam a formação de cada pessoa.

Os bens materiais e as posses de uma comunidade ou do indivíduo, os quais facilitam ou atrapalham o acesso à educação de qualidade e aos bens de consumo são eixo primários na escala social. Assim, compreender a dinâmica das classes, seus interesses e suas lutas será útil para esclarecer a violência simbólica reforçada diariamente na mídia, na escola, no Estado, na igreja, na rua, mas não apenas da realidade econômica, sob o ponto de vista ora do liberalismo ora do marxismo.

Segundo Jessé de Souza (2015), o capital econômico não se confunde com o capital cultural, mas o primeiro pode garantir aos indivíduos mais meios de acesso ao segundo. Já o capital social define-se em torno das relações interpessoais e institucionais que o indivíduo, direta ou indiretamente, dispõe e que podem facilitar, ampliar ou interditar o acesso ao capital cultural e econômico. O capital social é considerado para Bourdieu (2001) a propriedade mais relevante por abrir as portas que dão acesso aos demais, não à toa as demarcações por espaço nos condomínios de luxo, os clubes sociais e de lazer. A convivência com pessoas que expressam os comportamentos próprios da cultura dominante favorece a identificação com seus códigos culturais e, como efeito, a aproximação ao capital econômico. O que se denomina classe média possui vários segmentos. No topo, ao lado do capital econômico, estaria o capital simbólico e o capital cultural,

> pois essa concepção impede a compreensão do mundo social, sobretudo porque distorce e inverte o que está no centro da ideia de classe. A classe social é, antes de tudo, reprodução de privilégios, sejam eles positivos ou negativos. O problema é que muitos privilégios positivos, como a posse de conhecimento valorizado – precisamente o tipo de capital monopolizado pela classe média real – são literalmente invisíveis. (SOUZA, 2018, p.17)

Desde o início da criação do indivíduo, é na escola que se desenvolvem as mudanças ou se reconhecem as diferenças; a escola é reprodutora do status social de seu tempo. O conceito de *habitus* na obra de Bourdieu surge no contexto de seu pensamento sobre essa reflexão da escola na reprodução social. A escola, até a década de 1960, era vista como um ambiente de socialização e democratização da sociedade ao promover igualdade de oportunidades, visando acreditar em sua neutralidade no relacionamento dos alunos, independente do grupo social de origem. Acreditava-se que garantiam as mesmas oportunidades a todos, considerava que os que se destacavam ou despontavam lograram êxito por seu exclusivo mérito e dom (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2004). Na educação formal, essa ligação conceitual da elite é posta já nos primeiros anos de ensino nas escolas e se estende até a pós-graduação; o espaço de ensino é também ferramenta de manutenção do status quo. Mesmo assim, ainda a educação é o principal espaço de desenvolvimento de grupos marginalizados.

Não à toa, crescem no País ações governamentais de corte no orçamento da educação pelo Ministério da Educação, correntes de pensamento como a denominada “Escola Sem Partido”, cujo efeito prático é coibir a liberdade do contraditório no ambiente acadêmico sob a alegação de “doutrinação política” e também grupos sociais cujos códigos culturais da matriz econômica, branca e heterossexual apontam como inimigo o pedagogo Paulo Freire que é refutado como o ideólogo de um método de “doutrinação comunista” pelo simples fato de em seus textos reforçar a necessidade do diálogo crítico no aprendizado do educando, como também a autonomia intelectual que dar-se-ia nas práticas de sua realidade. Outro exemplo desses grupos sociais que se formam sobre a ideologia elitista é o próprio escopo desta pesquisa no qual se desenvolve sobre as manifestações contra e a favor do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Ao lado da pesquisa quantitativa também se buscou demonstrar que os grupos não se dividiram apenas pelas faixas de renda, mas também pelos gostos culturais, escolhas de trabalho, cor e sexo.

O conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu ajuda a rediscutir a antinomia indivíduo/sociedade no ambiente público que provoca uma relação entre *habitus* individual e a estrutura de um espaço urbano.

Do interesse em compreender a relação entre as condições materiais de existência (capital econômico), a estrutura socioinstitucional e a individualidade, Bourdieu (2001) abandona totalmente qualquer possibilidade de prática social “natural” ou “mecânica” e é levado ao conceito de *habitus*:

> O *habitus* é o produto do trabalho de inculcação e de apropriação necessário para que esses produtos da história coletiva, que são as estruturas objetivas (por exemplo, da língua, da economia, etc), consigam reproduzir-se, sob a forma de disposições duráveis, em todos os organismos (que podemos se quisermos chamar de indivíduos) duravelmente submetidos aos mesmos condicionamentos, colocados, portanto, nas mesmas condições materiais de existência” (BOURDIEU, 1983, p.79)

Com base nessa percepção, é possível afirmar que o estilo de vida de determinado indivíduo também sofre as mesmas influências internas e externas, sendo seus desejos e aspirações, em grande medida, similares aos de seus pares.

Existe uma estreita relação entre *habitus* e estilo de vida, sendo este o produto sistemático daquele (BOURDIEU, 2015, p.p.164-165). Desse modo, é possível identificar a partir da análise do *habitus* e da conjuntura exterior qual o propenso estilo de vida de determinado indivíduo ou grupo.

Para tanto, é imprescindível compreender a concepção de gosto trazida por Pierre Bourdieu. Segundo o autor (2015), se o estilo de vida é o produto sistemático do *habitus*, o gosto[6] seria justamente a fórmula geradora que se encontra na origem de determinado estilo de vida. Para o mencionado autor, os gostos estão divididos em gostos de luxo (ou de liberdade) e os gostos de necessidade. (BOURDIEU, 2015, p.p. 168-169; 170).

Dessa forma, apenas aqueles indivíduos ou grupos que possuem os gostos de luxo (liberdade) podem idealizar morar mais próximos dos iguais, prédios semelhantes transbordam nas orlas das cidades litorâneas ou dos bairros arborizados de capitais como a gaúcha ou mineira. O atingimento desses gostos é resultado puramente matemático das suas ações pretéritas; enquanto quem está extramuros procura apenas suprir as necessidades prementes do dia a dia, estando impossibilitado de aspirar um estilo de vida inacessível.

---

[6] Para Bourdieu (2015), segundo o autor, os gostos ainda funcionam como marcadores privilegiados da classe. O gosto classifica aquele que procede à classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar (BOURDIEU, 2015, p. 09 e 13).

Para avançar no *habitus* de ambos os grupos, os que se manifestaram contra a Presidenta Dilma Rousseff foram apelidados de “coxinhas”, os grupos que se manifestaram a favor da Presidenta foram apelidados de “mortadela”. É na alimentação que há também a diferenciação de grupos: a gastronomia mais gourmetizada foi direcionada para um público com poder aquisitivo maior; a coxinha seria símbolo de bonança, de um ambiente climatizado como um shopping center. Precisaria aprofundar nas pesquisas, mas empiricamente observa-se que a forma de consumir também tem um padrão: grupos de classe média e da elite idealizam o *american way of life*. Já os apontados como mortadela, que simboliza a pobreza, a comida com custo baixo, são formados por grupos de trabalhadores, mas também grupos de classe média ligados às universidades ou ao serviço público e, portanto, com capital cultural maior. Ali também possuem gostos e escolhas vinculadas às origens e ao ambiente que os cercam. O que esta dissertação também observa é a pouca participação dos grupos de até um salário mínimo: em regra, os subcidadãos (SOUZA, 2015) (empregadas domésticas, empregados da construção civil, desempregados) não foram às ruas protestar, ficaram à margem desde a informação até as manifestações. Muitas dessas pessoas, na hora dos protestos, estavam trabalhando, alguns até como ambulantes nas próprias manifestações ou estavam em suas periferias distantes a quilômetros dos centros de protesto.

O *habitus* inclui tanto as representações sobre si e sobre a realidade, como também o sistema de práticas em que a pessoa se inclui, os valores e crenças que veicula, suas aspirações, identificações etc. O *habitus* opera na incorporação de disposições que levam o indivíduo a agir de forma harmoniosa com o histórico de sua classe ou grupo social, e essas disposições incorporadas se refletem nas práticas objetivadas do sujeito (ORTIZ, 1994; NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2002, 2004; SETTON, 2002; VASCONCELOS, 2002; ANDRADE, 2007). Assim, é quase natural que os avôs, pais e filhos possuam identidade também nas concepções de política e desenvolveram discursos próprios contra as denúncias de corrupção, a favor da Força Tarefa da Lava Jato, pela privatização da Petrobrás, ou ainda o grau de confiança em instituições como as Forças Armadas ou o Judiciário.

O *habitus* se apresenta no contexto espacial a partir da ligação entre espaço social e espaço físico no qual acaba resultando no espaço social retificado ou fisicamente concretizado, ou seja, é a partir dessa relação entre a distribuição

das pessoas e a distribuição dos bens no espaço que é definido o valor de cada região e de cada objeto. Dentro deste contexto, as resistências e as disputas pela apropriação do espaço se desenvolvem com reflexos no âmbito simbólico (BOURDIEU, 2011, p. 175). Os locais do espaço social reificado e os benefícios que eles proporcionam são resultantes de lutas dentro dos diferentes campos. Estes benefícios podem representar ganhos de localização associados à proximidade com agentes ou bens raros e cobiçados ou ganhos de posição associados aos ganhos simbólicos de distinção. Nesta batalha travada entre diferentes agrupamentos sociais pela apropriação do espaço, o sucesso depende do capital acumulado em suas diferentes espécies (BOURDIEU, 2015). Todos institutos de pesquisas demonstraram que os grupos *pró-impeachment* tinham o perfil alta renda. Segundo o Data Folha, a manifestação do dia 13/03/2016 repetiu as outras quatro antecessoras com percentuais altos de escolaridade, renda e idade.[7]

A neurociência também já vem se debruçando sobre o *habitus* a algum tempo sob o viés comportamental, em que estímulos e experiências com camundongos justificam tomadas de decisões no campo gerencial e administrativo dos negócios. Os *habitus* são considerados ações ou comportamentos que em um começo foram deliberados, mas pela ação repetitiva e regular viraram automáticos conforme pesquisa do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) elaborada por Charles Duhigg[8].

Necessidade incorporada, convertida em disposição geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às práticas engendradas dessa forma, o *habitus*, enquanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente sejam sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos – ou mutuamente convertíveis – e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida.

[7] Data Folha, pesquisa de perfil, 14/03/2016.

[8] DUHIGG, Charles. Os hábitos dos indivíduos. In O Poder do Hábito: Por que fazemos o que fazemos na vida e nos negócios. Tradução de Rafael Mantovani. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 22-109.

As classes são uma constatação histórica. Para Bourdieu, nada determina mais a classe e é mais distintivo que a capacidade de constituir, esteticamente, objetos quaisquer ou até mesmo “vulgares” ou a aptidão para aplicar os princípios de uma estética “pura” nas escolhas mais comuns da existência comum – por exemplo, em matéria de cardápio, vestuário ou decoração de casa – por uma completa inversão da disposição popular que anexa a estética à ética (BOURDIEU, 2007, p. 13). Essa situação se apresenta nos indignados que foram às ruas se manifestar desde 2013 nas chamadas Manifestações de Junho, tendo perfil de identidade própria para cada grupo e tema.

> De fato, por intermédio das condições econômicas e sociais que elas pressupõem, as diferentes maneiras, mais ou menos separadas ou distantes, de entrar em relação com as realidades e ficções, de acreditar nas ficções ou nas realidades que elas simulam, estão estreitamente associadas às diferentes posições possíveis no espaço social e, por conseguinte, estreitamente inseridas nos sistemas de disposições (*habitus*) características às diferentes classes e frações de classe. (BOURDIEU, 2007, p.13)

Por exemplo, entender o ascetismo aristocrático do profissional liberal ou da pretensão da pequena burguesia sob o controle social não é somente descrever estes grupos por uma de suas propriedades, mesmo que se tratasse da mais importante, mas tentar nomear o princípio gerador de todas as suas propriedades e de todos os seus julgamentos sobre suas propriedades ou as dos outros. As classes médias estão estreitamente vinculadas ao simbólico, mas o lugar por excelência das lutas simbólicas é a própria classe dominante (BOURDIEU, 2007)

> As relações singulares entre uma variável dependente (por exemplo, a opinião política) e variáveis chamadas independentes – tais como sexo, idade e religião ou, até mesmo, nível de instrução, remunerações e profissões – tendem a dissimular o sistema completo das relações que constituem o verdadeiro princípio da força e da forma específicas dos efeitos registrados em determinada correlação particular. (BOURDIEU, 2007, p.98)

Bourdieu compreende que a distinção entre espírito versus corpo apresenta uma linha divisória que as pessoas não percebem conscientemente, mas que, não obstante, dirige seu comportamento prático e suas escolhas e avaliações a algo imaginário, ao consenso de grupo. É em países como o Brasil, onde as lutas de classe chegaram ao ponto mais explosivo, em que Bourdieu demonstra a força prática de distinções sociais, as quais, precisamente porque não são percebidas como mecanismo hierarquizador, constituem um novo e poderoso mecanismo de

legitimação da desigualdade. Ou seja, o “senso estético” do qual Jessé Souza traz, seja real ou postiço, consegue separar no dia a dia os seres humanos com requinte do restante da população, a massa condenada ao trabalho produtivo e manual.

> Desse modo, o consumo de vinhos caros, roupas elegantes, iguarias requintadas, acompanhado de formas específicas de comportamento social, expressas no modo de andar, de falar ou de se dirigir às outras pessoas, criam os vínculos mais sólidos de solidariedade de classe, conferindo uma sensação de superioridade àqueles que participam desse estilo de vida. A classe do privilégio pode se reconhecer facilmente na rua ou num evento social, constituindo uma espécie distante e, sobretudo, superior de ser humano. (SOUZA, 2018, p. 65)

Como reitera Bourdieu, a classe social não é definida por uma propriedade econômica (mesmo que tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma soma de propriedades estruturantes (sexo, idade, origem social ou étnica – por exemplo, parcela de brancos e de pretos, de indígenas e de imigrantes etc., remunerações, nível de instrução, etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades fundamental – a posição nas relações de produção verificando apenas uma relação de causa e efeito, de condicionante a condicionado. A classe social é o resultado dado pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes, que confere valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas (BOURDIEU, 2007, p. 111).

Entretanto, segundo Bourdieu (2007), nem todos os fatores constitutivos da classe construída dependem, no mesmo grau, uns dos outros. A estrutura do sistema que eles constituem é determinada por aqueles que têm peso funcional mais importante: é assim que o volume e a estrutura do capital conferem sua forma e seu valor específicos às determinações que os outros fatores – idade, sexo, residência etc. – impõem às práticas. E reforça mais uma questão latente da contemporaneidade no que tange às propriedades de gênero (BOURDIEU, 2007, p. 102).

As diferenças primárias – aquelas que estabelecem a distinção entre as grandes classes de condições de existência – encontram sua origem no volume global do capital (capital econômico, capital cultural e capital social) como conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis: as diferentes classes (e frações de classe) distribuem-se, assim, desde as mais bem providas, a um só tempo, em

capital econômico e cultural, até às mais desprovidas nesses dois aspectos (BOURDIEU, 2007).

As lutas pela apropriação dos bens econômicos ou culturais são inseparáveis das lutas simbólicas pela apropriação desses sinais distintivos do mesmo modo que são os bens e as práticas classificados e classificadores inseparáveis da conservação ou da subversão aos princípios de classificação dessas propriedades distintivas (BOURDIEU, 2007).

Se certos indivíduos, ocupantes de posições semelhantes, podem ter opiniões diferentes, segundo sua origem social e sua trajetória, tudo parece indicar que os efeitos da trajetória individual, particularmente visíveis no caso dos grupos que ocupam posições mal determinadas no espaço social e, por este fato, levadas a uma grande dispersão sob todos os aspectos, exercem-se no limite dos efeitos próprios da classe; de modo que as disposições ético-políticas dos membros da mesma classe aparecem como outras tantas formas transformadas da disposição que caracteriza, fundamentalmente, o conjunto da classe (BOURDIEU, 2007).

No terreno político, a submissão ética à classe dominante e aos “valores” encarnados por ela denuncia-se pela contestação da ordem estabelecida que, ao encontrar seu princípio no sentimento de estar fora de seu lugar adequado nessa ordem, obedece às normas de convivência impostas pelas classes a que se pretende pertencer, exatamente pela contestação dessa classe: é assim que, ao recorrer à sua estratégia favorita que consiste em desviar contra a ordem dominante os próprios princípios que ela proclama, os pequenos burgueses confirmam o reconhecimento atribuído a tais princípios, portanto, o reconhecimento a que teriam direito, em nome desses princípios.

É assim que o temor de perder o que eles haviam adquirido ao procurar obter tudo o que lhes havia sido prometido – em particular, através da escola e diploma escolar – não garante, certamente, a explicação completa para a forma assumida pelas estratégias reivindicativas dos pequeno-burgueses: aos meios comuns de luta operária, ou seja, a greve ou a passeata, vislumbrando-as apenas como último recurso – aliás, sua moderação será abandonada apenas por um excesso de injustiça, “se for necessário, vamos protestar na rua”.

Essa luta é reflexo da divisão territorial simbólica da cidade. Seus espaços intraurbanos e intramuros constituem as raízes da violência simbólica que segrega

e oprime não apenas a divisão de classe, mas também a população negra e as mulheres. Para Bourdieu (2002), a violência simbólica acontece de forma autônoma em cada campo e está presente em diferentes instituições, seja ela a escola, o Estado ou a mídia. Essa violência gera reprodução de relações desiguais entre as classes ao valorizar e socializar uma cultura que, na verdade, não reflete a cultura das classes mais numerosas. Em linhas gerais:

> Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominante e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo, em consequência suas estratégias (BOURDIEU, 1997a, p.57).

Esse *campo* também é um microcosmo de relações sociais relativamente autônomas, onde se é produzido e reproduzido as visões sociais de mundo. No interior dos *campos* há uma eterna competição (entre os detentores do monopólio de determinada competência), e também externa (aqueles fora do campo) pelo domínio, quer dizer, legitimação de si (e também dos outros) oriunda do acúmulo de capital (o capital cultural, científico, simbólico, político, etc.) próprio de cada campo (EAGLETON, 1997, p.142).

2.3 O ESPAÇO PÚBLICO É POLÍTICO

Como se o espaço público se tornasse um ente autônomo, o próprio sujeito que expressa e impõe suas escolhas, ele se faz um importante objeto de estudo. Esse ser com vias e membros, órgãos e vontades, expressa sua divisão territorial da cidade nos espaços intraurbanos, nas praças, ruas e bairros e constitui as raízes da violência simbólica que segrega e oprime a partir da divisão de classe a população de baixa renda, principalmente a população negra, LGBT e as mulheres que sentem as barreiras invisíveis dessa distinção. Não há placas nas ruas com os dizeres “é proibido a entrada de pobres” ou “negros devem andar do outro lado da rua” ou ainda “lugar de família, proibido beijo gay”. Porém, em determinados

espaços, pobres não entram, negros atravessam para o outro lado da rua e homossexuais são hostilizados.

Com linguagem própria, específica do corpo que emite normas e conceitos, a semiologia da cidade se traduz sobre o espaço retificado. Ela, portanto, é analisada a partir dos conceitos oriundos da linguística, significante e significado, sendo considerada como um sistema de sentidos, portanto de valores, e que “reage de volta” em relação às relações sociais (LÉFÈBVRE, 1968, p. 68). Questiona-se se todo espaço é significante, ou seja, se possui valor conforme um texto social. Léfèbvre também relembra que se pode pensar o espaço como um biótipo da biologia ou um espaço da percepção dos indivíduos, da família, da vizinhança sob um viés psicológico que se refere ao corpo e aos gestos.

O espaço público, estabelecido a partir da definição de espaço, é diretamente relacionado à sua constituição, caracterizando-se, deste modo, como espaço público-político (ARENDT, 2005 [1958]) já que ele é a soma do território geográfico, de seus artefatos, de seus habitantes, sua história e as ideologias de seu tempo.

A estruturação das cidades brasileiras possui traços definidores a partir do conflito de classes que é dominado pelas bases econômicas e políticas que se manifestam através da segregação. Esse espaço foi constituído, muitas vezes intangíveis ao observador imprudente, sob relações de castas invisíveis ao olho do estrangeiro, uma relação de dominação que dividiu a cidade com enclaves urbanos, destituiu os antigos centros urbanos de sua centralidade e expurgou para as franjas urbanas milhões de trabalhadores para torná-los escravos do tempo. Como o urbano é a unidade espacial de reprodução da força de trabalho, Villaça aponta, como já demonstrado, para o benefício ou recurso fundamental que se disputa no espaço urbano: o tempo de deslocamento (VILLAÇA, 1998).

No caso das metrópoles brasileiras, a segregação urbana tem uma outra característica: o enorme desnível que existe entre a qualidade do espaço urbano dos mais ricos e o dos mais pobres. Dessa forma, os espaços urbanos se constituem a partir das relações de poder e dominação entre classes com interesses distintos e inconciliáveis. Milton Santos descreve que a cidade em si, tanto como em relação social quanto materialidade, se torna fazedora de pobreza, tanto pela imposição do modelo socioeconômico o qual é suporte como também por sua

conjuntura física, que impõe principalmente aos habitantes das periferias situação de extrema pobreza (SANTOS, 2002).

Para Villaça (2001), os elementos da estrutura territorial que compõem as cidades partem do reconhecimento de um centro principal, tido como a maior aglomeração diversificada de empregos ou a maior aglomeração de comércio e serviços. A partir deste, a expansão urbana será ditada pelas classes sociais de alta renda, sempre associadas à incorporação imobiliária, que escolhem as melhores localizações (e menor distância do centro) para se instalarem. Quando se deslocam para “longe” do centro, levam consigo seus serviços e equipamentos, criando assim, subcentros da elite.

Quando o centro principal deixa de ser ocupado por sua elite devido à dinâmica de acumulação do capital que permitiu a expansão urbana, ele passa a ser chamado de “centro velho” e é nesse momento que se dá a sua ocupação pelas camadas populares, seja em moradia, seja porque o comércio vira “popular”. É dentro dessa lógica que se compreende o processo de segregação urbana, processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole. O fenômeno da segregação, portanto, é fundamental para a compreensão da estrutura espacial intraurbana.

Segundo Lojkine (1998, apud VILLAÇA, 2001) é possível identificar três tipos de segregação socioespacial: i) oposição entre centro e periferia: as classes sociais mais ricas estabelecem-se nas áreas mais centrais, dotadas de infraestrutura e com maiores preços; as classes pobres ficam relegadas às periferias, distantes e desprovidas de equipamentos e serviços; ii) separação entre as áreas ocupadas por residências das classes populares e por residências das classes mais privilegiadas; iii) separação entre as funções urbanas, como, por exemplo, comercial, industrial, residencial, etc.

No espaço intraurbano, o tempo de deslocamento deve ser dissociado entre o de mercadorias e o de pessoas. Segundo Villaça, como instinto, o tempo do ser humano, sendo irrecuperável, dominará o tempo de deslocamento do capital sob qualquer uma de suas formas. “O tempo-desgaste, o tempo perdido (em deslocamento) deve ser reduzido, mas o tempo de lazer e o tempo de repouso devem ser ampliados”. (VILLAÇA, 2011, p. 356).

Como lembra Léfèbvre, o adquirente do espaço compra também uma distância e, ao falar em distância, diz que o tempo entra em cena, pois ao se comprar espaço “compra-se um emprego de tempo, e esse emprego de tempo é o valor de uso do espaço.” (VILLAÇA, 2011, p. 357).

Esse tempo e esse espaço definem, a partir da ideia de valor econômico da terra, o valor de uso do espaço: o primeiro é o tempo, pois o comprador não adquire apenas um volume, uma área, ele também adquire uma distância, um tempo a que vincula a habitação aos lugares: os centros (de comércio, de lazeres, de cultura, de trabalho, de decisão) (LÉFÈBVRE, 2008, p. 128), os quais tornam, a partir dessa distância, o lugar mais ou menos desejável para comprar a economia do tempo: “é um tempo social que é produzido e re-produzido através do espaço”. (LÉFÈBVRE, 2008, p. 129). Por isso, o tempo é uma das barreiras enfrentadas pelas organizações das manifestações de rua; a escolha do local também se deu a partir da distância e do acesso por parte dos manifestantes para o local dos protestos. Se ambos grupos precisavam de visibilidade para hastear suas bandeiras, cores e mensagens, o percurso enfrentado por cada lado foi decisivo na escolha da concentração.

Como o espaço é único, a disputa em torno da localização é intensa nos centros urbanos e os bairros com melhores condições de infraestrutura são mais valorizados. A população de baixa renda não consegue residir nessas localidades e são despejados para as franjas urbanas, comumente chamada de periferia, lugares distantes do centro, consequentemente, distante dos serviços (hospitais, escolas, parques) e do emprego. A esse conjunto de fatores dá-se o nome de segregação socioespacial, em que camadas da população moram em lugares distantes.

Sobre essa visão que distância é tempo, Milton Santos explicita:

> cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem, pois as oportunidades não são mais as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está (SANTOS, 1987, p. 81).

Cada cidade tem características próprias, histórias locais. A formação da capital pernambucana, por exemplo, possui poucas referências na formação da

capital gaúcha. Entretanto, por se constituir de um mesmo estado-nação, não é difícil perceber na sua trajetória contemporânea com traços urbanos mais similitude do que diferenças, tanto econômicas quanto simbólicas. As próprias políticas públicas nacionais, bem como a colocação do país na divisão internacional do trabalho, necessariamente, dão traços estruturantes nas principais capitais brasileiras. Assim, cada cidade brasileira tem uma região que segrega outra: ela existe no Rio de Janeiro como sua conhecida Zona Sul e, posteriormente, com a Barra da Tijuca; em Porto Alegre nos nobres bairros Moinho de Vento e Independência; em Belo Horizonte como Lourdes e Savassi; em Recife com parte da Zona Norte e, posteriormente, a Avenida Boa Viagem; em Curitiba com Batel; Fortaleza em Aldeodata ou Salvador com a região do Iguatemi. Nessas regiões, onde moram os mais ricos, não apenas se concentra o emprego do setor terciário, mas também os melhores serviços prestados ao público, tanto público quanto privado.

Rapidamente, percebe-se que os locais, horas e dias das manifestações contra e a favor do *impeachment* tiveram que necessariamente se adequar às estratégias urbanas, ou seja, os agentes que organizaram os atos observaram a distância entre o ponto de encontro das manifestações e a mobilidade e acesso para chegar e sair. Dentre muitas reuniões no movimento Frente Brasil Popular no Recife, constatamos que a decisão final para decidir se o local da passeata seria no Praça do Derby, centro antigo do Recife, ou em outro ponto da cidade, por exemplo, na Avenida Boa Viagem a fim de ocupar o território que possui visibilidade da classe média/alta, decidiram sempre pelo primeiro, ora pelo centro antigo ser o símbolo urbano historicamente das esquerdas no Estado, como também a distância entre a periferia e o centro, bem como o deslocamento e o acesso ao transporte público. Ao fim, optaram por manter o tradicional trajeto e permanecer na Praça do Derby para facilitar a chegada e saída de seus militantes visto que presumiram que seus participantes viriam das periferias e cidades-satélites do Recife.

Esse tempo social no qual parte é escrava dele, parte o controla deve ser compreendido e explicado a partir da enorme desigualdade econômica em nossa sociedade, em grande parte, consequência ainda dos trezentos anos de escravidão que marcaram a ferro e fogo as relações sociais nacionais. Flávio Villaça

sentenciou: o maior problema do Brasil não é a pobreza, mas sim a desigualdade e a injustiça a ela associada. (VILLAÇA, 2011).

No caso das metrópoles brasileiras, a segregação urbana pode ser caracterizada pelo enorme desnível que existe entre o espaço urbano destinado aos mais ricos e aos mais pobres. Dessa forma, os espaços urbanos se constituem a partir das relações de poder e dominação entre classes com interesses distintos e inconciliáveis. Milton Santos afirma que a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres (SANTOS, 1996). Assim, uma das características das metrópoles brasileiras é a segregação espacial dos bairros residenciais que reproduz as distinções sociais, criando sítios sociais particulares (VILLAÇA, 2011).

Sustenta-se que há uma íntima relação entre a natureza simbólica do capital e seu rebatimento na estruturação do espaço intraurbano, cabendo às classes mais privilegiadas, detentoras de capital econômico e cultural, terem acesso aos melhores espaços na dinâmica intraurbana em detrimento das classes menos privilegiadas, relegadas às periferias longínquas e às áreas centrais abandonadas – o "centro velho" como sustentaria Flávio Villaça (2001). O uso dos espaços públicos pelas recentes manifestações políticas, ao nosso ver, também expressaram essa dimensão simbólica do uso dos espaços, ora identificados com os movimentos a favor do *impeachment* – e ocupando portanto os espaços públicos que os representam, ora identificados contra o *impeachment* – fazendo uso dos centros das cidades, uma vez que o centro traz consigo a ideologia de pertencer a todos e este condizer com o ideário de pensamentos progressistas, o que passaremos a analisar no próximo tópico.

Entretanto, as rachaduras da disputa democrática geram pontos de tensão que se apresentam dentre outras formas, nas mobilizações e manifestações. No Brasil, historicamente, a disputa política é marcada por rupturas e tragédias. Sérgio Buarque de Holanda sentenciou o presságio: "a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido"[9]. A disputa pelo espaço público provocou manifestações no modus operandi, fomentando a ideia de essencialmente 'sair à rua' e ocupar um

[9] Sérgio Buarque de Holanda, em Raízes do Brasil (1995).

espaço público que seja visível para o maior número de pessoas possível. Os lugares concretos onde se desenvolvem as manifestações têm também uma grande importância. Devem gozar de uma grande visibilidade e, além disso, estar carregados com um forte conteúdo simbólico. (MORÁN,2005).

3 OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Este capítulo irá analisar aspectos históricos dos movimentos políticos e sociais no Brasil, bem como a participação dos novos grupos sociais constituídos a partir de 2013 e o papel dos meios de comunicação. Busca-se conectar a trajetória histórica dos movimentos sociais, começando desde as manifestações coloniais no país e as lutas, passando pelo getulismo, a Ditadura Militar e o *impeachment* de Collor, as crises e o papel da mídia na construção das narrativas, as relações globais e os aspectos da guerra híbrida com o objetivo de analisar as manifestações e seus atores a partir de 2013. Bosco sintetiza bem o novo espaço público brasileiro:

> O que antes encontrava-se nas sombras, é externado por parcela da sociedade através do assustador discurso de ódio, violência e preconceito contra grupos identitários, sindicatos e movimentos sociais. Então, o Brasil do início do século XXI transplanta sua identidade cordial, decorrente de sua interpretação freiriana e buarqueana sob o estigma da natureza pujante, cultura popular brasileira e da miscigenação para um reflexo anticordial, propugnadora da explicitação dos conflitos e fundamentada em lutas identitárias. Três fatores impulsionaram os desdobramentos dessas lutas: as revoltas de junho de 2013, o colapso da Era Lula e o uso massivo das redes sociais digitais, formando as características do novo espaço público brasileiro (BOSCO, 2017, p. 54).

3.1 AS MANIFESTAÇÕES E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Em vários momentos da história humana, as ruas, avenidas e praças foram ocupadas por grupos com o objetivo de protestar. Essas ações políticas buscavam a dimensão da cidade para reverberar suas bandeiras, sentindo a necessidade de extrapolar suas pautas de um ambiente privado da vida social para o lócus coletivo.

Para Alain Touraine, os Movimentos Sociais são a ação conflitante de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de ação histórica (TOURAINE, 1973, p.347 apud AMMANN, 1991, p.15). Esse autor afirma que os Movimentos Sociais são forças centrais que lutam umas contra as outras para dirigir a produção da sociedade por ela mesma, a ação de classe pela direção da historicidade (TOURAINE, 1978, p.46 apud AMMANN, 1991, p.17). Outro importante autor, Manuel Castells (CASTELLS, 1983, p.387) afirma que um

movimento social nasce do encontro de uma dada combinação estrutural que acumula várias contradições com um certo tipo de organização. Todo movimento social provoca, por parte do sistema, um contramovimento, que nada mais é do que a expressão de uma intervenção do aparelho político (integração-repressão) visando à manutenção da ordem.

Assim, as manifestações nas ruas são ações coletivas associadas aos movimentos sociais que tendem a convergir para alguma praça central da cidade, escolhida pelo movimento como um espaço propício para ecoar e dar visibilidade às pautas impostas por seus agentes. Para isso, para se tornar mais claro, deve-se conceituar alguns termos recorrentes das manifestações sociais, são eles: povo, massa, multidão, sociedade, indignação, cultura política, movimento social e coletivo.

> Povo: categoria histórica e bastante criticada no qual remetia ao populismo tanto do ponto de vista da composição social desse grupo, como também não definia o sujeito da ação. O Povo englobava as camadas médias da população, classes trabalhadoras e as camadas populares da periferia da cidade. Já o termo “Massa” será o estudado pela teoria crítica de Adorno e Horkheimer (2002) sobre sociedade de consumo, cultura de massa e indústria cultural. Remete a grupos sem nenhuma autodefinição, grupos cooptados, que acompanharam ou se incorporaram a eventos sem compreender os acontecimentos. O termo ‘Sociedade’ alçou às manifestações o status de uma categoria do senso comum quando os meios de comunicação legitimam as ‘vozes da rua’, seriam as camadas médias legitimando a fala geral do País. (GOHN, 2017, p.12)

Foi o observado, nas manifestações de 2014 a 2015. Enquanto no meio jornalístico, os movimentos sociais ditos de esquerda eram tachados de arruaceiros, baderneiros e outras designações carregadas de sentido ideológico, as ações conservadoras dos grupos de direita foram retratadas pelos mesmos pela imprensa como “vozes da sociedade” evidenciando o sentido de todo, coletivo e geral do sentimento nacional. Outra categoria, os “indignados”, é o agente central nos protestos; uma combinação de raiva com valores morais da subjetividade do indivíduo exige identificar o que levam milhares de pessoas a se mobilizar, a sair de suas zonas de conforto e aderir a causas coletivas. Por último, a “Cultura Política” que já foi abordada pelos clássicos associada à questão dos regimes políticos, tais

como Montesquieu, Rousseau, Tocqueville e Weber a tratou do papel dos cidadãos na vida pública e as diversas formas de lidar com o político.[10]

Esse caminho teórico se apoia tanto na teoria dos movimentos sociais da escola norte-americana de Charles Tilly quanto os textos dos novos movimentos sociais europeus de Alberto Melucci, Alan Touraine. Essas discussões sobre identidade coletiva são âncoras desse agir coletivo, o qual recepciona as dimensões simbólicas e cognitivas dos novos movimentos sociais, que incluem novas questões como o território, grupo étnico, religião, faixa etária, comunidade e grupo de interesse. Segundo Jasper (2016), os significados das ruas se expressam de várias formas: máximas e provérbios, piadas e hinos, slogans, enquadramentos, identidades coletivas, personagens, narrativas, fatos, regras e leis, ideologias; assim como formas artísticas.

Os movimentos sociais, ao contrário, são algo mais estruturado, tem opositores, identidades mais coesas, determinados projetos de sociedade ou de resolução aos problemas sociais que demanda. Movimentos têm liderança, base e assessorias e seus membros são militantes. Segundo Tilly (2010, p. 136) estes movimentos são a síntese de três elementos: a realização de campanhas a partir de demandas coletivas, o emprego de um repertório específico de formas de ação política e a representação pública de símbolos de unidade, quantidade, compromisso e valor. No Brasil, de 2013 a 2016, esses movimentos estão mais para a identificação de multidão estudado que ressurge na era contemporânea com capacidade social mais definida. Negri e Hardt (2005) adotaram-na para referir-se a múltiplas identidades em ação. O sujeito social integrante de uma multidão é diferente, múltiplo (tem várias identidades) e ativo, agindo segundo as singularidades do grupo no qual participa e se identifica. Martins (2015) também adota a categoria multidão para explicar as manifestações de março de 2015. Para o autor, a multidão possui identidade temporária e provisória que esgota sua significação e sua função na fração de tempo que que se manifesta nas ruas e no modo como se expressa.

Entre 2013 e 2016 o que se observou foi a construção e a confrontação de várias culturas políticas, com repertórios, narrativas, visões e formas de se criar

[10] Tais conceitos estão plasmados por Maria da Gloria Gohn, em Manifestações e Protestos no Brasil, lançado em 2017.

representações sobre a coisa pública, tanto entre os movimentos tradicionais, os novos e os “novíssimos” como corrente política cultural e ideológica. As novíssimas formas de protestos nas ruas têm sido nominadas pela mídia tradicional como “manifestações”. São designações que remetem à identidade do movimento, o nome que ganham no mundo. Jornadas, atos, ondas, protestos de massas, mobilizações, revoltas, acontecimentos, etc; são termos usados segundo o ponto de vista do escritor ou jornalista.

No Brasil, os chamados novos movimentos sociais da segunda metade do século XX tinham na identidade cultural seu eixo articulatório central. Segundo Gohn (2017),

> quando surgiram, no final da década de 1970 e 1980, eles se organizavam ao redor de questões de gênero, etnia, cultura, de meio ambiente etc. ou como movimentos populares de demandas sociais urbanas (moradia, creches, transporte, saúde, lazer etc.) e foram também denominados como “novos”, em contraponto aos tradicionais (sindicatos, partidos, movimentos rurais etc.). Assim, os novos movimentos sociais buscavam se afirmar pela identidade que construíam – ser mulher, ser jovem, ser negro, ser índio, ser morador de periferia etc. Estes movimentos buscavam se diferenciar daqueles que se organizavam de forma tradicional, no meio urbano ou rural, como os partidos políticos, sindicatos, movimentos rurais e estudantil, a exemplo da União dos Estudantes do Brasil – UNE. Esses movimentos denominados de clássicos, além de serem os mais antigos, também têm a mesma estrutura e forma rígida e compartimentada de agir do século XX, a internet e as redes sociais são meras ferramentas de veiculação de suas ações práticas.

Para Moisés (1985, p.16), a formação das principais áreas metropolitanas brasileiras foi acompanhada do surgimento de uma série de contradições sociais e políticas específicas que apareceram na forma das distorções urbanas conhecidas, por exemplo, por cidades como São Paulo, Rio, Recife, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, entre outras. Desde os anos 1940 e, mais intensamente, após a industrialização que se inicia em meados dos anos 1950, o aprofundamento da divisão social do trabalho no País provocou a emergência de necessidades sociais e urbanas novas para a sobrevivência da população.

Ao longo da sua formação, o Brasil vivenciou diversas lutas e protestos. Não apenas as grandes manifestações de 2013 e 2015 foram fatos isolados, como os meios de comunicação reverberaram “o gigante acordou”, fazendo alusão ao ineditismo dos protestos. Afora os grandes ciclos no País como as Diretas Já (1984) e o Fora Collor (1992), de meados da década de 1990, diversas formas de protesto

político passaram a fazer parte do repertório das ações coletivas, como exemplo Grito dos Excluídos, as Marchas das Margaridas, os movimentos pela Reforma Agrária, ou dos atingidos por barragens, movimento de mulheres, negro, indígena, LGBT, etc.

Entretanto, engana-se quem considera que as manifestações dirigidas pelos movimentos sociais são somente os segmentos associados à esquerda que ocupavam as ruas para fazerem protestos. Alguns exemplos, como a Marcha da Família com Deus e Pela Liberdade, na década de 1960, bem como os atuais protestos a favor do *Impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff demonstram também o viés conservador das ruas. Mas quando essas vozes da classe média tomam às ruas, o grito da "sociedade" ecoa com força e efetividade.

Historicamente, brasileiros de rendas médias ocuparam as ruas para mostrar insatisfação com os caminhos da política nacional. As grandes mobilizações de massa ocorridas no Brasil, em 1968 (Marcha dos 100 mil), em 1984 (Diretas Já) e 1992 (Caras Pintadas) foram protagonizadas por jovens das camadas de renda médias do País. A classe trabalhadora sindicalizada denominada pelo Partido dos Trabalhadores como nova classe-média marchou em projetos, greves e ações políticas desde a década de 1970. Já o que se denominou de baixa renda ou ralé[11] sempre ficou à margem dos atos políticos, distantes dos centros, sem a informação, o tempo e os recursos; a grande massa de cidadãos desempregados ou com até um salário mínimo não participou dos protestos.

Esta contextualização será a base histórica do processo de lutas sociais no Brasil e no mundo, com uma determinada periodização, referida aos protestos ocorridos ao longo da história nacional.

As lutas no Brasil colonial ocorriam por questões amplas, abarcando questões sociais, econômicas, étnicas ou religiosas. Entre os movimentos revoltosos mais importantes deste período, destaca-se Zumbi dos Palmares (1630-1695), Inconfidência Mineira (1789), Conspiração dos Alfaiates (Minas, 1798), Revolução Pernambucana (1817), Balaiada (Maranhão, 1830-1841), Revolta dos Malés (Bahia, 1835), Cabanagem (Pará, 1835), Revolução Praieira (Pernambuco, 1847-1849), Revolta de lbicaba (Estado de São Paulo, 1851), Revolta de Vassouras

[11] Termo cunhado por Jessé Souza, quando empreendeu sua pesquisa sociológica pelo país e que resultou numa nova percepção da realidade brasileira, dividida em 4 principais categorias: "a ralé", "os batalhadores", "a classe média tradicional" e "os ricos" apresentado no livro A ralé brasileira: quem é e como vive (UFMG/2009).

(Estado do Rio, 1858), Quebra-Quilos (Pernambuco, 1873), Revolta Muckers (Rio Grande do Sul, 1874), Revolta do Vintém (Rio de Janeiro, 1880), Canudos (Bahia, 1874-1897), “massacrada pelas forças da República” (GOHN, 2000, p.17).

No início do século XX, as manifestações começaram a ocorrer nos centros urbanos, tendo agora como pautas também reivindicações de serviços públicos como a Revolta da Vacina (Rio de Janeiro, 1905), Revolta da Chibata (Rio de Janeiro, 1910), Revolta do Contestado (Paraná, 1912), ligas contra o analfabetismo (1915), ligas nacionalistas pelo voto secreto e expansão da educação (1917), revoltas contra o preço do pão, por feiras livres, contra a inspeção de bagagens nas estações de trens, contra a colocação de trilhos para os bondes “que retiravam o emprego dos carroceiros e quebravam os cascos das patas de seus cavalos” (GOHN, 2000, p. 18).

Também, em meados do século XX, as revoltas militares, dos cangaceiros e os movimentos messiânicos deram a dimensão política da nova sociedade brasileira em construção; as invasões do grupo de Lampião na Bahia e em Pernambuco (1925-1938), em São Paulo, a Revolução dos Tenentes (1822) e a Coluna Prestes percorrendo parte do país circundaram as cidades nesse período (GOHN, 2000, p.18).

Entre 1930-1937 o Movimento dos Pioneiros da Educação (1931), a Marcha Contra a Fome (1931), a Revolução Constitucionalista de São Paulo (1932), a Revolta do Caldeirão no Ceará (1935), a criação da Aliança Libertadora Nacional (1935), o Movimento Pau de Colher (ocupação de terras na Bahia, em 1935), revoltas militares etc. Com o golpe do Estado Novo, em 1937, por Getúlio Vargas, retoma-se uma certa ordem social baseada na repressão. Em 1942, as associações de moradores, sociedades denominadas “amigos de bairros” foram resultado da expansão das cidades e suas periferias (GOHN, 2000, p.19).

A partir de 1961 se intensificaram as greves no País, no campo e na cidade, onde se destacaram movimentos sociais pela educação: Movimento de Educação de Base (MEB) e, pela cultura, os Círculos Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 1964, com a instalação do Golpe Militar, a resistência se pulverizou entre estudantes e trabalhadores. O Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968 comandado pelos militares, cassou pessoas e restringiu os

direitos políticos dos cidadãos, representando o ponto culminante de uma era de repressão e perseguição (GOHN, 2000, p. 13).

Sem dúvida, 1968 foi um ponto de inflexão de ciclos históricos vistos em longa duração, como também foi o ponto de partida para novas teorias de ação coletiva que se distinguem das anteriores. O processo passa a não ser visto apenas como reativa ao Estado ou do ponto de vista de tomada de poder, ele incorpora uma quantidade de ciclos de protesto mais recente que dá prioridade a elementos de ação direta, democracia participativa e democracia direta, horizontalidade e autonomia. Elementos culturais fortes da ação política dos movimentos que emergem em 1968 atravessam os ciclos posteriores, chegam aos nossos dias, e permitem novas reflexões teóricas sobre os movimentos sociais (ANDRADE, 2018, p. 53).

O maio de 1968 francês registrou traços tão marcantes aos acontecimentos da época que são hoje reconhecidos como tendo permeado o conjunto das mobilizações que ocorreram em todo o mundo, entre 1967 e 1973. Ribeiro (2014a), em artigo sobre os protestos de junho de 2013 no Brasil, estabelece comparações com o que aconteceu na França, fazendo uma descrição político-filosófica de 1968, que ajuda a pensar a natureza de certos movimentos de protestos que irrompem em certas circunstâncias históricas, que chamo de ciclo de protestos pela magnitude e longevidade que adquirem, compreendendo o elemento disruptivo como parte, que coincide com o que ele situa como acontecimento-evento (ANDRADE, 2018, p. 51).

O ano de 1984 foi um marco na história sociopolítica do Brasil com o movimento Diretas Já. Foi a declaração de morte do regime militar. Mas as eleições diretas para presidente da República só vieram a acontecer em 1989. Entre 1984 e 1988 o País se mobilizou por uma nova Constituição. Os movimentos sociais que emergiram na cena política, desde o final dos anos 70, conseguiram inscrever em leis, como direitos, várias reivindicações. Foram conquistas sociais de trabalhadores, mulheres, índios, menores e cidadãos até então considerados como de segunda categoria (GOHN, 2000).

Em dezembro de 1989, o País escolheu seu primeiro presidente eleito, após 29 anos, pelo voto direto. Menos de três anos depois, Fernando Collor de Mello foi afastado por um processo de *impeachment* aprovado pelo Congresso. A atuação

da imprensa foi decisiva para ascensão e a derrocada do presidente. De herói da renovação e bastião anticorrupção, ele passou a inimigo da República nas páginas de jornais e revistas e também na televisão.

Grande parte dos principais veículos de comunicação apoiou abertamente a campanha de Collor à presidência como projeto de saída para que o mercado fosse o polo dinâmico e comandasse a economia. A mesma mídia que em certo sentido construiu a imagem do “caçador de marajás”, também desencadeou a cobertura investigativa que destruiu sua reputação. Com a crise econômica e a volta da inflação, os escândalos de corrupção: um Fiat Elba, a reforma da Casa da Dinda, a briga entre irmãos, a compra de roupas íntimas para a primeira-dama com cheques em nome de Paulo César Farias, o PC Farias, alimentaram as tramas que se seguiram.

Em maio de 1992, o desgaste político do então presidente Fernando Collor chegou ao limite com a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), responsável por verificar as denúncias e encaminhar um possível processo de impedimento do então presidente. Ciente das graves acusações, Collor fez no dia 13 de agosto de 1992 um discurso de improviso onde pediu que a população saísse às ruas vestindo as cores da bandeira nacional em forma de manifestar apoio e ser contrário ao *impeachment*.

Ao invés do verde e amarelo sugerido pelo Collor, alguns jornais circularam com uma tarja preta na primeira página e milhares de pessoas foram para as ruas demonstrar insatisfação com o presidente “collorido”. Em várias partes do país, surgiram manifestações populares exigindo a saída do presidente.

Entre os manifestantes, havia um enorme número de estudantes secundaristas e universitários que participavam ativamente das manifestações e eram apoiados por entidades representativas da sociedade civil como OAB, ABI, CUT, UNE e UBES. Utilizando como hinos canções de protesto que foram compostas durante o Regime Militar como “Alegria, Alegria” e “Pra dizer que não falei das flores”, essa nova geração estampava faixas e cartazes com os dizeres “Fora Collor!!” e “Abaixo a Corrupção”. Milhares de jovens tomaram as ruas das capitais vestindo roupas negras, e com o rosto pintado na mesma cor, em sinal de luto contra a corrupção. Logo a imprensa noticiou o movimento dos "caras-

pintadas", numa referência a uma insurreição militar homônima. O domingo ficou conhecido como "domingo negro".

As manifestações cresceram com a proximidade da votação do relatório final da CPI. Assim, no dia 25 de agosto de 1992, cerca de 400 mil jovens tomaram o Vale do Anhangabaú (São Paulo). Aderiram em massa os estudantes do Recife (100 mil) e de Salvador (80 mil). Mas em todas as capitais havia manifestações a favor do *impeachment*. No Rio de Janeiro, mais de 30 mil estudantes gritavam: “Ai, ai, ai, ai, se empurrar o Collor cai”[12].

3.2 A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO PELA MÍDIA

Cada vez mais os meios de comunicação participavam não apenas na transmissão da informação, mas na formação de uma narrativa política. As novas tecnologias, especialmente a Internet e o uso de aparelhos móveis são geradoras de grande potencial de mobilização da sociedade civil e são forma básica de constituição e atuação da maioria dos coletivos. Para Gohn (2017, p.25), o ambiente virtual propiciado pela rede de computadores ocupa lugar central no caráter dessas ações conectivas no que diz respeito à infraestrutura de recursos para formar pautas, consensos, mobilizar a população, fazer convocações, divulgar resultados de atos e agendas futuras.

Segundo Castells (2013), o ambiente de comunicação afeta diretamente a construção e o significado das mensagens, portanto afeta também a produção de relações de poder na sociedade, ao possibilitar a participação múltiplos protagonistas de maneira instantânea na criação de consensos. “Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado” (CASTELLS, 1999, p.39).

A imprensa no Brasil sempre foi o fio protagonista no debate nacional e cada vez mais se impõem as análises relacionadas ao ambiente jornalístico capazes de acionar a sua responsabilidade na frágil democracia. Ao longo do tempo, a mídia nacional vem participando diretamente dos rumos da consciência crítica com a vontade explícita de interferir nos rumos da política do País. Esse quarto poder

[12] https://pt.wikipedia.org/wiki/Caras-pintadas. Acesso em 28/12/2019.

tende a formar um discurso fruto de uma prática social conforme a análise do discurso e a construção do consentimento. A partir das capas dos principais veículos de comunicação de massa é possível perceber a mensagem subliminar dessas narrativas políticas. A mídia altera o poder político, pois a política precisa se adaptar à sua linguagem (GOMES, 1994; AZEVEDO, 1998). Mesmo vivendo a explosão das mídias alternativas, redes sociais e outras ferramentas de comunicação, o monopólio midiático ainda é propulsor de crises e direcionamentos sociais.

O ambiente social é também configurado, em grande parte, pela mídia. Para Porto (2004) a mídia é, frequentemente, entendida como “fonte de informação” e seu papel é definido como o de informar os cidadãos. “Para bem servir a democracia, segundo este enfoque tradicional, a mídia deve transmitir informações de forma objetiva e imparcial para a audiência”. Neste sentido, a mídia deveria, ao tratar de assuntos políticos, “impedir que valores e ideologias interfiram no relato dos fatos ou evitar que os meios de comunicação favoreçam um grupo, um partido ou candidato” (PORTO, 2004, p.2).

O conflito (de interesses, de posições) enquanto um *frame* cognitivo estrutura o enredo da narrativa jornalística, torna os aconteceres isolados em histórias compreensíveis. Colocando continuamente atores uns contra os outros, o narrador-jornal tece as intrigas, promove o conflito que necessita estimular para manter a narrativa jornalística sempre “aquecida” e atraente para o destinatário (GUAZINA; MOTTA, 2010, p.137).

Nesse debate, importa a reflexão sobre o papel da visibilidade midiática, considerando o jornalismo como uma das dimensões fundamentais da comunicação pública devido a sua importância na formatação das percepções públicas sobre a política e o governo. Versões e poderes são disputados pelo Estado, sociedade e imprensa, em redes de comunicação pública, como afirma Weber (2007, p.4).

A partir do exposto, constitui um corpus de análise desta dissertação matérias veiculadas nos jornais, de circulação nacional, que marcaram momentos da narrativa para desestabilizar governos e movimentos. Destaca-se a campanha que levou Vargas ao suicídio, a invisibilidade da Passeata dos Cem Mil, a fraude

jornalística das Diretas Já, a eleição de Fernando Collor e o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Um dos primeiros embates das empresas de comunicação com a política foi a partir de 1942, no período Vargas quando começou a preparar a transição do Estado autoritário para o regime democrático. O governo iniciou uma campanha para popularizar a figura do presidente nos meios de comunicação, o programa radiofônico "A Hora do Brasil" difundiu a personalização das ações do governo na figura do presidente. Ali buscou ampliar o apoio entre as classes trabalhadoras, dentre elas consolidar os direitos sociais e trabalhistas, expressa em medidas aprovadas em 1943 como a CLT e o aumento do salário mínimo.

A mídia refletia a reação da classe dominante (Figura 3), os conservadores e os chamados liberais que não aceitavam o resultado das urnas, das quais Vargas saíra vitorioso com 48% dos votos. Assim, em pouco tempo o silêncio foi cedendo lugar a uma campanha aberta contra o presidente. A partir de 1953, a oposição a Vargas se intensificou sob a liderança de Carlos Lacerda, proprietário do jornal Tribuna da Imprensa (Figura 4), e de Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados.

Após o atentado contra Lacerda, em 5 de agosto de 1954, praticamente toda a imprensa acusou o presidente da República e a renúncia seria inevitável, exceto o jornal a Última Hora de Samuel Wainer que foi perseguido e acusado de favorecimento pelo governo varguista.

O suicídio de Vargas mudou os ânimos da população que protestaram nas ruas do centro do Rio de Janeiro em frente aos jornais para impedir a sua distribuição. A morte de Getúlio afastou o golpe perpetrado pelas classes de alta renda até 1964.

Figura 3 - Capa do Jornal Tribuna

Fonte: Internet[13]

Figura 4 - Capa do Jornal Tribuna

Fonte: Internet[14]

Durante 10 anos, o país passou por sucessivos embates políticos, conspirações internacionais e muita disputa pelo poder, sob o início da Guerra Fria, e com receio das reformas de base de Jango e medo do comunismo, militares

[13] https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/?cmpid=copiaecola. Acesso em 15/11/2018.
[14] https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/?cmpid=copiaecola. Acesso em 15/11/2018.

tomaram à frente o comando da República e instalaram uma ditadura que durou 21 anos.

A sustentação social foi cristalizada pelas manifestações denominadas “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, coordenadas pelos setores conservadores da sociedade, a igreja e a mídia, contra Jango e a ameaça comunista. Em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, o grupo de manifestantes se reuniu às 16h na Praça da República, passaram pela Rua Barão de Itapetininga, a Praça Ramos de Azevedo, o Viaduto do Chá, (Figura 5) a Praça do Patriarca e a Rua Direita, antes de chegar à Praça da Sé, onde o palanque estava montado para os discursos contra a ameaça vermelha. Já no Rio de Janeiro, a Marcha convocada para o dia 2 de abril de 1964 saiu às ruas para comemorar a deposição de Goulart pelos militares em passeata que saiu da Praça da Igreja da Candelária às 16h rumo à Esplanada do Castelo.

Segundo o livro A ditadura militar no Brasil - A história em cima dos fatos[15], ocorreram 49 marchas em todo o país entre 19 de março e 8 de junho de 1964, tendo as marchas após o golpe recebido o nome genérico de “Marchas da Vitória”.

Novamente, o único jornal que não aderiu ao golpe foi o jornal Última Hora. Os grandes jornais do País como no caso de O Estado de S. Paulo e O Globo, além do notório Tribuna da Imprensa participavam ativamente da conspiração que mandou João Goulart para o exílio. Alinhados ao movimento golpista com amplos setores do empresariado, as principais empresas jornalísticas cumpriam o papel de legitimar através do senso comum a defesa de seu capital. A mídia tornava-se poderoso instrumento ideológico na preparação e, mais tarde, no respaldo ao regime militar. Sua contribuição para a desestabilização do governo Goulart, que além de ser acusado de inepto era apontado como agente da infiltração comunista no Brasil, foi fundamental. Mesmo jornais de longa tradição liberal, como o Correio da Manhã, estiveram na linha de frente do processo de desestabilização do governo.

[15] ARBEX JÚNIOR, José; SOUZA, Hamilton Octavio. A ditadura militar no Brasil: a história em cima dos fatos. São Paulo: Casa Amarela, 2007. Coleção Caros Amigos.

Figura 5 - Capa do Jornal O Dia, 03/04/1964

Fonte: Internet[16]

Figura 6 - Capa do Jornal do Brasil, 19/03/1964

Fonte: Internet[17]

[16] https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/

[17] https://www.infomoney.com.br/colunistas/blog-da-redacao/ha-50-anos-marcha-da-familia-mudou-o-rumo-do-brasil-a-historia-vai-se-repetir/. Acessando, 03/12/2019.

Entre 1964 e 1969 os movimentos de resistência ao Golpe Militar foram extirpados. No meio industrial ficaram famosas as greves dos trabalhadores em Minas e São Paulo. Os estudantes, influenciados pela conjuntura nacional e internacional, se destacaram principalmente pelo Maio de 68, na França. O Governo brasileiro redefiniu suas leis e instituiu o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, cassando e punindo pessoas e estabelecendo severas restrições aos direitos políticos dos cidadãos. Nesse período, a cidade se torna novamente ponto de tensão através das guerrilhas urbanas e a constituição de organizações populares para combater o Estado ditatorial forja diversos líderes políticos, dentre eles a futura Presidenta Dilma Rousseff.

Em todo o mundo, 1968 foi tanto um ponto de inflexão de ciclos históricos vistos em longa duração, como também foi o ponto de partida até os dias de hoje para novas teorias de ação coletiva que se distinguem das anteriores. No Brasil, o ápice das manifestações contra o regime ditatorial ficou conhecido como a Passeata dos Cem Mil e ocorreu no dia 26 de junho de 1968 no centro do Rio de Janeiro.

A Passeata dos 100 mil foi uma resposta contra a ditadura militar no Brasil, organizada pelos estudantes em 26 de junho de 1968, tendo como estopim a morte do secundarista Edson Luís de Lima Souto, em março do mesmo ano, na cidade do Rio de Janeiro. Contou com a participação da classe média democrática, intelectuais, artistas e profissionais liberais que se incorporaram às ruas. A passeata se reuniu no centro histórico do Rio de Janeiro, nas ruas da Cinelândia, passando pela frente da igreja da Candelária e encerrando-se em frente à Assembleia Legislativa do Estado.

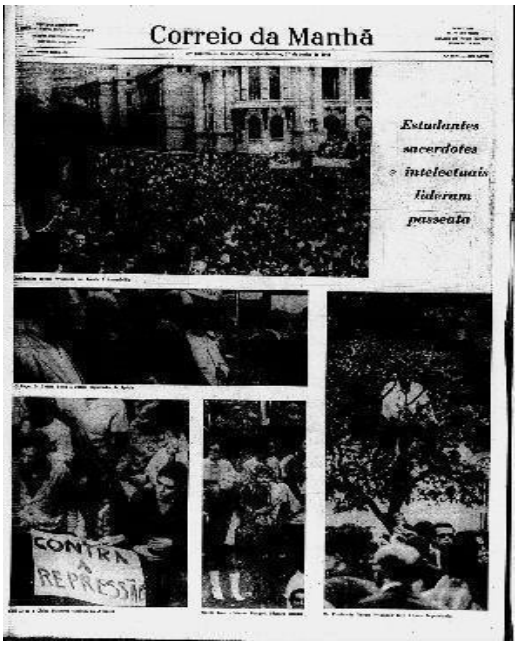
Os três principais jornais abordaram diferentes pontos de vista, levando-se em consideração as condições em que o texto foi produzido. Ao analisar as capas da edição do dia 27 de junho de 1968 dos veículos cariocas O Globo, Jornal do Brasil e Correio da Manhã, pode-se constatar que os recursos discursivos contrariam a natureza neutra e imparcial da imprensa.

O Correio da Manhã, único jornal de grande circulação que se apresentou de forma crítica à ditadura, veio ao longo desse processo denunciando os atos de violência do governo. Na foto da Passeata ocupou quase meia página da capa, dando imponência, com o título em letras garrafais “Marcha do povo reúne cem mil”.

Destaca a adesão popular, as ações pacíficas e reverbera o ato em si. Já o Jornal do Brasil (JB) publicou uma foto recortada da passeata na qual não representava a sua dimensão real, com o título “Governo criará em 48 horas Grupo de Trabalho para Reforma Universitária”. Diminuiu, assim, ainda mais o significado do ato e pauta a irrelevante medida do governo. Em seu texto, descreveu que a Passeata atingiu “60 mil pessoas, entre estudantes, padres, freiras, mães, professores, intelectuais, operários e populares participaram da passeata estudantil de ontem, durante a qual não houve nenhum incidente e terminou em frente ao Palácio Tiradentes”, ao indicar o quantitativo presente menor, negando a estimativa de 100 mil, demonstra bem a disputa da narrativa de pessoas presentes. O jornal o Globo distribuiu sua edição com uma foto ainda menor para a Passeata, se comparada aos outros dois jornais. A foto com pouco destaque e o título, “Passeata sem incidentes” apresenta a pouca importância que o jornal quis passar ao ato e reduz a informação a fim de desestimular o leitor.

O ano de 1984 foi um marco na história do Brasil com o movimento Diretas Já. Enquanto explodiam manifestações em todo o país, a mídia, em regra, tentou esconder os protestos. Um exemplo célebre foi a cobertura do telejornal de maior audiência da Rede Globo, o Jornal Nacional. No dia 25 de janeiro, mais de 300 mil pessoas foram à Praça da Sé, na capital paulista para reivindicar eleições diretas para presidente. A emissora transmitiu imagens do protesto dando a entender que seria um comício em comemoração aos 430 anos da cidade São Paulo. Primeiro, a emissora justificou o fato como uma falha técnica, e somente anos depois assumiu a manipulação de dados alegando ameaça e coação por parte do governo.

Figura 7 - Capa do Correio da Manhã, 27/06/1968



Fonte: Internet[18]

Figura 8 - Capa do Jornal do Brasil, 27/06/1968

Fonte: Internet[19]

[18] https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/
[19] https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/

Figura 10 - Capa do Jornal O Globo, 27/06/1968

PASSEATA SEM INCIDENTES
Reforma universitária impõe GT em 48 horas
Agitador mata em São Paulo
O GLOBO
NÔVO ATENTADO EM SÃO PAULO: METRALHADO O QG DO II EXÉRCITO
Governador: cidade está de parabéns
Tropa chora soldado-estudante
Mude o estilo

Fonte: Internet[20]

Figura 9 - Capa do jornal Folha de São Paulo, 30/09/1992

FOLHA DE S.PAULO
VITÓRIA DA DEMOCRACIA
IMPEACHMENT!
Câmara depõe Collor em decisão histórica; presidente respeita o resultado e Itamar assume hoje

Fonte: Internet

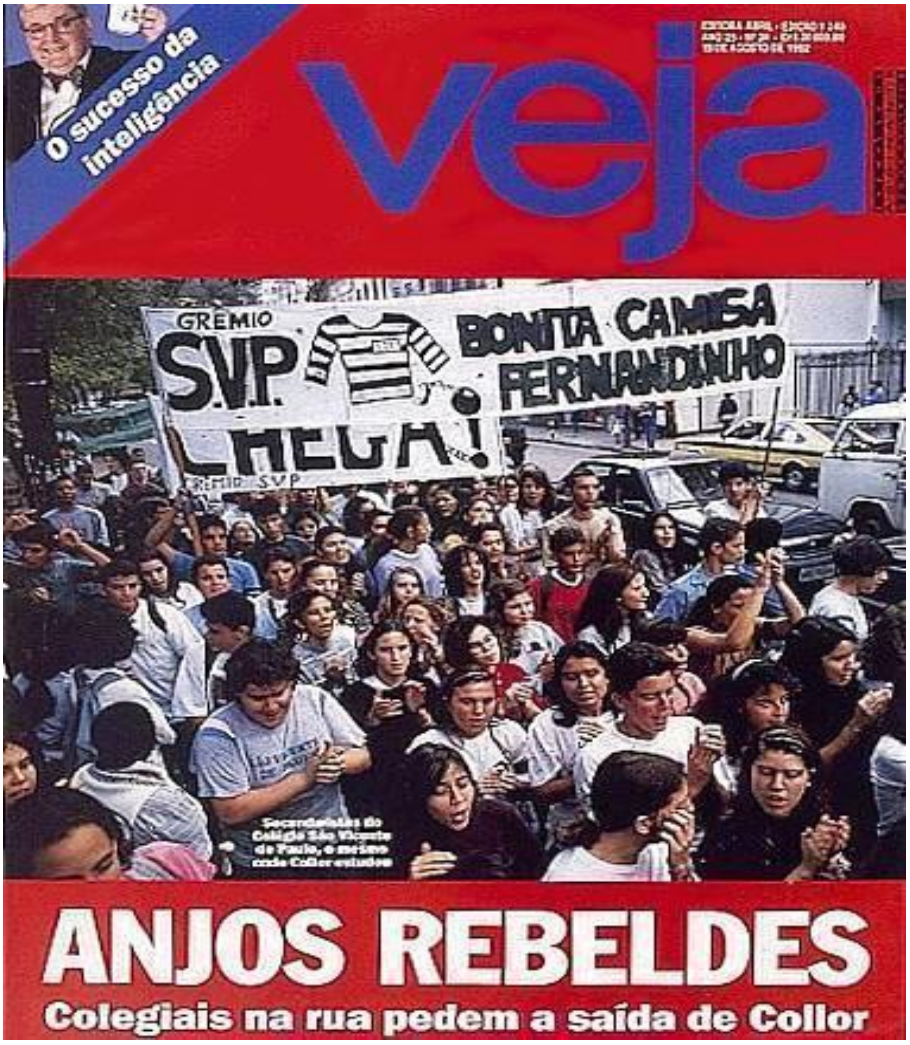
O primeiro presidente civil após 21 anos de regime autoritário, José Sarney, governou o país até 1990 e aprofundou a crise política e econômica da frágil democracia brasileira. Fernando Collor assumiu sob uma perspectiva de mudança total, um liberal moderno que iria pôr fim aos privilégios públicos e gerar empregos. Mas o serviço da dívida atingiu níveis insuportáveis; e o governo, com aspirações populistas, confiscou a poupança de toda a nação. Com a explosão do déficit público e o corte do crédito internacional, a inflação acelerou-se e a economia beirou o colapso. Assim, como coalizões frágeis, clientelismo difuso e alastramento da corrupção, com menos de três anos de governo, o presidente renunciou a partir de um processo de *impeachment* aprovado pelo Congresso Nacional. A atuação da imprensa foi decisiva para ascensão e a derrocada do então “caçador de marajás”. De herói da renovação e símbolo da anticorrupção, ele passou a inimigo da República nas páginas de jornais, das revistas e da televisão.

Com grande poder de repercussão, a televisão já era o grande meio de comunicação de massa e teve decisivo papel na elaboração de valores. A exibição

[20] https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/

da minissérie “Anos Rebeldes” pela Rede Globo, que tratava dos anos da ditadura, tendo exibido seu último capítulo no dia 14 de agosto, foi uma peça orientadora para estimular cerca de 50 mil pessoas a ir às ruas em São Paulo exigindo a saída de Collor.

Figura 11 - Capa da Revista Veja, 29/09/1992



Fonte: Internet

Figura 12 - Manifestação na Avenida Rio Branco, Rio de janeiro, 29/09/1992

Fonte: Internet[21]

Figura 13 - Manifestação na Avenida Conde da Boa Vista, Recife, 28/09/1992

Fonte: internet[22]

[21] https://www.folha1.com.br/_conteudo/2017/10/politica/1226449-as-ruas-na-democracia-do-brasil.html
[22] http://memoriabancariospe.org.br/category/imagens/page/4/

3.3 2013, O ANO QUE NÃO TERMINOU

A partir de 2013, novíssimos atores entraram em cena e mudaram o panorama das manifestações no Brasil com multidões nas ruas após serem convocadas por redes sociais *on-line*. As causas para o entendimento destas alterações devem ser buscadas tanto na conjuntura político-econômica interna do País como na conjuntura externa. Essa última dada pelos reflexos da crise econômica internacional a partir de 2008, geradora de grandes mobilizações e manifestações ocorridas na Europa, com o movimento dos Indignados na Grécia, Espanha, Portugal, as manifestações do movimento *Occupy* e as ocorridas nas praças de todo mundo: Porta do Sol (Madri), Willy-Brandt Platz (Frankfurt), Praça de Tahrir (Egito), Praça Mohammad Bouazizi (Tunísia), Praça do Parque (Nova York) ou na Praça do Largo da Batata em São Paulo, em 2013.

As lutas pela redemocratização no Oriente Médio, denominadas “Primavera Árabe”, trouxeram um elemento novo à região: a participação popular que levou multidões às praças para derrubar ditaduras. Em uma análise sobre as manifestações na Tunísia, Manuel Castells descreveu que

> a conexão entre comunicação livre pelo Facebook, Youtube e Twitter e a própria ocupação do espaço urbano criou um híbrido espaço público de liberdade que se tornou uma das principais características da rebelião tunisiana, prenunciando os movimentos que surgiram em outros países. (BOSCO, 2017, p. 66)

Desde o século XIX e, mais acentuado, no século XX, os protestos de rua se diferenciavam como um recurso a mais da propaganda política na cidade com o conceito de guerra híbrida que se iniciou, em 2010, na Tunísia e se espalhou na Argélia. Segundo Andrew Korybko, a guerra híbrida é a combinação entre revoluções coloridas e guerras não convencionais. Esse novo modelo planeja seus ataques a partir de ferramentas de propaganda e uso das redes sociais atrelados a estudos psicológicos das massas.

Essa onda internacional denominada revoluções coloridas que se alastrou em 2010, a partir do mundo árabe e chegou ao Brasil em 2013 na Primavera de Junho, possui novas estratégias da geopolítica entre os países, um novo modelo de

guerra indireta na qual as tradicionais ocupações militares e as guerras tradicionais dão lugar a desestabilização de governos com jovens nas ruas e nas redes. Esses movimentos foram definidos como guerras híbridas.

O conceito de “guerra não-convencional” derivou do “Manual para Guerras Não-Convencionais das Forças Especiais dos Estados Unidos” que objetiva explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de grupos ou países hostis, apoiando forças de resistência, em regra, jovens para atingir os objetivos estratégicos da geopolítica norte americana (KORYBKO, 2018).

Essa bem fundamentada tese em três partes esclarece o objetivo central por trás de uma Guerra Híbrida em larga escala, qual seja: destruir projetos conectados transnacionais multipolares por meio de conflitos provocados por questões étnicas, religiosas, políticas etc. (KORYBKO, 2018). Dentre os países-alvo estão os BRICS (Brasil Rússia, Índia, China e África do Sul) por uma série de razões, dentre elas realizar comércio próprio, diminuir a influência do dólar e se integrar mais à China comunista.

Assim, as Jornadas de Junho de 2013 não foram ciclos naturais, mas um modelo de conflito operacionalizado no enfrentamento dos EUA frente à Rússia e à China nos países periféricos e vulneráveis como o Brasil, Turquia e Polônia.

A cartografia das capitais no Brasil espelha a segregação sobre o ato de escolha das manifestações no qual o componente externo (guerra híbrida) somado ao componente interno (violência simbólica) representa o novo modelo de manifestação política nas ruas do país pós-2013, uma combinação de segregação espacial estruturada na formação do País e a influência da geopolítica internacional.

Ao longo da Copa das Confederações, evento teste para a Copa do Mundo, as ruas de diversas cidades do Brasil foram tomadas por uma série de manifestações, agendadas pela internet, principalmente através das redes sociais. Um dos marcos desses acontecimentos foi a reação violenta por parte da polícia militar contra os participantes de um dos atos organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo contra o aumento das tarifas de transporte público de ônibus e metrô, modificando seu valor de R$3,00 para R$3,20, agendada para entrar em vigor no dia seis de junho de 2013 (ver figuras 14 e 15).

Várias manifestações ocorreram paralelamente aos protestos de junho, tais como Marchas das Vadias; Marchas da Maconha; greves; ocupações em

universidades; mobilizações de populações atingidas pelas obras da Copa do Mundo; Marcha da Família com Deus; Paradas Livres/Gays; entre outras (GOHN, 2017).

As jornadas propiciaram o surgimento de uma nova prática de comunicação e um novo tipo de ativismo: o midialivrismo (ANTOUN e MALINI, 2013), onde grupos como os Jornalistas Livres e a Mídia Ninja geraram cobertura, ao vivo, via *streaming*, permitindo a interação do público onde os próprios transmissores respondiam ao vivo os internautas que compartilhavam e comentavam. Essa militância teve um papel de extrema importância enquanto mídia alternativa, na contramão do jornalismo praticado pela mídia tradicional.

André Singer divide esses acontecimentos em três fases, as quais duraram cerca de uma semana cada uma. A primeira, a ebulição iniciada por uma pequena fração da classe média, circunscritas à cidade de São Paulo nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho de 2013. Nessa etapa o objetivo específico era a redução do preço das passagens do transporte público comandada pelo Movimento Passe Livre (MPL). Mas já na convocação do dia 11, reuniram-se cerca de 5 mil pessoas e houve uma repressão violenta por parte da polícia e destruição do patrimônio por grupos de jovens que foram reportadas pelos jornais como os *black blocks*. (SINGER, 2013) A medida exagerada tomada contra os manifestantes acabou ganhando repercussão midiática nacional especialmente por ferir alguns jornalistas que cobriam a manifestação.

A repetição e intensificação dos embates levaram o governador paulista, Geraldo Alckmin, a anunciar um endurecimento para a quarta demonstração (na quinta, 13), quando um número indefinido de pessoas — a Polícia Militar (PM) calculou 5 mil, segundo os organizadores havia 20 mil — marchou pacificamente do centro da cidade até a Rua da Consolação, sendo impedidas de prosseguir em direção à Avenida Paulista. A partir daí inicia-se outra repressão violentíssima, que se espalha por ampla região da pauliceia (SINGER, 2013).

A segunda etapa dos protestos se deu justamente pelo uso desmedido da força da Polícia Militar, com as manifestações de 17, 18, 19 e 20 de junho, quando alcança o auge. Outras frações da classe média entram espontaneamente em cena, potencializando as demandas. De milhares, as contas de gente na rua passam a centenas de milhares em diversas cidades do País. Surgem outras bandeiras, e

cartazes com as pautas: “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “Queremos hospitais padrão Fifa”, “O gigante acordou”, “Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação”, “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio”, “Todos contra a corrupção”, “Fora Dilma! Fora Cabral! PT = Pilantragem e traição”, “Fora Alckmin”, “Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar”, foram algumas das inúmeras frases vistas nas cartolinas (SINGER, 2013).

Na última etapa, do dia 21 até o final do mês, o movimento é tomado por outros agentes que seriam a base de apoio do *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, a qual se levanta com apoio da mídia contra o governo da Presidenta Rousseff e a corrupção, a derrubada da PEC 37 e contra o Programa Mais Médicos. Ascende o movimento Vem Pra Rua de caráter liberal e com a bandeira da anticorrupção.

A composição social era tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo do que Paul Singer costuma denominar de novo proletariado. Trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho (SINGER, 2013).

Em regra, a mídia tradicional fez um *looping*, ora na defesa dos protestos, ora em sua criminalização. A cobertura foi mudando durante o mês, os grandes meios de comunicação primeiramente intitularam os manifestantes como baderneiros, violentos e criminosos, a partir do dia 17, no início do último ato, o Jornal Nacional inverte a opinião e apoia as bandeiras contra o governo central e a contra a corrupção. As manifestações passavam a ser “expressão democrática” e os tumultos oriundos de uma “minoria de vândalos”.

Figura 14 - Manifestação nas ruas de São Paulo, junho de 2013

Fonte: internet[23]

Figura 15 - Manifestação nas ruas de São Paulo, agosto de 2013

Fonte: internet[24]

As redes sociais hoje, sobretudo o Facebook e o Twitter, acabam se constituindo em verdadeiros instrumentos de organização dos jovens que visam ação coletiva e construção de significativas propostas políticas, sociais e culturais. A esse respeito, “as redes levam à formação de comunidades *on-line* que têm o

23 https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Tarifa_Zero_SP.jpg

24 https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/por-que-convulsoes-sociais-comecam-por-30-pesos-ou-20-centavos/

poder de reivindicar a sociedade" (CASTELLS, 2003, p. 7). Assim, conforme Barreto (2011, p. 162), "As novas mídias sociais como Facebook e Twitter mudaram o uso da expressão 'mobilização social"'.

A revolução da comunicação digital operada pelas novas tecnologias, como a Internet e os celulares, gerou grande potencial de mobilização da sociedade civil, que se iniciou na Tunísia em 2009 e chegou no Brasil em 2013, criando um espaço híbrido entre a rede tecnológica e as ruas.

Figura 16 - Imagens ao vivo realizada por manifestante pelo celular

Fonte: internet[25]

Nesse cenário, muitos analistas não entenderam o grito das ruas e não perceberam o caráter cultural, conforme afirma Bucci (2016, p.18). Junho de 2013 rompeu as fronteiras da política (ou da linguagem meramente política) para configurar um acontecimento que se impôs no campo da cultura, com potencial de transformar a cultura política.

Após Junho de 2013, instituições da sociedade civil, como a CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, articulada à OAB — Ordem dos Advogados do Brasil, Movimento de Combate à Corrupção e a Plataforma dos Movimentos Sociais formaram uma "coalização pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas" para a elaboração de uma proposta para ser apresentada como um projeto de lei de iniciativa popular (previsto na Constituição de 1988), para uma

[25] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aDO6tr6kgAk>.

Reforma Política do Sistema Brasileiro. Nada disso prosperou e a agenda eleitoral seguiu seus prazos.

Em 2014, os novíssimos atores que entraram em cena em Junho de 2013 continuaram nas redes sociais on-line e saíram às ruas em tímidos atos contra a Copa do futebol no Brasil e seus grandes gastos, não atraindo a maioria da população. Durante o período eleitoral para a presidência da república em 2014 ocorreu intensa mobilização das redes sociais e alguns grupos criados tiveram grande atuação nas manifestações de março de 2015.

É comum aos analistas identificar as causas que provocaram o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff nos fatos políticos que originaram os resultados da operação Lava Jato, no esfacelamento de sua base política de apoio no Congresso Nacional e os efeitos desestruturantes de suas medidas econômicas que tiveram uma guinada oposta às promessas durante a campanha eleitoral de 2014. A combinação desses fatores teria erodido a sustentação da Presidenta, inclusive entre seus eleitores (BUCCI, 2016). Entretanto, sem desconsiderar tais análises, partimos de outro ponto inicial, qual seja, Junho de 2013.

O Brasil saiu de 2013, mas 2013 não saiu do Brasil. Entramos no ano seguinte simplesmente com a necessidade de executar uma importante Copa do Mundo no primeiro semestre e eleições presidenciais, no segundo. O maior evento do planeta, mais de 3,2 bilhões de pessoas assistiam em todo mundo, a Copa do Mundo foi palco de mais uma cena insana da classe média brasileira. Na abertura, do dia 12 de junho na inauguração da Arena Corinthians, em São Paulo, os olhos de todo o mundo acompanhavam os jogadores entoando o hino nacional, mas presenciaram xingamentos e vaias à Presidenta da República. Mais que uma crítica ao governo do PT, a torcida, em grande parte de homens de sobrenome, *socialites* riquíssimas e *playboys* sorridentes, apresentava um novo espaço de disputa política, a disputa simbólica em torno de imagens identitárias da nação.

Em outubro de 2014, o país chegou dividido em uma campanha eleitoral para presidente e refletiu uma negação à política, apresentada cotidianamente em narrativa midiática onde as notícias ganhavam grande repercussão com reiteradas associações da política e dos políticos com corrupção, ilegalidade, traições e intrigas (BENTS, 2015, p. 33). Com 51,64% dos votos válidos, Dilma Rousseff (PT) venceu Aécio Neves (PSDB) com 48,36%. Essa foi a menor margem de diferença

de votos em um segundo turno na história das eleições presidenciais no Brasil da redemocratização, assinalando uma divisão social e política.

3.4 O PAPEL DA MÍDIA NO *IMPEACHMENT* DE 2016

Com um recorte empírico, a mídia foi decisiva no impulsionamento das manifestações a favor do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Os jornais de circulação nacional (O Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo e o Globo) desempenharam um papel estratégico na engrenagem política que derrubou o governo petista, em 2016, pois a imprensa escrita ainda tem uma grande capacidade de pautar não só a mídia eletrônica (rádio e televisão) como as mídias digitais, como comprovam que a maior parte das notícias e temas que trafegam pelo Facebook são originárias da mídia impressa (GONÇALVES, 2018, p. 45).

Quando comparados os protestos contrários ao governo do Partido dos Trabalhadores, os manifestantes são descritos como vozes da sociedade e que buscam seus direitos de forma democrática, com patriotismo no combate à corrupção. As imagens das famílias embelezam as ruas e representam a verdadeira aspiração nacional. Em contrapartida, na análise feita sobre as matérias representando os participantes contra o *impeachment*, tanto os periódicos impressos e televisivos quanto *on-line* ofereciam uma ideia de que os manifestantes seriam, em regra, sindicalistas ou filiados aos partidos de matriz de esquerda, sendo tratados com certo desdém por estarem em minoria e localizados em espaços com menor visibilidade política. Como ocupavam os centros históricos das cidades durante os dias da semana, eram acusados de vândalos, além de atrapalhar o direto dos transeuntes de ir e vir quando bloqueavam ruas e avenidas.

Segue-se uma reflexão sobre as estratégias editoriais em quatro momentos identificados em 5 capas desses jornais. Especificamente, as manifestações sociais a favor do *impeachment* nos dias posteriores aos protestos: 16 de março, 13 de abril, 17 de agosto, 14 de dezembro de 2015 e 14 de março de 2016.

A cobertura das manifestações de rua contrárias ao *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (do Partido dos Trabalhadores) colocou às claras a tão propalada prática tendenciosa da mídia comercial em seu menosprezo pelos movimentos sociais populares. Dentre elas, os números de manifestantes que

foram, em grande parte, fabricados. Ora, os números oficiais da Polícia Militar tendiam a aumentar o quantitativo de pessoas a favor do *impeachment* e diminuir a quantidade nas manifestações a favor do governo petista, embora os números indicados pelas organizações de ambos lados sempre tendiam a mais. Através de comparativos a partir dos próprios números divulgados pela grande imprensa, as abordagens jornalísticas se revelaram tendenciosas nas marcadas manifestações de rua ocorridas ao longo de 2015 e 2016, com o objetivo claro de chegar ao número cabalístico de 1 milhão de pessoas na Avenida Paulista, no dia 13 de março de 2016. Mas para isso acontecer, a imprensa acatava os números dos organizadores dos eventos *pró-impeachment*.

De antemão, as manifestações contra a Presidenta Dilma Rousseff tiveram, desde o início, todos os conglomerados de mídia brasileira como maiores aliados. A constatação pôde ser confirmada na cobertura jornalística do jornal O Estado de São Paulo, na edição do dia seguinte à primeira manifestação *pró-impeachment*, em 15 de março deste ano, que levou 1,950 milhão de pessoas às ruas, em 185 cidades em todo País (dados da Polícia Militar), segundo o periódico. Só na cidade de São Paulo, foram contabilizados cerca de 1 milhão de pessoas pela Polícia Militar e 210 mil pelo Instituto DataFolha), conforme dados divulgados pelo jornal. Na mesma edição (16/03/2015), o jornal apresenta um comparativo entre o número de pessoas que foram às ruas e o número de votos dos eleitores nas eleições presidenciais de 2014. Em infográfico, o jornal traça um paralelo entre o número de pessoas nas manifestações contra Dilma naquela data em estados e regiões em que a Presidenta teve vitória maior ou menor a 65% dos votos nas eleições/2014, assim como mostra estados e regiões em que Aécio Neves teve vitória maior ou menor a 65% dos votos.

Com a imprensa aliada e na posição de partido político, as manifestações de ruas *pró-impeachment* tiveram grandes vantagens por contar com a ampla cobertura dos conglomerados de mídia antes, durante e depois dos atos. A imprensa (emissoras de TV e rádio, off-line e on-line) participaram ativamente com chamadas um dia antes das manifestações, divulgando expectativas de público confirmadas em redes sociais e locais para as concentrações. No dia do evento, 15 de março, as grandes emissoras de televisão abertas e sites de notícias fizeram inserções ao vivo durante todo o domingo, com convocatória para o local do evento.

A fórmula se repetiu nos quatro eventos contra a Presidenta Dilma realizados ao longo de 2015. Outro aspecto a considerar é que essas manifestações foram realizadas aos domingos, quando as ruas e praças foram transformadas em espaços de lazer, sob a bandeira verde-amarelo. Sob a escolta da polícia, manifestantes desfilaram com bandeiras do Brasil e cartazes com dizeres “Intervenção Militar”, “Volta dos Militares”, “Fora Dilma”, Fora PT”, “Fora o Comunismo”, “Vai pra Cuba”, exibiram *selfies* com militares diante tanques blindados, como os grandes defensores da Pátria, em alusão ao regime militar (1964-1985). As manifestações tiveram semelhança às ações pós-31 de março de 1964, quando famílias inteiras saíram às ruas para apoio ao golpe militar, que resultou em uma das mais sangrentas ditaduras da América Latina.

Além das transmissões ao vivo durante os domingos das manifestações, as principais emissoras de televisão de rede nacional (abertas e fechadas) e sites de notícias dos conglomerados divulgaram os balanços das manifestações ao vivo nos horários nobres e em tempo real. Nas edições dos dias seguintes às manifestações, as coberturas completas nos principais jornais dos conglomerados de mídia brasileira, com ampla divulgação (reportagens, fotos, infográficos em várias páginas).

Na edição seguinte ao 15 de março, *O Estado de S. Paulo* estampou a manchete: “Protesto contra Dilma é maior manifestação desde 'Diretas-Já'”, com foto ocupando quatro colunas em quase página inteira de formato standard. A *Folha de S. Paulo* também apresentou cobertura semelhante na edição seguinte ao 15 de março. A manchete do jornal em seis colunas no formato standard, “'Fora Dilma reúne 210 mil em São Paulo e multidões no país”. Os protestos contra a Presidenta Dilma se repetiram nos dias 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro, porém com adesão menor em número de manifestantes, conforme divulgado pela imprensa em relação ao dia 15 de março. No entanto, os conglomerados deram a mesma dimensão à cobertura, com convocações antes, durante e depois dos atos, considerando ainda as chamadas ao vivo dos locais dos eventos em rede nacional pelas principais emissoras de televisão do país e sites de notícias.

Seguem as capas dos principais jornais e a repercussão das manifestações a favor do *impeachment*[26]:

[26] Capas do jornal Folha de São Paulo, acesso em 04/12/2019: https://acervo.folha.com.br/index.do;

Acontecimento 1 – Repercussão das manifestações *pró-impeachment* (16/03/15);
Acontecimento 2 – Repercussão das manifestações *pró-impeachment* (13/04/15);
Acontecimento 3 – Repercussão das manifestações *pró-impeachment* (17/08/15);
Acontecimento 4 – Repercussão das manifestações *pró-impeachment* (14/12/15);
Acontecimento 5 – Repercussão das manifestações *pró-impeachment* (14/03/16);

Figura 17 - Capa Folha de São Paulo, 16/03/2015

FOLHA DE S.PAULO

'Fora, Dilma' reúne 210 mil em São Paulo e multidões no país

ATO POLÍTICO É O MAIOR REGISTRADO NA CAPITAL PAULISTA APÓS DIRETAS JÁ • MILHARES FAZEM PROTESTOS EM TODOS OS ESTADOS E NO DF • GOVERNO DIZ ESTAR DISPOSTO A OUVIR 'VOZ DAS RUAS'

Fonte: internet

Figura 18 - Capa Folha de São Paulo, 13/04/2015

Fonte: internet

Capas do jornal O Estado de São Paulo, acesso em 04/12/2019: https://acervo.estadao.com.br/;
Capas do jornal O Globo, acesso em 04/12/2019: https://acervo.oglobo.globo.com/

Figura 22 - Capa Folha de São Paulo, 17/08/2015

FOLHA DE S.PAULO

Novos protestos mantêm Dilma sob pressão; SP mobiliza 135 mil

Figura 20 - Capa Folha de São Paulo, 14/12/2015

FOLHA DE S.PAULO

40 mil se reúnem no menor protesto anti-Dilma em SP

NATAL sem crise

Brasil melhora o seu IDH, mas cai no ranking global

Figura 21 - Capa Folha de São Paulo, 14/03/2016

FOLHA DE S.PAULO

ATO ANTI-DILMA É O MAIOR DA HISTÓRIA

Figura 19 - Capa O Estado de São Paulo, 16/03/2015

O ESTADO DE S. PAULO

Protesto contra Dilma é maior manifestação desde as 'Diretas Já'

Em meio a panelaço, governo promete pacote anticorrupção

VEJA NA PÁGINA 5 QUEM TAMBÉM ESTÁ CONFIRMADO NA NOVELA

BABILÔNIA

KIA

Figura 23 - Capa O Estado de São Paulo, 13/04/2015

O ESTADO DE S. PAULO

Pela 2ª vez, atos contra Dilma se espalham por 24 Estados e DF

Figura 24 - Capa O Estado de São Paulo, 17/08/2015

O ESTADO DE S. PAULO

Com líderes da oposição nas ruas, protestos focam impeachment

Figura 25 - Capa O Estado de São Paulo, 14/12/2015

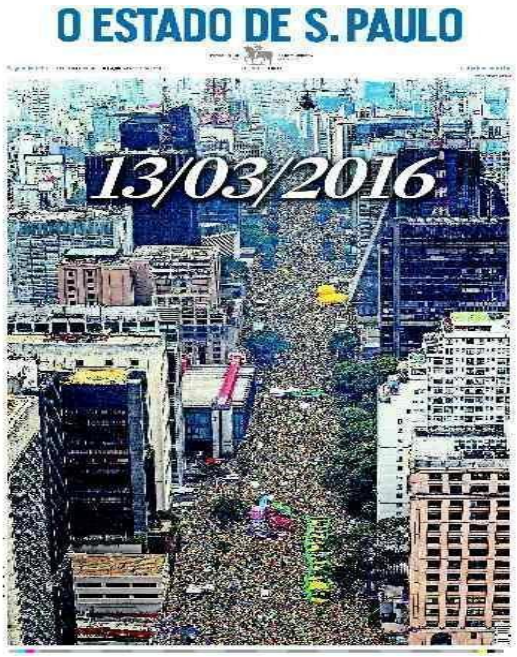
O ESTADO DE S. PAULO

Protesto tem adesão menor e oposição se mobiliza para março

Planalto prevê dificuldades no STF

Acordo de Paris exigirá 'transição energética'

Figura 26 - Capa O Estado de São Paulo, 14/03/2016


O ESTADO DE S. PAULO

13/03/2016

Figura 27 - Capa O Globo 16/03/2015

O GLOBO

A VOLTA DOS PROTESTOS

Democracia tem novo 15 de março

Em todo o país, 2 milhões vão às ruas contra o governo

Surpreendida, Planalto reage com promessas

Panelaço nas cidades vira resposta à fala de ministros

Madero ganha

Tragédia com ônibus em Santa

Figura 28 - Capa O Globo 13/04/2015

O GLOBO

NAS RUAS

Novos protestos contra governo têm adesão menor

PM calcula 700 mil nas manifestações. Organização fala em 1,5 milhão

Para políticos, risco rumor continua

Campeonato Carioca

VASCO E FLA EMPATAM

Figura 29 - Capa O Globo 17/08/2015

O GLOBO 90

EM GRANDE MANIFESTAÇÕES

Atos reúnem 879 mil, mas governo vê quadro estável

Uniões não pagam por energia cara

De virada

FLU VENCE F

VOLTA AO G-4

Figura 30 - Capa O Globo 14/12/2015

O GLOBO 90

COLOCAÇÕES DO BRASIL NOS ÚLTIMOS ANOS

País cai no ranking global de desenvolvimento humano

Brasil é o único a perder posição entre Brics e fica abaixo do Sri Lanka

Mais de 25% trabalham em condições precárias

ONU elogia Bolsa Família enquanto Congresso avalia corte

EXCLUSIVO/A GUERRA DO IMPEACHMENT

Ex-ministro diz que maioria do PMDB quer deixar governo

Convenção do partido, marcada para março, pode ser antecipada

França vota não à Frente Nacional

Rio monitora 32 casos da doença

Prédios ganham vista da Baía

Acidente mata 5 na Linha Amarela

Presidente sem água quente

Protestos em todos os estados, com menos adesões

Oposição quer 'janela de infidelidade' sharts

Decretos sem aval do Congresso nascem

Figura 31 - Capa O Globo 14/03/2016

3.5 A CLASSE MÉDIA SAI ÀS RUAS

A partir de março de 2015, uma série de manifestações de massa irrompem nas ruas do Brasil, com características totalmente diferentes das de junho de 2013, pelo repertório das demandas, grupos sociais que as convocam, composição social, de faixa etária dos participantes e matrizes referenciais teóricas ou políticas que fundamentavam as ideias e os valores das principais lideranças que convocaram os atos políticos.

Surge então um novo agente, fomentado, em regra geral, pelas novas condições de trabalho da massa urbana (informalidade, empreendedorismo, desregulamentação etc.) e pelas políticas econômicas do governo Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real, mas principalmente, pelas ações implementadas pelo governo Lula – Dilma, para exemplificar: investimento no ensino básico e superior, fortalecimento do SUS, investimento na construção civil etc., gerando uma ascensão econômica de parte da população. Denominado de lulismo, esse período

se deu sob fortes forças conciliadoras. Se de um lado o governo aumentou os juros do COPOM para 26,5%, subiu a meta do superávit primário em 0,5% e cortou quase 1% do PIB, por outro lado, foi implementado sob o tripé popular o programa Bolsa Família, o aumento real do salário mínimo e a expansão do crédito, inclusive, o crédito imobiliário, através do programa Minha Casa Minha Vida, possibilitando um *boom* na expansão imobiliária em todas as capitais (BOSCO, 2017, p. 57). Entretanto, pelo tom conciliatório, não quis mexer nas estruturas viciadas da política nacional, não realizou nenhuma grande reforma estruturante (tributária, política, dos meios de comunicação) e não colocou um freio nas promíscuas relações entre o setor privado e os partidos políticos.

Por incrível que possa parecer, as manifestações de Junho de 2013 surgem no momento que a economia estava ainda aquecida, a popularidade “bom/ótimo” de Dilma Rousseff beirava os 65% e a taxa de desemprego estava a índices irrelevantes.

A nova classe média no Brasil não é tão classe, muito menos, média. O período das gestões do governo dos ex-presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff apresentou uma significativa mudança na composição por renda da população. A redução dos índices de pobreza, nos governos do presidente Lula, possibilitou a denominação do que se chamou de uma “nova classe média”, oriunda da chamada “Classe C”. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), entre 2003 e 2009, o contingente de famílias que auferem rendimento entre R$ 0,00 e R$ 705,00 teve uma redução de 45,5%; as com rendimento entre R$ 705,00 e R$ 1.126,00 uma redução de 11,63%, enquanto que as famílias brasileiras que auferem rendimento entre R$ 1.126,00 e R$ 4.854,00 apresentaram uma evolução de 34,32% entre 2003 e 2009 (NERI, 2010). Este segmento corresponde à classe C e atualmente à maioria da população brasileira 50,5%, (NERI, 2010). Caberia, sem dúvida, um aprofundamento, tendo como base uma nova e ampla análise sobre o que é classe média.

Para Pochmann (2012), a ampla geração de postos de trabalho assalariados formais terminou por afirmar a mobilidade social na base da estratificação social brasileira, sobretudo com o impulso dos aumentos reais do salário mínimo, para ele tendo o setor de serviços como principal fonte geradora de novas ocupações. Compreende-se, então, uma reconfiguração de parte significativa da classe

trabalhadora. Assim, mesmo identificando essa força dos novos segmentos da classe trabalhadora na base da pirâmide social, é equivocado afirmar que nasceu uma nova classe social, muito menos como classe média no País.

De fato, essa ascensão econômica da classe trabalhadora foi real e inédita na história do País. Porém, a designação de nova classe média foi a força motriz das ações governamentais no período Lula-Dilma. Segundo Jessé Souza (2017), o economista Marcelo Neri, o pai da ideia de uma “nova classe média”, simplesmente deduziu a suposta nova classe a partir da renda média, como se uma classe social fosse construída apenas pela renda. Para Jessé, essa definição torna possível falar de classe social e manter completamente intocadas as mentiras sobre liberdade e autonomia.

Seria possível afirmar que grande parte da própria academia não aprofundou o papel do capital econômico na obra marxista e foi demasiadamente simplista para algo tão complexo de superação do atual sistema econômico vigente. Essa fragilidade teórica gera, como primeiro grande equívoco, a classificação da divisão da sociedade por faixa de renda A, B, C, D e E. Um questionamento sincero parte de Jessé Souza: “como uma leitura tão arbitrária e tão tosca da realidade é tão difundida e transformada em crença social compartilhada?” e completa: “por que alguns indivíduos que pertencem a algumas classes desempenham secularmente certo tipo de função nas relações produtivas?” (SOUZA, 2017).

É preciso partir do “berço”, ou seja, do núcleo familiar, para que se compreenda as classes e sua formação e como elas irão definir todas as chances relativas de cada um de nós na luta social por recursos escassos; o capital simbólico estruturante do hábito das famílias. As classes são reproduzidas ao longo da história de cada família de pais aos filhos. O sucesso escolar dependerá, por exemplo, se a disciplina, pensamento prospectivo – ou seja, a capacidade de renúncia no presente em nome do futuro – e capacidade de concentração são efetivamente transmitidos aos filhos. Uma família brasileira pode levar até nove gerações para deixar a faixa dos 10% mais pobres e chegar à de renda média do País, segundo estudo sobre mobilidade social elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nesse quesito, o Brasil só fica na frente da Colômbia e empata com a África do Sul numa lista de 30 países analisados.

A percepção do brasileiro, de acordo com pesquisa da Oxfam mencionada no estudo, endossa o cenário: seis em dez cidadãos pensam que esforço não é o bastante para uma pessoa que nasceu pobre alcançar uma situação de vida confortável. Mais de um terço daqueles que nascem entre os 20% mais pobres no Brasil permanece na base da pirâmide, enquanto apenas 7% conseguem chegar aos 20% mais ricos. Na média da OCDE, 31% dos filhos que crescem entre 20% mais pobres permanecem nesse grupo e 17% ascendem ao topo da pirâmide.

Isso é o que o estudo chama de "chão pegajoso" (*sticky floor*): a dificuldade das famílias de baixa renda de sair da pobreza. Filhos de pais na base da pirâmide têm dificuldade de acesso à saúde e maior probabilidade de frequentar uma escola com ensino de baixa qualidade. Nesse sentido, costuma-se dizer que a tão proclamada meritocracia existe às avessas no Brasil, pois a desigualdade social e de renda, destaca o levantamento, é definidora do acesso às oportunidades que podem fazer com que alguém consiga ascender socialmente. As escolas privadas tradicionais e modernas formam os políticos, servidores públicos do topo da pirâmide econômica e os profissionais liberais que se destacam na sociedade, sem contar os herdeiros que recebem vultoso patrimônio com o desafio de administrar e expandir. É o encontro do capital cultural com o capital econômico, explicitado no capítulo 1 dessa dissertação.

Para o trabalhador com baixa qualificação, o novo arranjo piora sensivelmente as condições de vida. Entretanto, na classe média não ocorre o mesmo, em especial na alta e em frações da massa da classe média, a qual se diferencia internamente e se transforma qualitativamente. Esse novo arranjo social e econômico da sociedade, favorecendo os 20% de privilegiados, adapta-se a um novo arranjo da divisão internacional do trabalho. Agora, a sua direção é determinada pelo grande capital estrangeiro, e não mais pelo capital nacional ou pelo Estado. Assim, a parcela da renda pessoal apropriada pelos 10% mais ricos passa de 39,66%, em 1960, para 47,79% em 1970, inaugurando uma tendência que se consolida. No mesmo período, a parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres caiu de 17,71% para 14,90%.55 (SOUZA, 2018, pg. 138-139).

Em grande medida, o segmento das classes populares em emergência apresenta-se despolitizado, individualista e aparentemente racional à medida que busca ascender para maiores capitais. Por isso, a ausência percebida de

movimentos sociais em geral, identificados por instituições tradicionais como associações de moradores ou de bairro, partidos políticos, entidades estudantis e sindicais, reforça o caráter predominantemente mercadológico que tanto os intelectuais engajados como a mídia comprometida com o pensamento neoliberal fazem crer. Desejam, assim, além de gerar mais conformismo sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais do país, domesticar e alienar as possibilidades de, pela política, aprofundar as transformações das estruturas do capitalismo brasileiro neste início do século XXI. (PORCHAMAN, 2012)

Continua Porchaman, ao entender que não se trata da emergência de uma nova classe - muito menos de uma classe média. O que há, de fato, é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil. O mesmo parece se repetir em outras dimensões geográficas do globo terrestre, sobretudo na periferia do capitalismo, conforme o interesse de instituições multilaterais (como o Banco Mundial, entre outras) em difundir os êxitos da globalização neoliberal. Sobre isso, aliás, começa a surgir mais recentemente uma leitura crítica à superficialidade exposta no tratamento do tema de classe média (PORCHAMAN, 2012).

Parte dessa parcela, denominada nova classe média, foi às ruas, primeiro em 2013 nos protestos que comumente se chamam de Jornadas de Junho e que tiveram como pautas centrais as questões urbanas, o preço da passagem, depois os altos custos com a Copa do Mundo. Posteriormente, diversos grupos organizados pelas redes sociais da internet e inflamados pelos meios de comunicação voltaram às ruas, em 2014, dessa vez para exigir o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

Neste cenário, duas manifestações se destacaram nas ruas do país em Março de 2015. A primeira, no dia 13, ocorreu em várias capitais brasileiras organizadas pelo MST — Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, CUT — Central Única dos Trabalhadores, UNE — União Nacional dos Estudantes, MTST — Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entre outros, com demandas trabalhistas, mas de apoio ao governo federal. Esta manifestação representou uma tentativa de

se antecipar e contrapor a outra manifestação que estava sendo organizada para o dia 15 de Março.

Embora em 13 de Março tenham-se reunido centenas de militantes em inúmeras capitais e cidades de todo o Brasil, 13 de Março teve um público pequeno, comparado com a que ocorreu dois dias depois. No dia 15 de Março 2015, a multidão retornou às ruas e esta foi a novidade na cena pública. Aparentemente foi uma retomada de Junho de 2013, mas só na questão numérica. Os manifestantes foram ativados via redes sociais, especialmente por novos grupos criados a partir de 2013, ampliando o espectro das matizes políticas dos atores, trazendo para a cena do protesto social nas ruas grupos que se apresentam em público como de oposição ao atual governo federal brasileiro, mas buscam não se identificar com partidos políticos, mesmo com os da oposição. Faixas e cartazes de partidos políticos foram proibidos, assim como a fala de membros do parlamento. A predominância dos jovens em Junho de 2013 foi substituída por pessoas de todas as faixas etárias, especialmente famílias que levaram seus filhos. Certamente foi o batismo na política para estas crianças, assim como um momento educativo, que alguns denominaram de *cidadania cívica*. O caminhão de som retorna à avenida, de forma diferente em São Paulo, por exemplo. Ele passou a ser um divisor de espaço na avenida, e permaneceu estacionado, no mesmo lugar, do início ao fim, aglutinando ao seu redor adeptos dos grupos organizadores.

Dentre os novos grupos organizadores do ato de 15 de Março em São Paulo, destacam-se: “Vem Pra Rua” — VPR , “Movimento Brasil Livre” — MBL, e “Revoltados *on-line*”, entre outras dez novas siglas/grupos dentre os quais há três pequenos grupos que defendem a volta dos militares ao poder, demanda felizmente minoritária no conjunto da multidão. A manifestação de 15 de março de 2015 entrará certamente para a história dos atos de protestos de grande dimensão no Brasil, apesar da polêmica quanto ao número real de participantes. Segundo a Polícia Militar, mais de 2 milhões de pessoas saíram às ruas no país neste dia, sendo um milhão só em São Paulo. O Datafolha publicou que foram 210 mil em São Paulo, a maior manifestação política medida pelo órgão de pesquisa após as Diretas Já, em 1984. No dia 15 de março já se anunciou uma nova manifestação para o dia 12 de abril, a menos de um mês de distância (GOHN, 2015b).

Em várias capitais e cidades médias do país, organizadas pelos mesmos grupos de 15 de março, a multidão caiu para a metade, e em outros em um terço em relação ao mesmo 15 de março. Em São Paulo, novamente na Avenida Paulista, ocorreu o ato com maior número de participantes do país neste dia, 100 mil segundo o Datafolha e 275 mil segundo a Polícia Militar. Com números menores, o 12 de abril foi mais enfático em dois itens: "*impeachment* de Dilma e o Fora PT". Toda a discussão na mídia centrou-se nesta comparação e pouco destaque foi dado ao fato que, neste mesmo dia, a Folha de São Paulo publicou pesquisa do DATAFOLHA onde 63% da população era favorável ao *impeachment* da Presidenta Dilma, com apenas 13% considerando que ela estava fazendo um bom governo (GOHN, 2015b).

As manifestações de 15 de março e 12 de abril trouxeram para as ruas não apenas uma nova camada social, mas especialmente as divisões econômicas e culturais das classes médias. Elas trouxeram novos repertórios de demandas nas ações coletivas que até então eram tímidos ou inexistem nos protestos nas ruas. A pluralidade da sociedade civil e a diversidade das opiniões sobre a política e o governo vieram à tona e se expressaram de forma clara. A dinâmica do processo da contestação social ampliou-se à medida que a mobilização da opinião pública, realizada principalmente através das redes sociais, atuou como agente de organização das manifestações de rua. Com isso deu-se impulso para campanhas de politização em torno de diversos temas, geraram-se novas imagens e representações sociais sobre a crise econômica e política no Brasil atual.

A organização ao redor de redes e não de uma instituição ou dado movimento específico tem possibilitado novas dinâmicas aos protestos sociais, que fogem do controle das organizações já institucionalizadas, tais como UNE, CUT, MST etc. Por tudo isso, a partir de 2013 é preciso repensar as análises sobre a lógica da ação coletiva organizada diferenciando-a quando ocorre a partir de grupos, estruturas políticas e organizacionais dos movimentos já tidos como tradicionais na cena brasileira, nas últimas décadas, e as lógicas advindas do engajamento individual dos participantes nas manifestações a partir de 2013, convocadas por uma pluralidade de grupos sociais e políticos, para uma melhor compreensão das condições de emergência e de transformação do ativismo nas ruas, na atualidade.

Segundo Castells (2015), as manifestações de 2013 e as de 2015 têm em comum a “denúncia de corrupção e o sentimento de que há demandas dos cidadãos que não podem se expressar nos atuais sistemas políticos” — “*Simpatia do brasileiro é um mito*”, como diz o sociólogo Manuel Castels em entrevista concedida à enviada especial, em Salvador, Sylvia Colombo da*, Folha da São Paulo,* 18/05/2015.

A percepção manifesta dos participantes dos atos *pró-impeachment* em relação a algumas políticas sociais, encampadas no plano federal pelos governos petistas, nos ajuda a compreender certos valores sociais e políticos predominantes nesse público. Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 13/03/2016 revelou que 81% dos manifestantes concordam que beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família, ficam preguiçosos (PERSEU ABRAMO, 2018). Por sua vez, 79,5% dos manifestantes de 16/08/2015 concordaram (total ou parcialmente) que pessoas negras não deveriam usar a cor da pele para obter “privilégios” como as cotas raciais, ao passo que 70,4% defenderam (total ou parcialmente) ser justo que aqueles que estudaram e se esforçaram na vida usufruam de alguns “privilégios” (ORTELLADO; SOLANO, 2018b). Segundo a mesma pesquisa, 97,7% dos manifestantes se declararam total ou parcialmente favoráveis a que o Estado forneça educação a todos os brasileiros (92,3% foram totalmente favoráveis), e 96,5% defenderam que a educação pública deve ser gratuita (86,9% foi o índice dos totalmente favoráveis à essa premissa) (ORTELLADO; SOLANO, 2018b).

Uma interpretação possível desses dados é a de que as políticas de cunho redistributivo e afirmativo ferem a ideologia meritocrática, fortemente presente nas classes médias. Notemos que os benefícios concedidos pelo Bolsa Família desvinculam a renda do trabalho, ao passo que a adoção de medidas como as cotas (raciais e sociais) para ingresso no Ensino Superior afronta o princípio da igualdade formal na concorrência interindividual às vagas nas universidades públicas (que no Brasil, historicamente, se constituíram como reduto das classes médias e superiores).

Ao mesmo tempo, o expressivo apoio à vigência de um sistema de educação público e gratuito pode ser entendido como um reforço dessa mesma ideologia meritocrática, cujo pressuposto fundamental é a existência de um aparelho escolar

“neutro” e formalmente aberto a todos. Avancemos, então, uma definição de “classes médias” capaz de justificar a conexão pretendida entre tais setores sociais e a ideologia meritocrática. Consideramos como pertencente às classes médias o amplo e heterogêneo contingente dos trabalhadores “não manuais”, quer sejam assalariados ou não, independentemente do setor de atuação (público ou privado). A divisão entre trabalhadores “manuais” e “não manuais”, por sua vez, é entendida como decorrente da divisão capitalista do trabalho, que reproduz permanentemente uma oposição entre trabalho de execução e trabalho de concepção/direção (SAES, 2005, p.100-105). Partindo da ideologia burguesa de valorização do trabalho em geral ou da ascensão pelo trabalho (que justifica as desigualdades sociais em razão da capacidade diferencial de trabalho e/ou esforço dos indivíduos), os trabalhadores de classe média chegam a um resultado particular: a valorização de um tipo específico de trabalho – aquele tido como “intelectual” – em detrimento do trabalho manual (BOITO JR., 2004, p. 221); (SAES, 2005, p. 100). Logo, a meritocracia pode ser entendida como uma ideologia de segunda ordem ou derivada (da ideologia de valorização do trabalho em geral) tendo, como tal, a função de legitimar e/ou reforçar as desigualdades entre trabalhadores manuais e não manuais. Enquanto ideologia orgânica própria aos trabalhadores de classe média, a meritocracia tende a justificar e naturalizar a hierarquia do trabalho como sendo a expressão de uma pirâmide natural de “dons e méritos”, no sentido indicado por Bourdieu e Passeron (2014).

Em decorrência da grande heterogeneidade existente no interior das classes médias, a adesão a valores meritocráticos pode comportar variações significativas. Assim, seria possível identificar dois segmentos distintos entre os trabalhadores não manuais: um primeiro, formado por trabalhadores propriamente intelectuais na acepção estrita do termo (para os quais o exercício da criatividade é um valor importante) e um segundo, composto por trabalhadores cuja atividade é dominantemente mental, porém, dotada de um caráter reiterativo, e não criativo ou inovador (SAES, 2005, p. 100). Entre os trabalhadores intelectuais propriamente ditos, portadores de alto grau de autonomia e criatividade, a ideologia meritocrática tende a se expressar com maior vigor. Certas situações de trabalho – formas e montante da remuneração auferida, nível de socialização do trabalho, conteúdo do trabalho, qualificações exigidas, complexidade das tarefas executadas, grau de

autonomia, exercício (ou não) de atividade de direção ou controle sobre outros trabalhadores, etc. – predispõem os trabalhadores de classe média a apegar-se ao meritocratismo enquanto outras não o estimulam tão intensamente (BOITO JR., 2004, p. 222-224). Pois bem, é entre os trabalhadores da alta classe média, que a ideologia meritocrática tende a se afirmar com maior ênfase.

O apego à ideologia meritocrática também contribui para explicar por que a luta anticorrupção sensibiliza preferencialmente a classe média. Tal ideologia dispõe de um terreno particular e privilegiado de realização: o Estado de tipo capitalista, cujo caráter formalmente "público" de suas instituições (erigido em ícone para os burocratas de classe média) não poderia ser maculado pelo poder econômico (BOITO JR., 2017, p. 17). Embora setores sociais distintos possam engajar-se, por diferentes motivos, na luta contra a corrupção, somente a "classe média" mantém uma relação unívoca e preferencial com a bandeira da luta contra a corrupção, percebida como mal absoluto da sociedade, para o qual prescreve o remédio da reforma jurídica e moral (BOITO JR., 2017, p. 17). Se a afirmação de que o meritocratismo tende a se fazer mais presente entre os trabalhadores da alta classe média é correta, podemos argumentar também que é comumente nesse setor social que o apelo à luta anticorrupção encontra maior adesão. Entre os manifestantes de 13/03/2016, 58% citaram espontaneamente a corrupção como motivação para comparecerem ao ato (maior número de menções), ao passo que a identificavam preferencialmente aos governos do PT (Lula e Dilma), considerados os mais corruptos por 85% (PERSEU ABRAMO, 2016). A "corrupção" também foi apontada de maneira espontânea, por 66% dos entrevistados, como o principal problema do país, muito à frente da "educação", que ficou na segunda posição, com 7% de menções (PERSEU ABRAMO, 2016).

Se, como vimos, a rejeição a certas políticas públicas (como o Bolsa Família e as cotas étnico-raciais) é massiva, o mesmo não pode ser dito em relação a um ideário econômico de tipo liberalizante. Notemos que 96,5 % dos participantes do ato de 16/08/2015 se declararam total ou parcialmente favoráveis a que o Estado forneça serviços de saúde a todos os brasileiros (88,6% foram totalmente favoráveis) e 96% declararam que os serviços de saúde devem ser gratuitos (afirmação com a qual 74,3% dos entrevistados concordaram plenamente) (ORTELLADO; SOLANO, 2015b). Até mesmo a gratuidade do transporte coletivo

foi, total ou parcialmente, apoiada por 49% dos manifestantes (ORTELLADO; SOLANO, 2015b).

Para esta dissertação os locais, dias e horas das manifestações são indícios do objeto de estudo, qual seja, os espaços públicos são ocupados pelos atores como representação e identidade de seus valores que explicitam a produção espacial e, consequentemente, a segregação urbana. Para embasar tais assertivas, vale-se do uso das pesquisas do Instituto Data Folha e ainda de duas pesquisas coordenadas pelos professores Pablo Ortellado (USP) e Eshter Solano (Unifesp), referentes aos atos de 12/04/2015 e 16/08/2015. Vários movimentos convocaram atos unificados em várias cidades e capitais, abrangendo todas as regiões do País contra o governo Dilma Rousseff (PT) e a corrupção nos dias 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto de 2015, e em 13 de março de 2016. A adesão aos protestos sofreu oscilações. Tomando por base dados como escolaridade, renda, ocupação e cor de pele dos manifestantes, podemos traçar um perfil socioeconômico daqueles que foram às ruas. Utilizaremos como referência as medições realizadas pelo Instituto Datafolha nas quatro ocasiões. Todas as medições se referem às manifestações ocorridas na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo. O alto índice de correspondência entre as respostas fornecidas pelos entrevistados justifica a tentativa de estabelecermos um “perfil” dos manifestantes.

Para facilitar a exposição, o Datafolha realizou uma pesquisa de opinião durante as manifestações de 13/03/2015 e 15/03/2015, diferentemente dos manifestantes do primeiro protesto com grupos majoritariamente de esquerda, a maioria dos manifestantes presentes à Avenida Paulista no domingo, 15 de março tinha idade média de 40 anos. Uma parcela de 76% tinha ensino superior, e os demais haviam estudado até o ensino médio (21%) ou fundamental (2%). Uma fatia de 85% fazia parte da PEA (População Economicamente Ativa), com destaque para assalariados registrados (37%), autônomos regulares (11%), profissionais liberais (7%), empresários (14%). A segmentação por renda mostra que 14% tinham renda mensal de até 3 salários mínimos, 15%, de 3 a 5 salários mínimo, 27%, de 5 a 10 salários mínimos, 22%, de 10 a 20 salários mínimos, e 19%, mais de 20 salários. Uma fatia de 4% não informou sua renda mensal familiar. Sete em cada dez (69%) se declararam de cor branca, e os demais se dividiram entre pardos (20%), preta (5%), amarela (3%) e indígena (1%). Os moradores das regiões sul (28%) e oeste

(23%) eram os mais numerosos, e em seguida aparecem leste (14%), centro (13%), norte (9%) e outras cidades (13%).

Ao analisarmos, tendo por base a percepção sobre movimentos sociais, partidos políticos e órgãos de imprensa, aquele que seria o perfil político-ideológico dos participantes nos atos convocados pelos movimentos supracitados, verificamos que a rejeição a partidos políticos e movimentos sociais possuidores de uma base social popular é alta: em 12/04/2015, 73,2% dos manifestantes disseram não ter confiança nenhuma nos partidos (índice que chega a 96% em relação ao PT); 79,2% declaram não ter confiança alguma no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); e 84,4% não têm nenhuma confiança no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (ORTELLADO; SOLANO, 2018a). Na mesma ocasião, 70,8% declararam confiar muito no Vem Pra Rua, enquanto 52,7% disseram o mesmo em relação ao Movimento Brasil Livre (este último possuía um maior índice de desconhecimento: 15,9% contra apenas 2,3% do primeiro) (ORTELLADO; SOLANO, 2018a). Quanto à confiança nos canais de imprensa, sobressaem menções positivas à Revista Veja (51,8% dos manifestantes disseram confiar muito), ao passo que Reinaldo Azevedo e Raquel Sherazade foram os “comentaristas políticos” que, com larga vantagem, obtiveram o maior índice de menções positivas (ORTELLADO; SOLANO, 2018a).

4 A CARTOGRAFIA DO GOLPE

Em diversos momentos da vida social, os movimentos urbanos, principalmente nas grandes cidades, ocuparam as praças e as ruas a fim de ecoar suas ideias, apropriando-se da plenitude da palavra público. Por outro lado, esse espaço segregador impõe limites e muros invisíveis na cidade a fim de dividir e classificar quais grupos ou classes são proprietários do território. Destarte, é possível afirmar que as manifestações políticas tendem à busca de “seus” centros, ou seja, as pautas e os perfis são definidos pelo centro urbano no quais geram as distinções políticas e as segregações sociais.

A cidade não é palco apenas de manifestações políticas entre grupos de esquerda e direita com foco nas pautas político-partidária, as ruas também foram ocupadas por outras pautas e movimentos sociais na medida que ocupá-las se tornou fundamental. Outras mensagens são expostas nesse espaço a partir de ações como a Parada Gay, a Marcha da Maconha, Grito dos Excluídos ou Marcha de Deus. Este mesmo espaço também é por vezes ocupado para o simples lazer ou diversão como a praia ou o carnaval ou pelo próprio Estado quando representada pelas festas oficiais e as paradas militares.

A fim de desenvolver uma análise das manifestações nos espaços públicos, esse capítulo traz à baila a estruturação histórica e simbólica das cidades brasileiras a partir da obra “O espaço intra-urbano”, de Flávio Villaça. Embora este autor tenha se atido apenas a seis capitais (Recife, Porto Alegre, São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), são elas o grande peso econômico e político do país, que concentram as tomadas de decisão e as variáveis sociais, sem desmerecer as outras 21 capitais, que poderiam se encaixar em modelos ou reproduções das principais conforme se detalha no percurso deste capítulo.

Assim, esse trabalho também pretende demonstrar que existe um processo em curso de deslocamento das classes mais altas em detrimento das posições centrais da cidade, ou seja, há uma contínua tendência, nos últimos 100 anos nas cidades brasileiras, das moradias de alta renda se distanciarem dos centros históricos e se erguerem nos subcentros ou novos centros. Essa expansão dos centros tradicionais para o novo deslocamento das decisões econômicas e políticas da cidade evidencia as atuais divisões urbanas e novos rearranjos simbólicos,

tornado mais visível nos espaços determinados para as manifestações contra e a favor do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff .

Para isso foram analisadas todas as capitais brasileiras a partir das manifestações políticas contra e a favor do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff a fim de compreender semelhanças e diferenças entre regiões, capacidades econômicas, dados censitários, origem e formação desses espaços.

Analisar tais capitais reforça a ideia de perceber os centros políticos de poder nos quais foram construídas as assembleias legislativas, os fóruns judiciais e as sedes das empresas públicas e privadas. Também, ao longo do tempo, os investimentos em meios de transporte público foram pensados para ligar a periferia e as franjas urbanas ao centro. Mesmo tendo se constituído em algum estado mais de uma cidade com capacidade econômica tão importante quanto a capital, como é o caso, por exemplo, de Rio Branco (AC) e Ji Paraná (RO) ou João Pessoa (PB) e Campina Grande (PB), cabe ainda à capital o papel central de comando.

Quando a região central e novos centros financeiros não assumem distinções tão explícitas, o dia e horário da semana é que distinguem a realização das manifestações. Esse aspecto temporal também evidencia certos aspectos das estruturas sócio-urbanas das capitais brasileiras. Por exemplo, a questão dos deslocamentos, acesso ao ônibus, final do expediente do trabalhador, além, é claro, da mídia que destaca ou reprime em sua grade e nas capas dos jornais a visibilidade condicionada.

Com o tempo, os tradicionais centros históricos que possuem as casas legislativas, os primeiros bancos, a igreja matriz católica no centro da praça foram perdendo importância regional, ao passo que ia aumentando a diversidade social de trabalhadores de baixa renda, comércio informal de produtos chineses, prédios abandonados com risco de desabamento, locais ermos e sujos para o tráfico e uso de drogas ilícitas, em detrimento das novas expansões para moradias de alta renda financeira.

Assim, mesmo que em regra, exista uma nova centralidade econômica e agora política, poucas capitais mantiveram seus antigos centros como espaço de disputa, possivelmente por que ainda não possuem uma classe alta vultosa que pudesse puxar o comércio e o serviços para outra localidade. Isso é perceptível nas cidades com PIB de menor capacidade de gerar riqueza, como Belém (12º

colocação no PIB), Macapá (24º colocação no PIB), Rio Branco (25º colocação no PIB) e Boa Vista (26º colocação no PIB). Todas essas capitais disputaram o mesmo espaço público tanto para grupos ligados às teses de esquerda como de direita. É interessante perceber que nenhuma dessas cidades são localizadas na orla marítima, demonstrando que mesmo tendo uma pequena classe de alta renda, se fossem estabelecidas em cidades com praias, provavelmente, existiria um fator determinante para exigir seu espaço segregado, pois um imóvel localizado à beira-mar recebe de forma mais acintosa as características de renda de monopólio, tendo seu metro quadrado mais valorizado. A cidade de Aracaju, que só está em 22ª colocação no PIB nacional – por ser margeada pelo oceano – teve um movimento das altas classes de renda direcionada para a região de Atalaia, área nobre da cidade, onde o metro quadrado mais caro da cidade chega a R$ 2,5 mil.

Já Curitiba tem uma singularidade, mesmo sendo a quinta cidade mais rica do Brasil: ela teve um processo de planejamento que permitiu desenvolver e aprimorar diversos pontos de infraestrutura, com destaque ao sistema de transporte público. As mudanças realizadas na capital paranaense se tornaram referência de desenvolvimento no Brasil e no mundo. Além disso, concretizou ali um desenvolvimento menos excludente, dado à cidade o segundo maior grupo do País de famílias de alta classe renda (6%) e gerando mais bairros de média e alta renda no entorno do centro histórico. E, por isso, esse centro não foi abandonado por sua elite dando aquele espaço ainda uso econômico e político. Não à toa, ainda possui alta valorização imobiliária: bairros como Batel e o próprio centro são negociados a R$ 9,5 mil o metro quadrado e por ali circulam profissionais liberais, empresários, agentes públicos e estudantes em convívio mais similar às capitais europeias que as próprias cidades latinas.

Um fato: com exceção de Teresina, todas as demais capitais do Nordeste se estabeleceram na orla e se deslocaram dos antigos bairros históricos para os novos bairros próximos do oceano que se identificam com as parcelas de alta renda. No Rio de Janeiro, desde a década de 1930, nos bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon, e depois, em Recife, em Boa Viagem, por exemplo, a elite se deslocou para a orla no sentido zona sul da cidade. Já em João Pessoa, o bairro de Cabo Branco se localiza na zona leste da capital. Em Salvador os bairros de Ondina e Barra também disputam o metro quadrado mais caro da cidade e se localizam também na

Zona Sul. Já Natal, capital do Rio Grande do Norte, tem em toda sua expansão de orla a valorização do monopólio da vista mar, no norte o bairro de Pajuçara, ao sul, Ponta Negra e no leste, após o bairro de Petrópolis, o bairro de Tirol, que está a cerca de2km da praia de Areia Preta. Em Aracaju, o bairro de Atalaia também se localiza na Zona Sul e, em Macéio, também por toda expansão a valorização imobiliária levou a classe de alta renda para a orla, na zona central fica Pajuçara e mais ao norte, Ponta Verde e Jatiúca.

Outro fator desse movimento urbano deve-se ao discurso do medo nas cidades brasileiras. A mixofobia (medo de misturar-se) não deixa de ser a previsível reação à variedade de tipos humanos e de estilos de vida que se podem encontrar nas ruas das grandes cidades do Brasil. Esse medo de misturar-se se manifesta como impulso em direção a ilhas de identidade e de semelhança: nada melhor, por exemplo, que bairros distantes dos centros antigos ou protegidos por rios, planícies ou praias. Esse isolamento das áreas residenciais e dos espaços frequentados pelo público seriam uma solução rápida para as dinâmicas sociais geradas pelo medo de misturar-se (BAUMAN, 2009, p. 17-21. CALDEIRA apud BAUMAN, 2009, p.15-16).

Para que possamos visualizar esse movimento, foram elaborados mapas temáticos acerca da espacialização das camadas de renda das capitais brasileiras de modo a compreender onde estas se localizam e qual a relação destas áreas com as manifestações de 2014 - contra e a favor do *impeachment*. Para tanto, utilizaram-se as planilhas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) com as bases de informações por setor censitário.

Neste sentido, foi construído um banco de dados a partir dos setores censitários dos resultados de universo (IBGE, 2010). A partir dos dados de domicílios particulares permanentes e renda per capita foram determinadas as classes de renda das capitais brasileiras, classificadas em cinco categorias: falar as faixas de renda aqui. Além disso, foram localizadas as áreas de manifestações através do endereço, e com auxílios do Google Earth, identificamos suas coordenadas, para assim poder, através do georeferenciamento pelo software QGIS[27], analisar e criar os mapas.

[27] QGIS (anteriormente conhecido como Quantum GIS) é um software livre com código-fonte aberto, multiplataforma de sistema de informação geográfica (SIG) que permite a visualização, edição e análise de dados georreferenciado.

Diversas empresas e institutos de pesquisa se debruçaram sobre os dados qualitativos e quantitativos das manifestações, mas para responder a todas as capitais brasileiras esta pesquisa definiu o portal de notícia G1[28] como a fonte principal dos números de manifestantes por data descriminado nas Tabelas 2, 3, 4, 5 e 6 desta dissertação que apresentou de forma detalhada os quantitativos de manifestantes em cada capital declarado, ora pela Polícia Militar, ora pelos próprios organizadores das manifestações, ficando assim sem dados concretos dos verdadeiros quantitativos de pessoas, exceto São Paulo que o Instituto Data Folha realizou amostragem em todas as datas estudadas.

[28] http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/todos/

4.1 AS CAPITAIS

4.1.1 Região Norte

4.1.1.1 Rio Branco (Acre), sem a força econômica para separar a cidade

Tabela 2 - Dados demográficos da capital Rio Branco

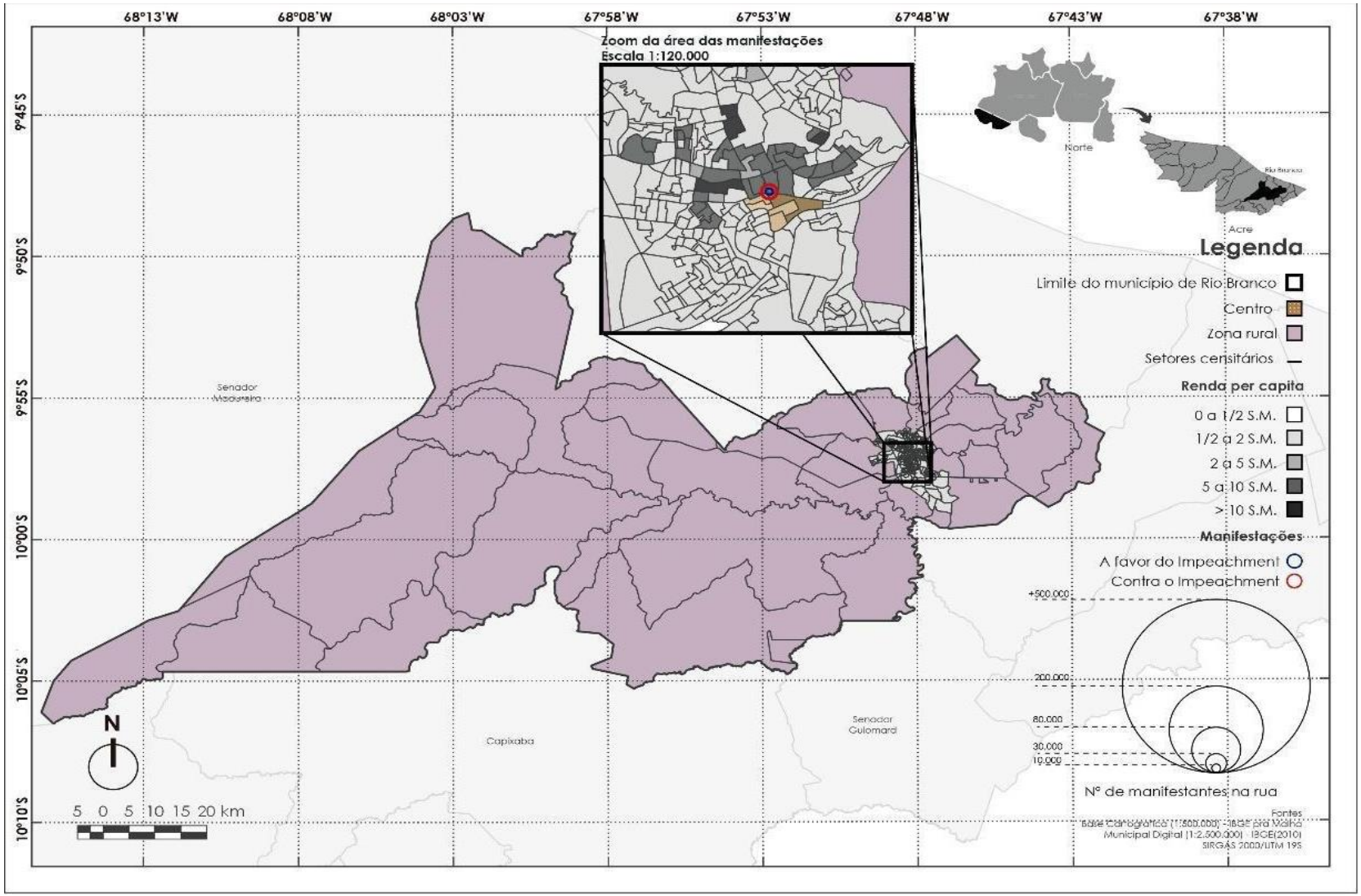
Panorama	Rio Branco	escalas
População [2018]	401.155	pessoas
Densidade Demográfica [2018]	38,03	hab/km²
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	95,1	%
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,727	nominal
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	3,2	S.M.
População Ocupada [2017]	27,2	%
População com rendimento de até 1/2 S.M	36,4	%
PIB per capita [2016]	21.543,65	R$

Fonte: IBGE, 2019

Rio Branco, capital do estado do Acre, na Região Norte do país, localizado às margens do Rio Acre, possui 401.155 habitantes. Ocupa apenas a 25ª colocação da lista de capitais por PIB[29]. Em 2012, Marcus Alexandre foi eleito prefeito da capital e reeleito pelo PT até 2018. A renda per capita cresceu aproximadamente 70,4% nas duas últimas décadas e o percentual de extremamente pobres no município caiu 8,16 pontos percentuais, mesmo assim, ainda ocupa a penúltima colocação do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano. Em 2017, o salário médio mensal era de 3,2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 27.2%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 1 de 22. Já na comparação com as capitais do país todo, ficava na antepenúltima posição (tabela 1), na frente de Boa Vista e Palmas.

[29] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

Figura 32 - Mapa 1 – Mapa de Renda por bairro de Rio Branco



Fonte: Autor

109 de 5570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 36.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 22 de 22 dentre os municípios do estado.

O centro tradicional localizado no entorno do Palácio Rio Branco, sede do governo estadual, e da Prefeitura da cidade, ainda são os espaços de controle tanto econômico como político, conforme se observa o percurso das manifestações na Figura 32. Por isso, observa-se que as manifestações tanto a favor como contra o *impeachment* se deram exatamente nas mesmas praças e ruas. No Mapa 1 de rendas por bairro de Rio Branco, pode-se observar o seu entorno do Centro histórico como Aviário e Ayrton Senna possuem renda per capita acima de 10 SM (salários mínimos). O solo em Rio Branco é terceiro mais caro do Brasil, pagando uma média de R$ 10 mil reais pelo metro quadrado[30] nos bairros mais caros, como no centro da cidade.

Localizado na Praça do Seringueiros na frente do Palácio, os manifestantes caminhavam em direção à Prefeitura pela avenida Getúlio Vargas de menos de 500 metros de distância. Embora o bairro residencial com um dos metros quadrados mais caros, o bairro do Bosque fica apenas a 2km de distância desses espaços facilitando a mobilidade da alta renda, como também o centro tradicional viabiliza o sistema viário para os trabalhadores.

A diferença dos protestos então se tornou os dias da semana e o horário, como se pode observar nas tabelas 2, 3, 4, 5 e 6 que seguem, em anexo. Enquanto os contra o *impeachment* foram dias de semana à tarde ou à noite, os favoráveis ao *impeachment* ocuparam os finais de semana no turno da manhã ou tarde. No dia 15/04/2015 o ato contra o *impeachment* ocorreu próximo da Arena da Floresta, a 4km do Centro. Dentre os motivos da ação fora do ponto tradicional estava a baixa adesão de manifestantes, em torno de 60 pessoas.

Como nas outras capitais de menor capacidade econômica, ainda não se formou uma classe abastada tão significativa que conseguisse trazer o núcleo político e econômico para um novo centro, ficando ainda nos tradicionais espaços a ocupação das manifestações no qual o mesmo território é o espaço de disputa política e econômica dos grupos políticos, mas que segrega a ralé.

---

[30] http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2017/02/metro-quadrado-no-acre-e-o-terceiro-mais-caro-do-pais-aponta-ibge.html

Figura 33 - Imagem de satélite de Rio Branco e o percurso das manifestações

Fonte – Google Earth[31]

4.1.1.2 Macapá (Amapá), a orla no rio é o caminho da alta renda

Tabela 3 - Dados demográficos da capital Macapá

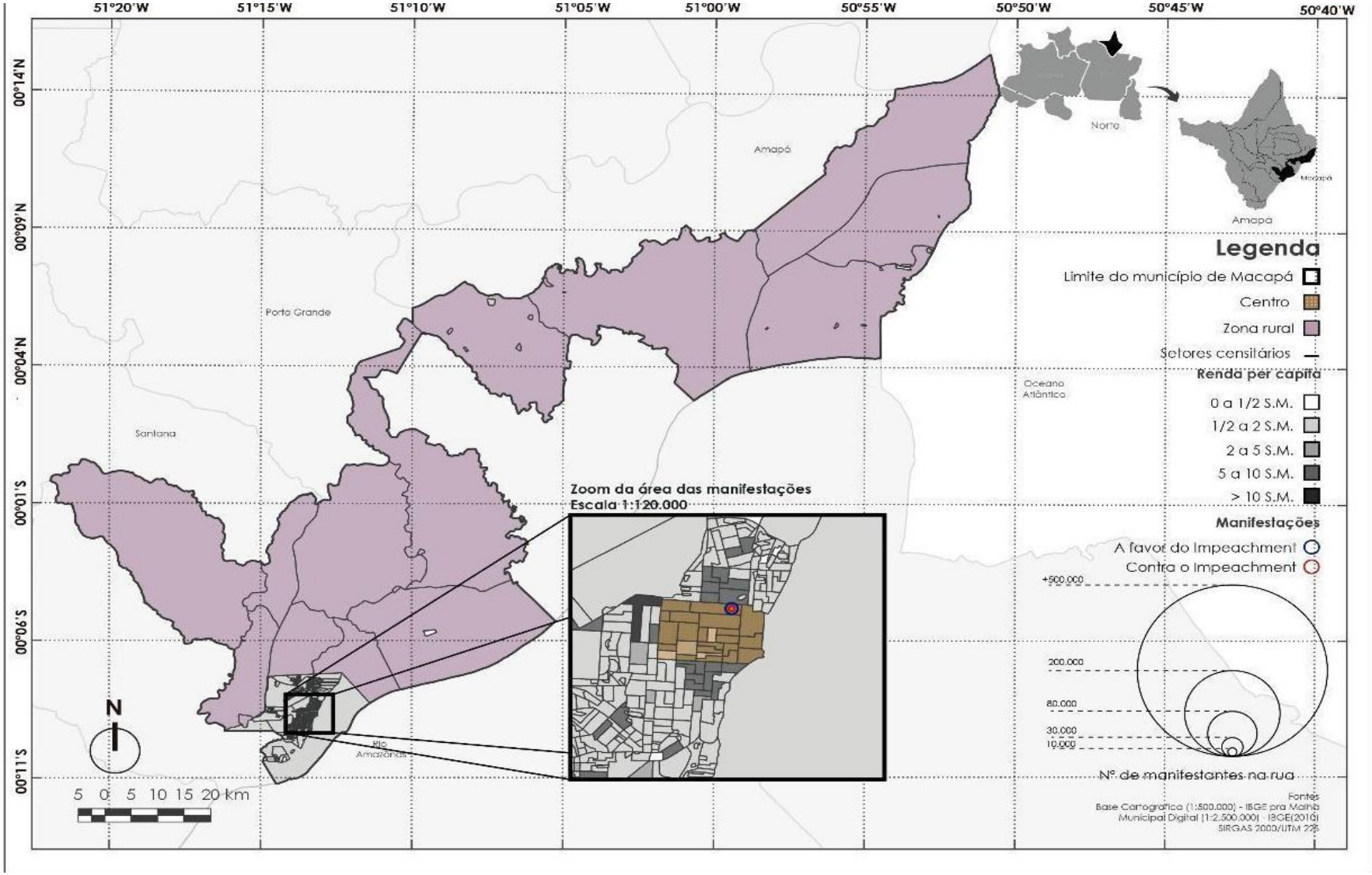
Panorama	Macapá	escalas
População [2018]	398.204	pessoas
Densidade Demográfica [2018]	62,14	hab/km²
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	94,8	%
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,733	nominal
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	4,1	S.M.
População Ocupada [2017]	24,5	%
População com rendimento de até 1/2 S.M	39	%
PIB per capita [2016]	19935,32	R$

Fonte: IBGE, 2019

Macapá é a capital do estado do Amapá, Região Norte do país. Sua população estimada em 2018 era de 398.204 habitantes e detém o 94º maior produto interno bruto da nação, com 8,9 bilhões de reais e é a 24ª capital em PIB comparativo[32]. Desde 2013, a capital é dirigida por Clécio Luis, que foi do PSOL e agora é da REDE.

[31] Disponível em https://www.google.com/maps/. Acesso em 04/12/2019.
[32] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

Figura 34 - Mapa da Renda por bairro de Macapá



Fonte: Autor

Em 2017, o salário médio mensal era de 4.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 24.5%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 25 de 5570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 39% da população nessas condições, o que o colocava na posição 2.870 de 5.570 dentre as cidades do Brasil, e estando na 24ª colocação entre as rendas das capitais (Tabela 1) tendo seu centro um dos locais de maior valorização, conforme o Mapa 2 – Mapa de Renda por bairro de Macapá.

A cidade se desenvolveu às margens do Rio Amazonas, conforme se verifica na Figura 33, e, mesmo não sendo oceano, a orla também ‘puxa” a população de alta renda para próximo dela. Enquanto os grupos que possuíam afinidade ideológica de esquerda se concentravam na Praça da Bandeira, centro da cidade e partiam em direção à Praça Veiga Cabral próximo da Seccional OAB, os grupos que estavam no espectro ideológico de direita percorriam a orla, perto da Praça Issac Zagury até a Fortaleza de São José de Macapá, conforme se pode observar nas tabelas 2, 3, 4, 5 e 6 que seguem, em anexo.

Assim, sem uma forte presença do capital econômico, o antigo centro é o espaço de disputa.

Figura 35 - Imagem de satélite de Macapá e o percurso das manifestações

Fonte – Google Earth

4.1.1.3 Manaus (Amazônia), o centro-sul a caminho do Anfiteatro

Tabela 4 - Dados demográficos da capital Manaus

Panorama	Manaus	escalas
População [2018]	1.802.014	pessoas
Densidade Demográfica [2018]	158,06	hab/km²
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	94,2	%
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM) [2010]	0,737	nominal
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	3	S.M.
População Ocupada [2017]	23,7	%
População com rendimento de até 1/2 S.M	37,9	%
PIB per capita [2016]	33.564,11	R$

Fonte: IBGE, 2019

O principal centro urbano do Norte do Brasil, a capital do estado do Amazonas. A cidade mais populosa do Amazonas, com quase 2 milhões de habitantes, está localizada mais precisamente na confluência dos rios Negro e Solimões. Desde 2013, a capital tem como prefeito Arthur Virgílio Neto do PSDB. É a sexta capital mais rica do país[33].

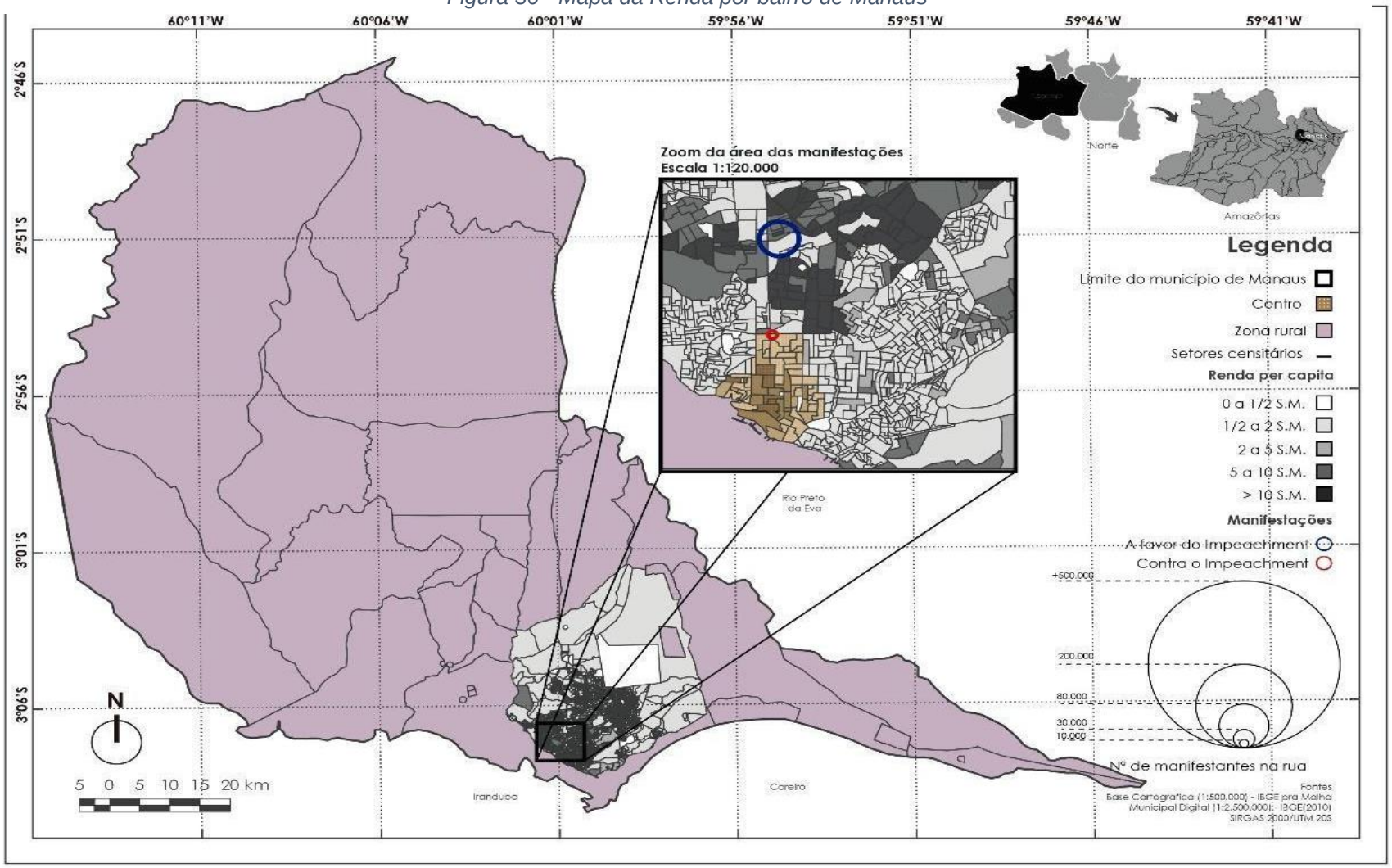
Em 2017, o salário médio mensal era de 3.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 23.7%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 181 de 5.570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 37.9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 3.021 de 5.570 dentre as cidades do Brasil. O bairro Terra Nova, na Zona Norte da cidade, apresentou o menor preço de venda por metro quadrado, de R$ 3.202,05, e o bairro Adrianópolis, na Zona Centro-Sul, o mais alto, de R$ 8.345,44[34] que através do Mapa de Rendas 3, se pode inferir a escolha dos bairros para as manifestações.

Como a cidade de Amapá, Manaus se desenvolveu às margens do Rio Negro e tem na orla a extensão de bairros nobres da cidade próximos do centro, que é uma região valorizada e tem um dos metros quadrados mais caros da cidade e ainda concentra o centro financeiro e cultural, como o famoso Teatro Amazonas.

Conforme a figura, as manifestações a favor da Presidenta Dilma Rousseff se concentraram na Praça Heliodoro Balbi e percorreram Largo São Sebastião, Avenidas Dez de Julho, Getúlio Vargas, 7 de Setembro e Av. Eduardo Ribeiro.

[33] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações
[34] https://www.crea-am.org.br/src/site/noticia.php?id=4392

Figura 36 - Mapa da Renda por bairro de Manaus



Fonte: autor

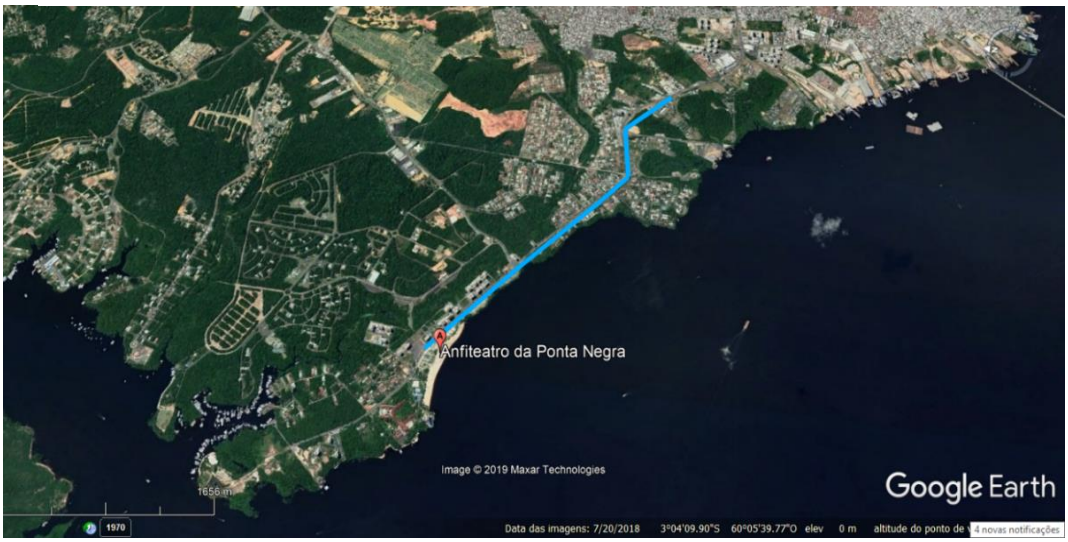
Também ocorreu um ato em uma área industrial na Avenida dos Oitis (Estrada da Refinaria, no Distrito Industrial 1.

Já as manifestações contra a Presidenta Dilma Rousseff também se concentraram no antigo centro, mas percorreram o Centro para o lado sul, a partir da Praça do Congresso até Rua Pará (Figura 34). Na maior manifestação que reuniu aproximadamente 35 mil pessoas, segundo a Polícia Militar, o ponto de encontro foi no tradicional Anfiteatro de Ponta Negra, há 13 km ao Sul do centro. Em carreta um grande grupo atravessou a cidade partindo do cruzamento das avenidas Constantino Nery e Kako Caminha, no bairro São Geraldo até o Anfiteatro. Mesmo tendo o centro histórico, percebe-se uma disposição em busca da orla da cidade.

Figura 37 - Imagem de satélite de Manaus e seu percurso

Fonte – Google Earth

Figura 38 - Imagem de satélite de Manaus e o percurso das manifestações



Fonte – Google Earth

4.1.1.4 Belém (Pará), um rio de todas as diferenças

Tabela 5 - Dados demográficos da capital Belém

Panorama	escalas	Belém
População [2018]	pessoas	1.485.732
Densidade Demográfica [2018]	hab/km²	94
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	%	97,5
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	nominal	0,593
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	S.M.	1,4
População Ocupada [2017]	%	12,5
População com rendimento de até 1/2 S.M	%	51,5
PIB per capita [2016]	R$	8.036,87

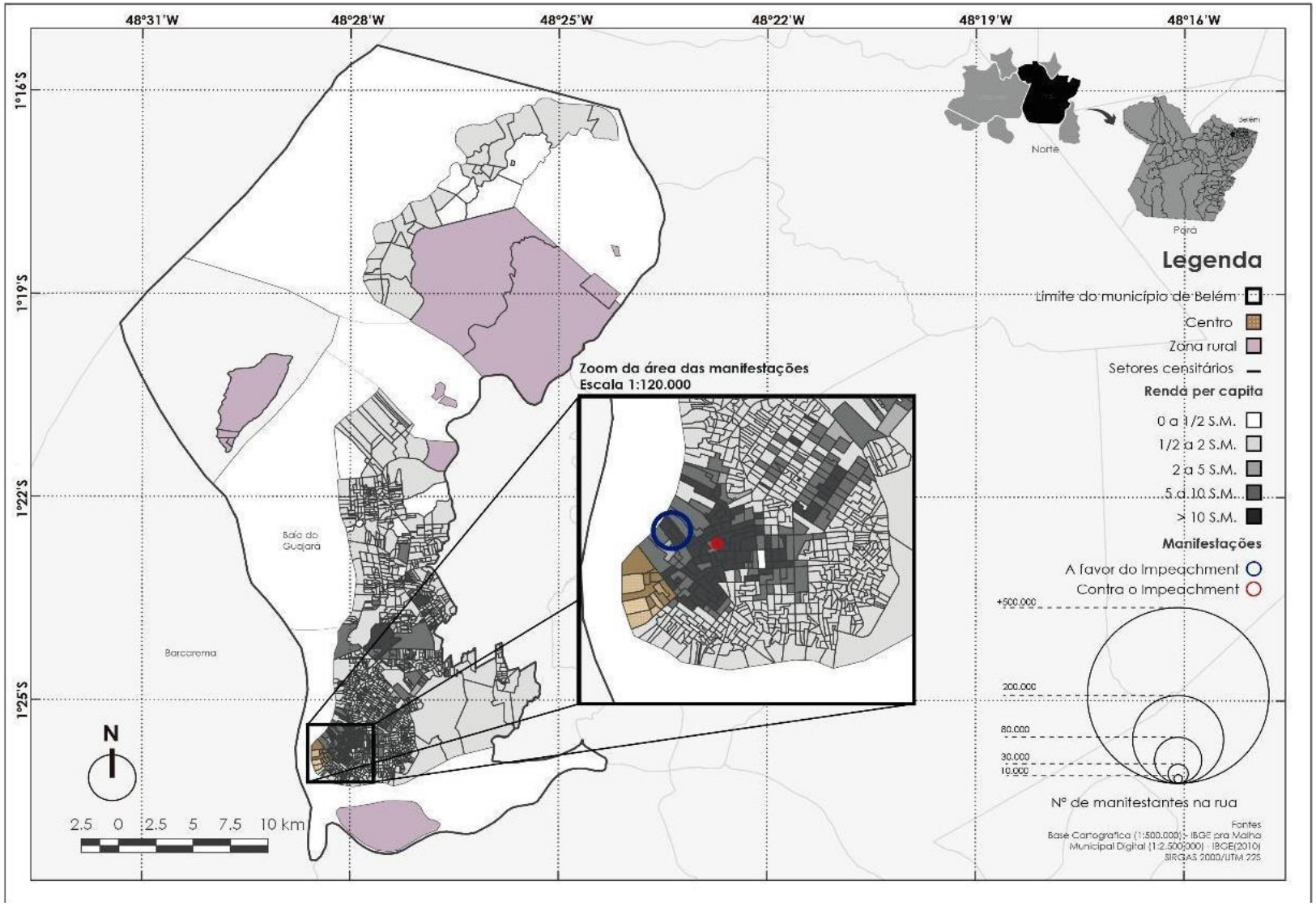
Fonte: IBGE, 2019

Belém, capital do estado do Pará, situada na região Norte do país, desenvolve-se às margens da baía Guajará (Paraná-Guaçu). É uma cidade histórica e portuária, localizada ao extremo nordeste da maior floresta tropical do mundo. É o município mais populoso do Pará e o segundo da região Norte, com uma população de 1.485.732 habitantes, segundo estimativa do IBGE em 2018, e é o 12º município mais populoso do Brasil. Ocupa a 12ª colocação do PIB das capitais[35] e 22ª posição no ranking de IDH por capital (0,746, alto). De 2013 a 2017 o prefeito da cidade era Zenaldo Coutinho do PSDB. Dentre seus bairros nobres, se destacam tanto o centro histórico quanto o bairro de Nazaré, conforme se observa no Mapa de Rendas 4.

Tantos os movimentos a favor como contra se estabeleceram no centro de Belém, conforme Figura 36, já que os bairros de alta renda que se expandiram no entorno do centro ainda não têm a preponderância suficiente para puxar tais manifestações. Enquanto as manifestações a favor do *impeachment* se direcionaram à Estação das Docas indo para a Praça da República, percorreram a Avenida Nazaré e depois seguiram pela Avenida Visconde de Souza Franco, as manifestações contra ao *impeachment* também se concentraram na Praça da República, mas também na Praça do Operário seguindo pela Avenida Magalhães Barata até o Centro Integrado de Governo.

[35] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

Figura 39 - Mapa 4 – Mapa da Renda por bairro de Belém



Fonte: autor.

Figura 40 - Imagem de satélite de Belém e o percurso das manifestações

Fonte – Google Earth

4.1.1.5 Porto Velho (Rondônia), o norte sobre a força da elite econômica

Tabela 6 - Dados demográficos da capital Porto Velho

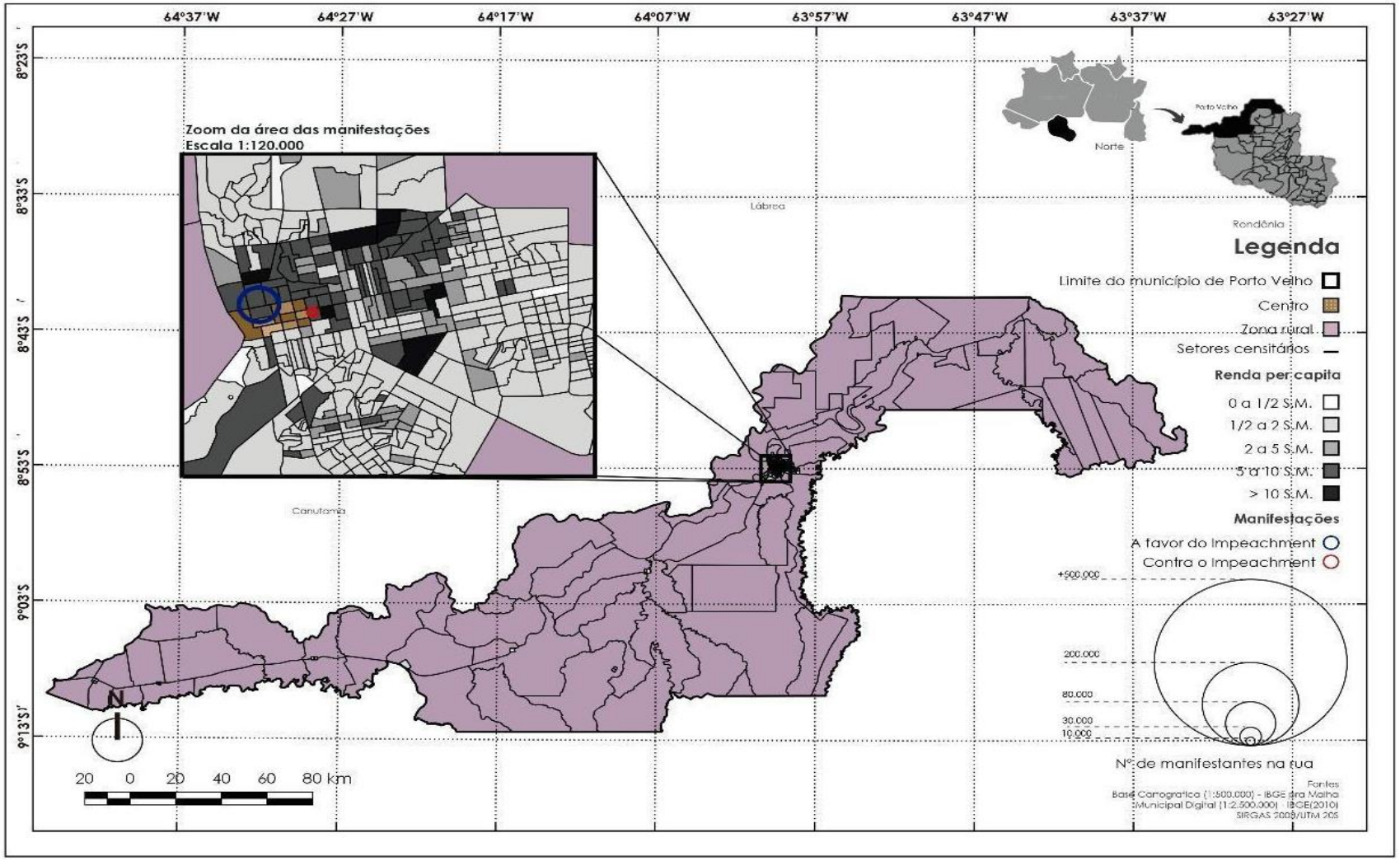
Panorama	escalas	Porto Velho
População [2018]	pessoas	428.527
Densidade Demográfica [2018]	hab/km²	12,57
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	%	94,5
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	nominal	0,736
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	S.M.	3,3
População Ocupada [2017]	%	32,9
População com rendimento de até 1/2 S.M	%	34
PIB per capita [2016]	R$	28.836,46

Fonte: IBGE, 2019

Porto Velho, capital do estado de Rondônia, é a capital com maior área territorial, com mais de 34 mil km², mas com baixa população. Segundo o IBGE, a cidade tem 428.527 habitantes (21ª colocação entre as capitais). Também representa, junto com as demais capitais da região Norte, exceto Manaus, baixa capacidade econômica, figurando na 23ª colocação dos PIB das capitais[36]. De 2013 a 2017, o prefeito da cidade foi Mauro Nazif do PSB.

[36] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

Figura 41 - Mapa 5 – Mapa da Renda por bairro de Porto Velho



Fonte: autor.

Em 2017, o salário médio mensal era de 3.3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 32.9%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 351 de 5.570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 34% da população nessas condições, o que o colocava na posição na posição 3.770 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

Situado na margem à leste do Rio Madeira, Porto Velho tem a estruturação urbana para análise da segregação semelhante as suas vizinhas de região: Macapá e Rio Branco, qual seja, sem a formação de uma classe significativa que conseguisse trazer o núcleo político e econômico para outro centro, ficando ainda nos tradicionais espaços a ocupação das manifestações. Até porque os bairros mais valorizados como Caiari, Olaria e Arigolândia[37] circundam o centro histórico (Mapa 5), tendo as manifestações a favor do *impeachment* se concentrado na Praça das Três Caixas D'água, seguindo até a Praça da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM) e as manifestações contra o *impeachment* também se concentraram na Praça da Estrada de Ferro, mas também na Avenida Carlos Gomes, em frente à Prefeitura Municipal (Figura 37).

Figura 42 - Imagem de satélite de Porto Velho e o percurso das manifestações

Fonte – Google Earth

[37] https://www.iq.com.br/financas-pessoais/artigos/porto-velho-melhores-bairros

4.1.1.6 Boa Vista (Roraima), a pequena cidade às margens do rio

Tabela 7 - Dados demográficos da capital Boa Vista

Panorama	escalas	Boa Vista
População [2018]	pessoas	284.313
Densidade Demográfica [2018]	hab/km²	49,99
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	%	96,6
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	nominal	0,752
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	S.M.	3,5
População Ocupada [2017]	%	29,3
População com rendimento de até 1/2 S.M	%	35,5
PIB per capita [2016]	R$	24.852,52

Fonte: IBGE, 2019

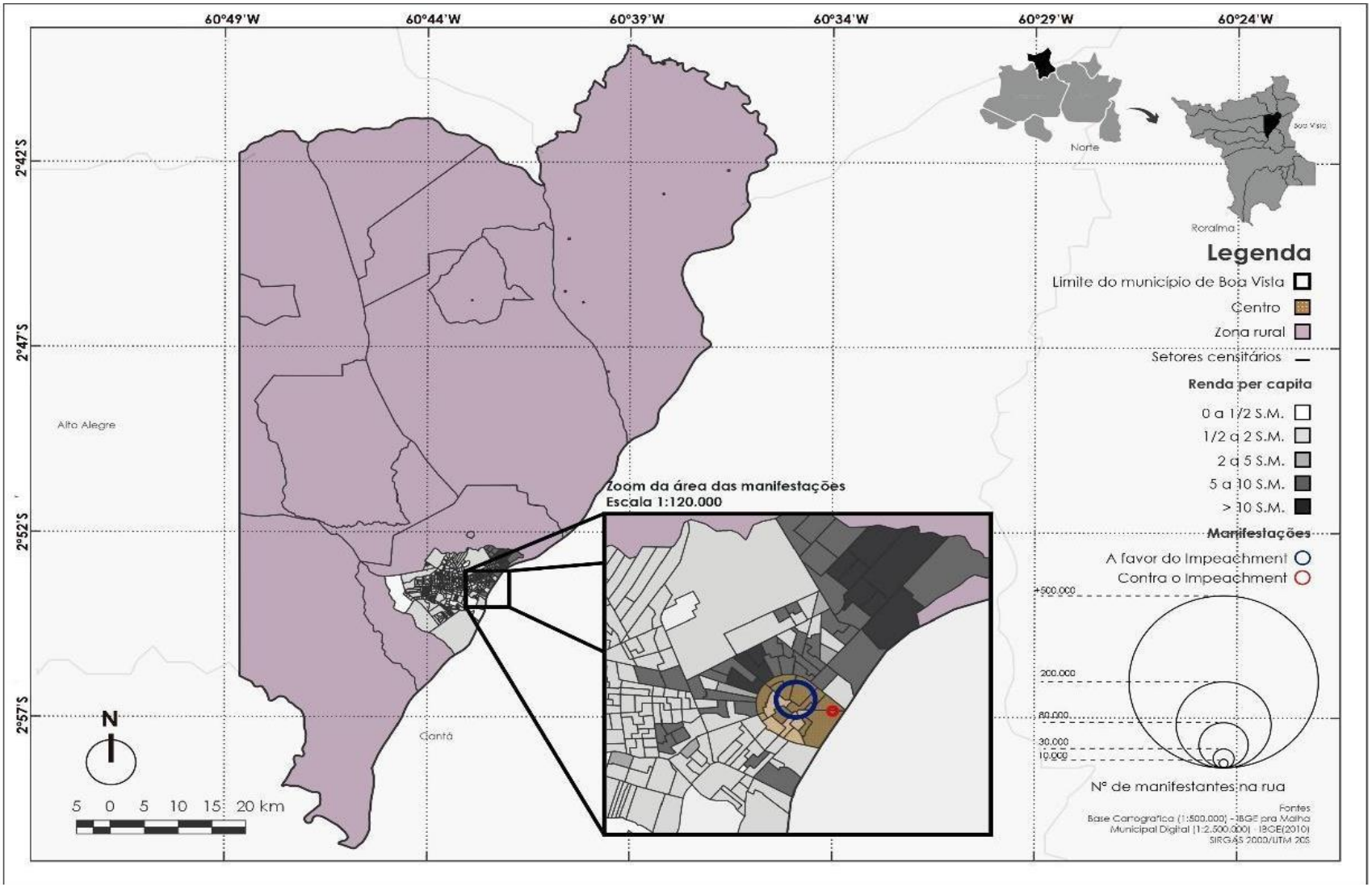
Boa Vista, capital do estado de Roraima, é uma cidade planejada com base nas ruas e avenidas de Paris e seu projeto inspirado na cidade Belo Horizonte. As principais avenidas do Centro da cidade convergem para a Praça do Centro Cívico Joaquim Nabuco, onde se concentram as sedes dos poderes executivo, legislativo e judiciário estaduais, bem como os equipamentos culturais, hotéis, bancos e a catedral da cidade. É a penúltima cidade em termos econômicos38 (26ª colocação, perdendo apenas para Tocantins). A prefeita da cidade desde 2013 é Teresa Surita do MDB.

Em 2017, o salário médio mensal era de 3.5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 29.3%. Na comparação com as cidades do país todo, ficava na posição 516 de 5.570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 35.5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 3.462 de 5.570 dentre as cidades do Brasil, sendo uma das piores rendas entre as capitais, na frente apenas de Palmas (tabela 1). (Mapa de Rendas 6).

Analisando o Mapa de Rendas 6 é possível perceber que sua pequena elite econômica está no centro já planejado e por isso não se localizou na orla, sendo natural que os grupos contra e a favor do *Impeachment* se concentrassem nos mesmo locais; a Praça do Centro Cívico em caminhada até à frente da Assembleia Legislativa, se diferenciando apenas nos dias e nos horários escolhidos (Figura 38).

[38] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

Figura 43 - Mapa 6 – Mapa da Renda por bairro de Boa Vista



Fonte: autor.

Figura 44 - Imagem de satélite de Boa Vista e o percurso das manifestações

Fonte – Google Earth

4.1.1.7 Palmas (Tocantins), o centro da Praça dos Girassóis

Tabela 8 - Dados demográficos da capital Palmas

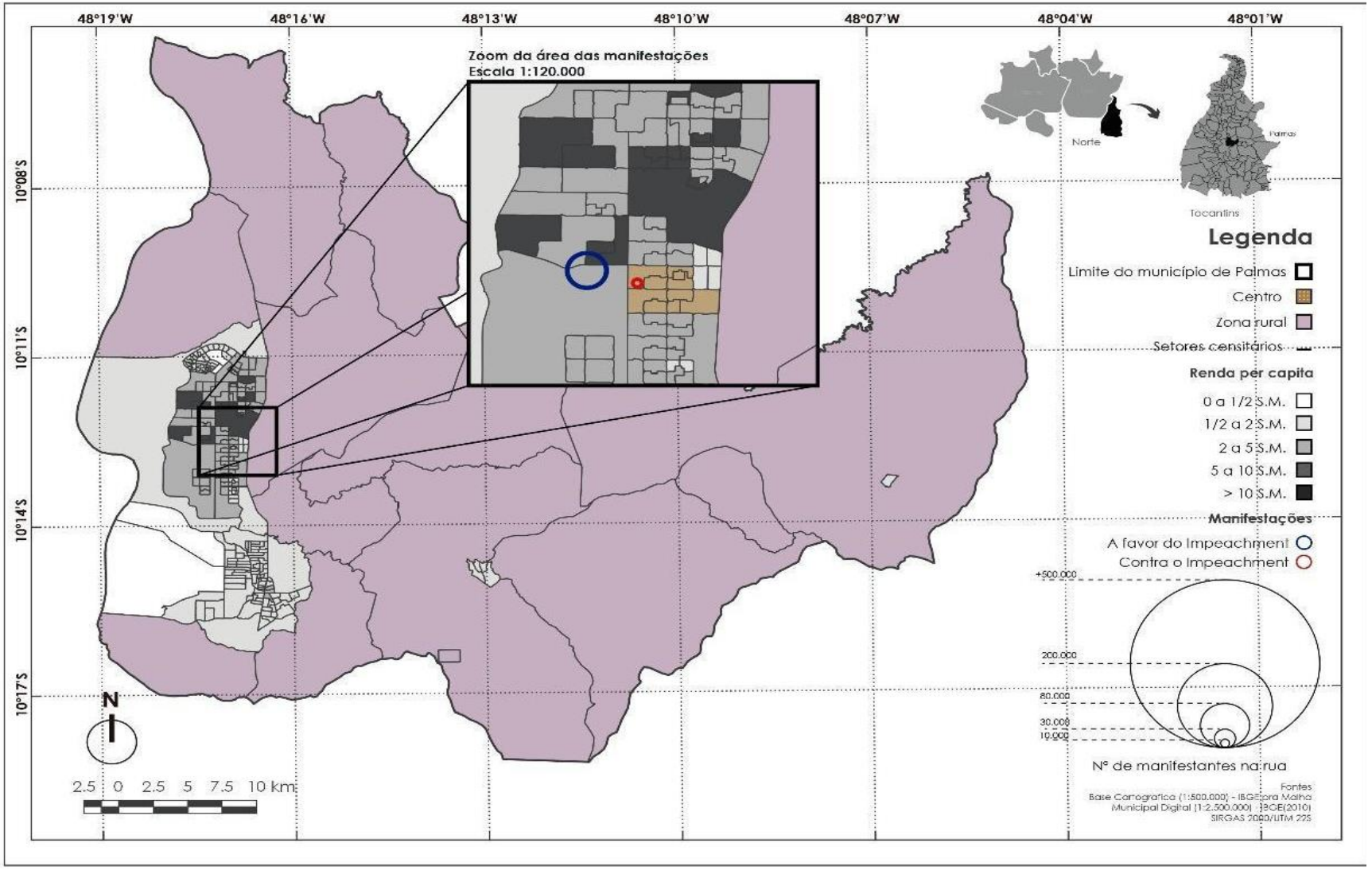
Panorama	escalas	Palmas
População [2019]	pessoas	299.127
Densidade Demográfica [2018]	hab/km²	102,90
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	%	98
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	nominal	0,788
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	S.M.	3,8
População Ocupada [2017]	%	49
População com rendimento de até 1/2 S.M	%	30
PIB per capita [2016]	R$	28.974,17

Fonte: IBGE, 2019

Palmas, capital do estado do Tocantins, é a capital mais nova do país, fundada em 1989, considerada a última cidade planejada do século XX. Em 2018, a cidade já contava com 299.127 habitantes, mas ainda é a capital com o menor PIB do país[39]. Por ser projetada, o centro da cidade abriga a Praça dos Girassóis e por conta disso abriga o centro político das decisões dos três poderes locais do estado do Tocantins. Ela é uma das maiores praças do mundo em tamanho.

[39] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

Figura 45 - Mapa 7 – Mapa da Renda por bairro de Palmas



Fonte: autor

Assim, naturalmente, as manifestações a favor do *impeachment* procuraram a Praça dos Girassóis, localizada no Plano Diretor Sul[40], sendo umas das áreas mais valorizadas da cidade, pois representa o centro político e econômico da cidade (Mapa de Rendas 7). Ademais, não tendo uma população de alta renda significativa e com a facilidade da locomoção, encontraram nessa Praça o espaço ideal para a visibilidade. Já as manifestações contra o *impeachment* não tiveram força no movimento suficiente para disputar o mesmo espaço e buscaram além da Praça dos Girassóis (apenas o ato do dia 18/03/2016) a Avenida Tocantins, em Taquaralto, até a Praça da Igreja São José ou a Praça ao lado da estação Xerente, também no Jardim Aureny III (Figura 39).

Figura 46 - Imagem de satélite de Palmas e o percurso das manifestações

Fonte – Google Earth

[40] https://www.vivareal.com.br/venda/minas-gerais/uberlandia/bairros/tocantins/

4.1.2 Região Nordeste

4.1.2.1 Maceió (Alagoas), é na praia que se segrega

Tabela 9 - Dados demográficos da capital Maceió

Panorama	Maceió	escalas
População [2018]	932.748	pessoas
Densidade Demográfica [2018]	1.854	hab/km²
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	95	%
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM) [2010]	1	nominal
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	3	S.M.
População Ocupada [2017]	26	%
População com rendimento de até 1/2 S.M	39	%
PIB per capita [2016]	20.853	R$

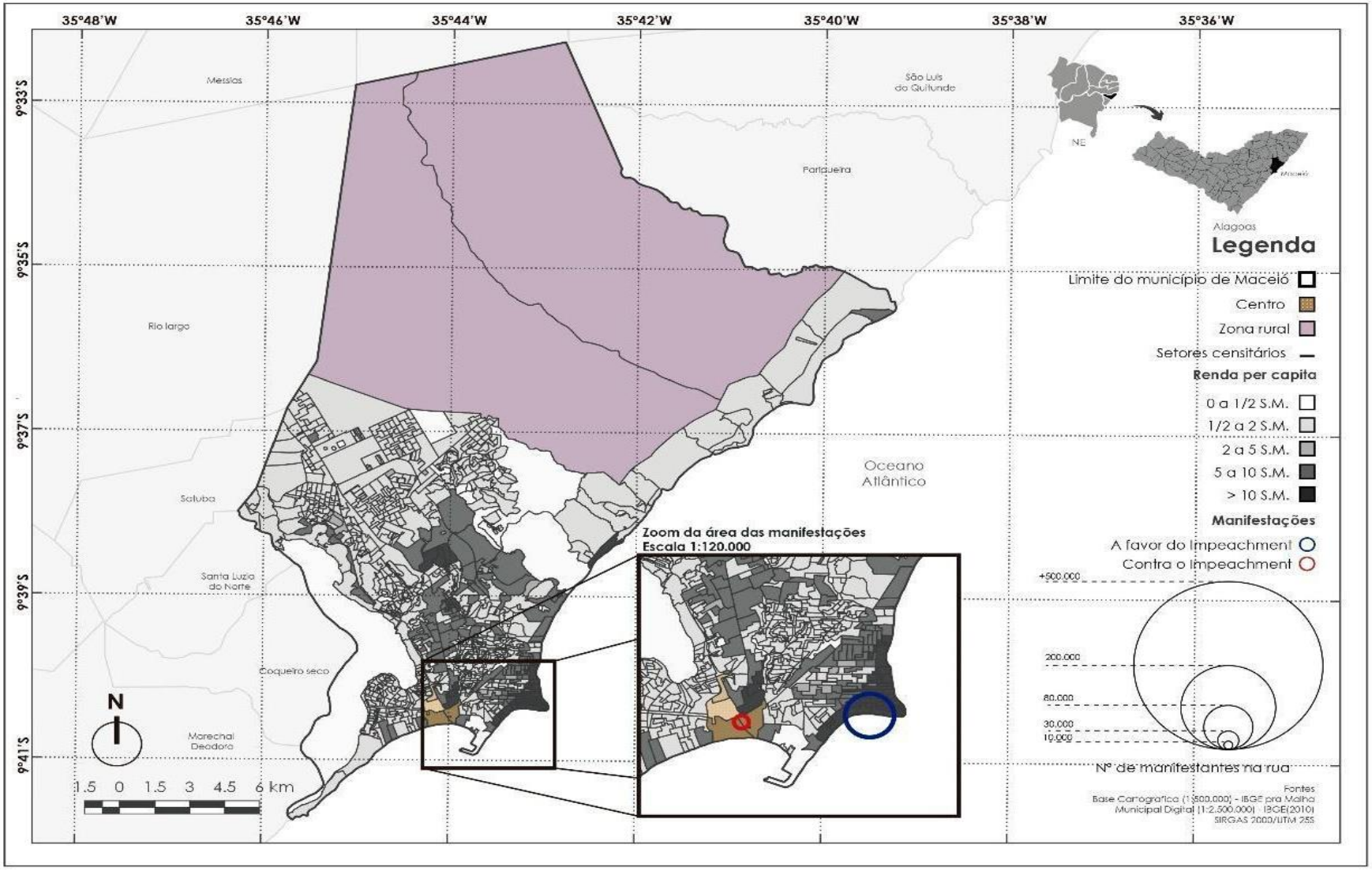
Fonte: IBGE, 2019

Maceió, capital do estado de Alagoas, na Região Nordeste do país. Ocupa uma área de 509,5 km², e sua população em 2017, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de quase um milhão de habitantes. Em 2012, Rui Palmeira foi eleito prefeito da capital e reeleito pelo PSDB até 2018. Outro ponto forte na economia do município é o turismo. Maceió possui um grande potencial de atrair turistas devido às suas belezas naturais e grande diversidade cultural. Maceió tem o segundo metro quadrado mais caro do Brasil. Como constado, Maceió, sendo localizada na orla, mesmo tendo um dos menores PIB dentre as capitais (18ª)[41], possui maior segregação espacial por ter o monopólio da orla na disputa do mercado imobiliário. Fica bem nítida a divisão dos grupos entre o contrário ao *impeachment*, concentrado no centro, e a favor do impedimento, na orla. Em ambos os casos, buscou-se dar visibilidade ao espaço ocupado pelo seu público-alvo. Por ser uma cidade litorânea, o metro quadrado mais valorizado encontra-se em Pajuçara. Localizado na orla, o bairro recebeu as famílias para protestar nos domingos para exigir o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (Mapa de Rendas 8).

Em 2017, o salário médio mensal da capital alagoana era de 2.7 salários mínimos por habitante. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 26.4%.

[41] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

Figura 47 - Mapa 8 - Mapa de Renda por bairro de Maceió



Fonte: autor

Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 340 de 5570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 38.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 2897 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

O ponto principal das manifestações foi próximo à Praça Vera Arruda, no Stella Maris, na orla da Jatiúca, onde também reside parte da elite da cidade. Dominando completamente o espaço da orla com a visibilidade característica dessas manifestações, couberam aos manifestantes a favor do governo Dilma ocuparem os centros tradicionais onde o transporte público é mais acessível, bem como o espaço é mais democrático e ocupado por diferentes grupos segregados pelo espaço das elites, negros e negras, comunidade LGBT, pequenos comércios, indigentes, etc. Muitas vezes, partido da Praça Sinimbu, no centro, caminhavam até a Assembleia Legislativa do Estado, ora saindo da Casa da Indústria no bairro do Farol em direção ao centro (Figura 40).

Figura 48 -Imagem de satélite de Maceió e o percurso das manifestações

Fonte – Google Earth

4.1.2.2 Salvador (Bahia), cidade baixa versus cidade alta

Tabela 10 - Dados demográficos da capital Salvador

Panorama	Salvador	escalas
População [2018]	2.675.656	pessoas
Densidade Demográfica [2018]	3859,44	hab/km²
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	95,9	%
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,759	nominal
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	3,4	S.M.
População Ocupada [2017]	28,6	%
População com rendimento de até 1/2 S.M	36,8	%
PIB per capita [2016]	20.796,62	R$

Fonte: IBGE, 2019

Salvador, capital do estado da Bahia, tem o nono PIB[42] entre as capitais e junto com Recife e Fortaleza concentra no Nordeste os polos econômicos e políticos do país. O IDHM de Salvador era 0.759, em 2010, e é caracterizado como no padrão alto do país. Similar às demais capitais do Nordeste, concentra-se na orla sua expansão econômica e a segregação é aparente em sua estrutura. Desde 2013, o prefeito da capital baiana é Antônio Carlos Magalhães Neto, do DEM.

Em 2017, o salário médio mensal era de 3.4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 28.6%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 78 de 5.570. Considerando domicílios com rendimentos de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 36.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 3.211 de 5.570 dentre as cidades do Brasil. Dentre os cinco bairros que possuem o metro quadrado mais caro da cidade, estão Ladeira da Barra, Vitoria, Ondina e Barra[43] tendo estas rendas definido as manifestações (Mapa de Renda 9).

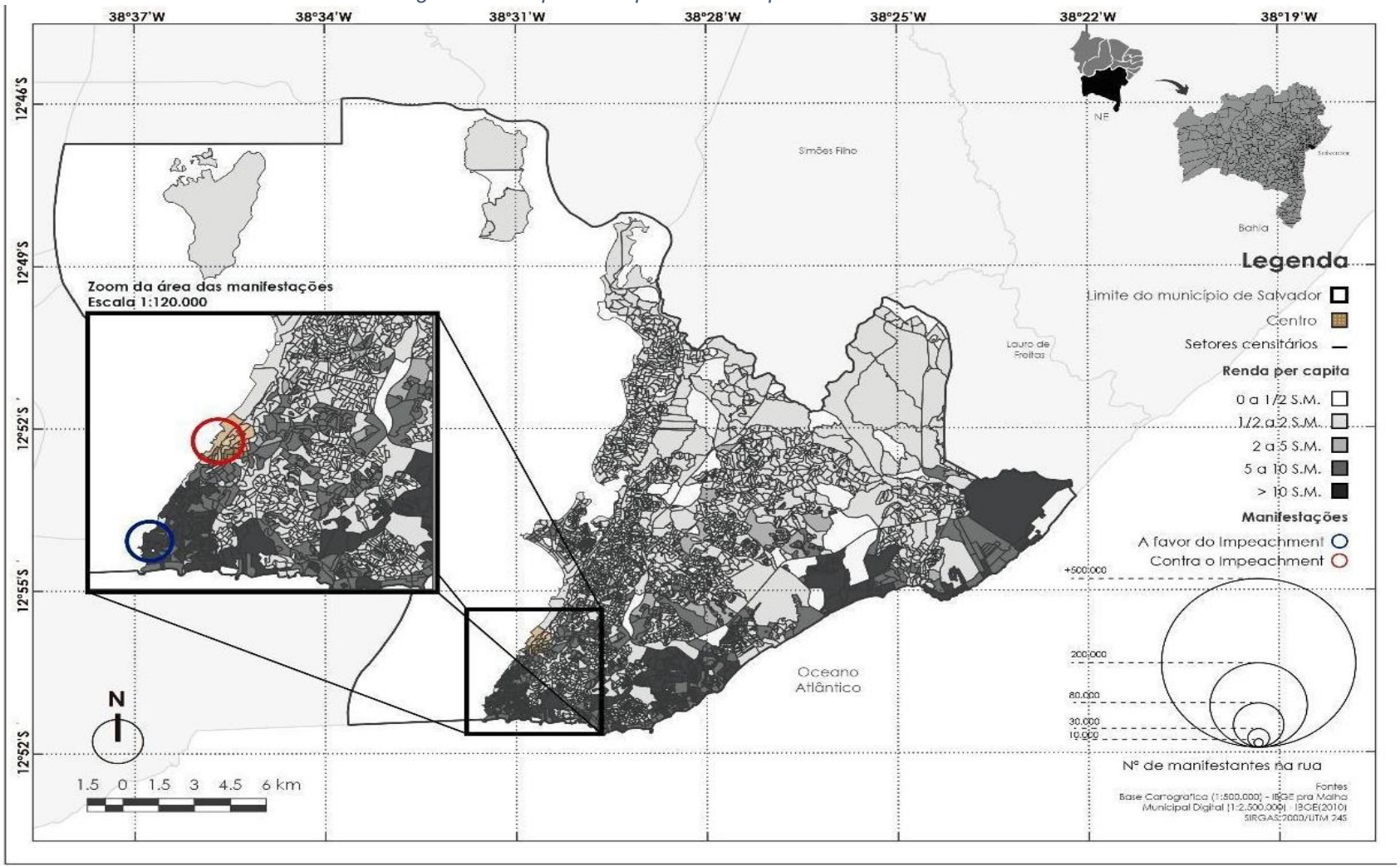
Conforme explica Flávio Villaça, “as elites soteropolitanas deslocaram-se, a partir de Graça e da Vitória, ocupando as partes altas da região e depois, lentamente, a orla oceânica do alto-mar”. As ocupações de alto padrão nas orlas se deram com uma certa sequência, através de Ondina, Rio Vermelho, Amaralina, Pituba, Boca do Rio, Piatã, penetrando em Lauro de Freitas e depois em Camaçari ao longo da orla.

---

[42] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

[43] https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/ladeira-da-barra-vitoria-horto-e-ondina-sao-os-bairros-mais-cobicados/

Figura 49 - Mapa 9 - Mapa de Renda por bairro de Salvador



Fonte: autor

Embora tenha ocorrido um ato em frente à Petrobras, no bairro do Itaigara, em Salvador, as manifestações contra o *impeachment* se localizaram no centro histórico da cidade, próxima da Cidade Baixa, espaço de lutas sociais desde o Império. No percurso entre a Praça Campo Grande e Praça Castro Alves ocorreram manifestações históricas como as Diretas Já, em 1983, e o Fora Collor, em 1992.

Já a orla de Salvador é tradicionalmente ocupada nas festas de carnaval e representa o espaço público da elite soteropolitana. Os indignados contra o governo Rousseff, em geral, localizaram-se no Farol da Barra e percorriam parte da Av. Oceânica, em Ondina (Figura 41).

Figura 50 - Imagem de satélite de Salvador e o percurso das manifestações

Fonte – Google Earth

4.1.2.3 Fortaleza (Ceará), cidade da "dancinha do impeachment"

Tabela 11 - Dados demográficos da capital Fortaleza

Panorama	Fortaleza	Escalas
População [2018]	2.452.185	pessoas
Densidade Demográfica [2018]	7.786,44	hab/km²
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	96,1	%
Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) [2010]	0,754	nominal
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	2,7	S.M.
População Ocupada [2017]	32	%
População com rendimento de até 1/2 S.M	36,9	%
PIB per capita [2016]	23.045,09	R$

Fonte: IBGE, 2019

Fortaleza, capital do estado do Ceará, repete a lógica das cidades nordestinas com orla e expõe sua divisão territorial de classe a partir do centro para a praia. Situada ao norte pelo Oceano Atlântico; Maracanaú, Itaitinga e Pacatuba ao sul; Caucaia a oeste e Eusébio e Aquiraz a leste. A cidade possui o oitavo maior PIB[44] entre as capitais e tem desde 2013 como prefeito Roberto Cláudio que transitou do PSB para o PROS e depois para o PDT.

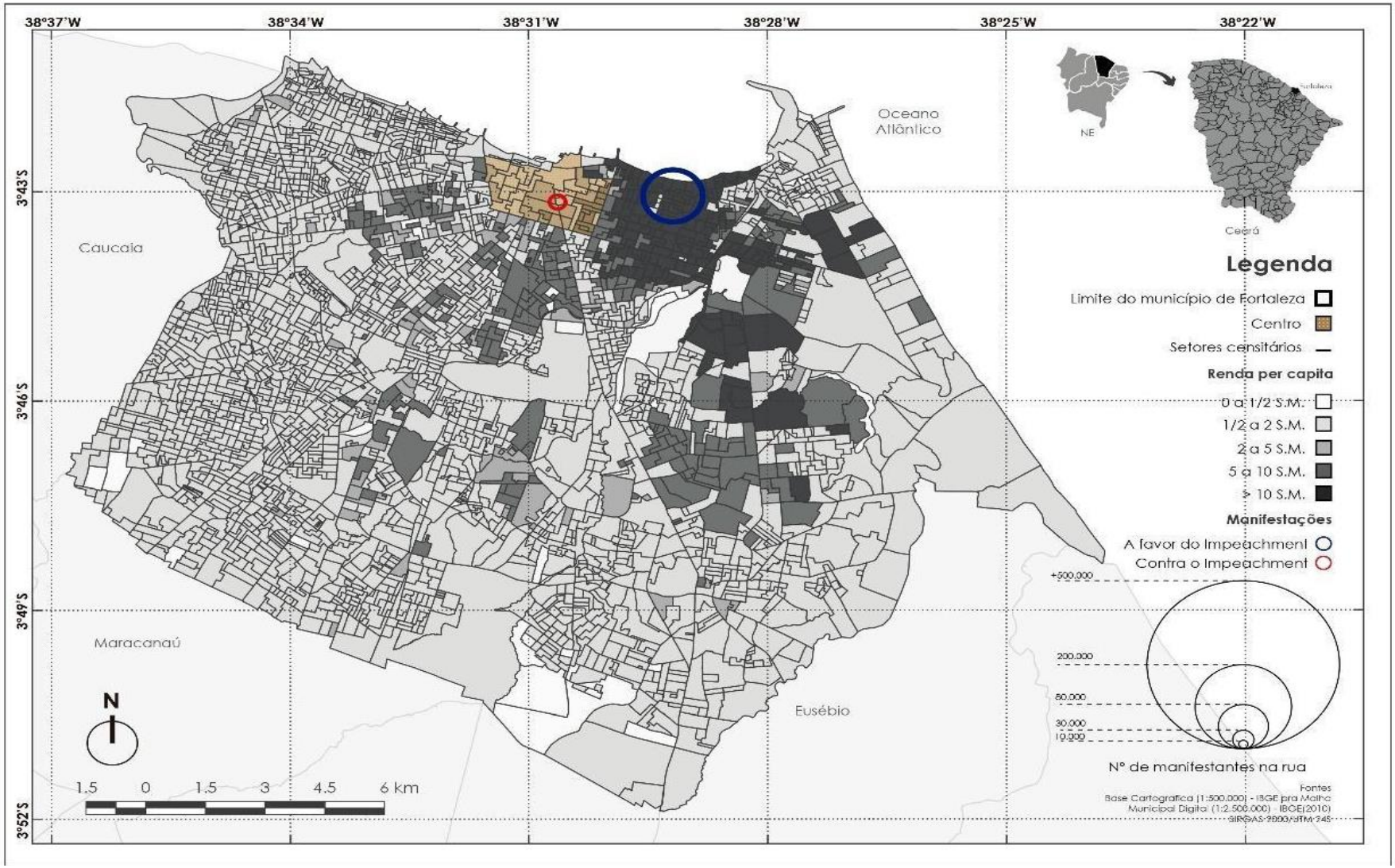
Em 2017, o salário médio mensal era de 2.7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 32.0%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 340 de 5.570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 36.9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 3197 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

A capital cearense é a segunda mais cara do Nordeste, atrás apenas de Recife (R$ 5.792), de acordo com o índice FipeZap[45], entre os bairros com os maiores preços por metro quadrado estão Meireles, Praia de Iracema, Mucuripe, Guararapes e Engenheiro Luciano Cavalcante[46] (Mapa de Rendas 10).

As manifestações na capital cearense ocorreram como regra-geral no centro antigo da cidade (Tabelas 2, 3, 4, 5 e 6), entre a Praça da Imprensa e a Assembleia Legislativa do Estado e entre a Praça da Bandeira e a Praça do Ferreira, nas manifestações contra o *impeachment*. Já os grupos favoráveis ao *impeachment* de Dilma se concentravam na Praça do Portugal e se dirigiam ao Aterro de Iracema, a mais festejada praia da região para as festas da cidade (Figura 42). Saiu desse espaço o vídeo performático que reuniu mais de 500 pessoas em coreografia organizado pelo grupo denominado Consciência Patriótica nas redes sociais que em suas redes sociais postam questões contra a legalização do aborto e pró-privatizações. “O objetivo da página é conscientizar o povo brasileiro do perigo iminente que ameaça o Brasil: a ideologia socialista que destruiu países como a Venezuela”.

[44] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações
[45] https://fipezap.zapimoveis.com.br/

Figura 51 - Mapa 10 - Mapa de Renda por bairro de Fortaleza



Fonte: autor

Figura 52 - Imagem de satélite de Fortaleza e o percurso das manifestações

Fonte – Google Earth

4.1.2.4 São Luís (Maranhão), a ilha dos segregados

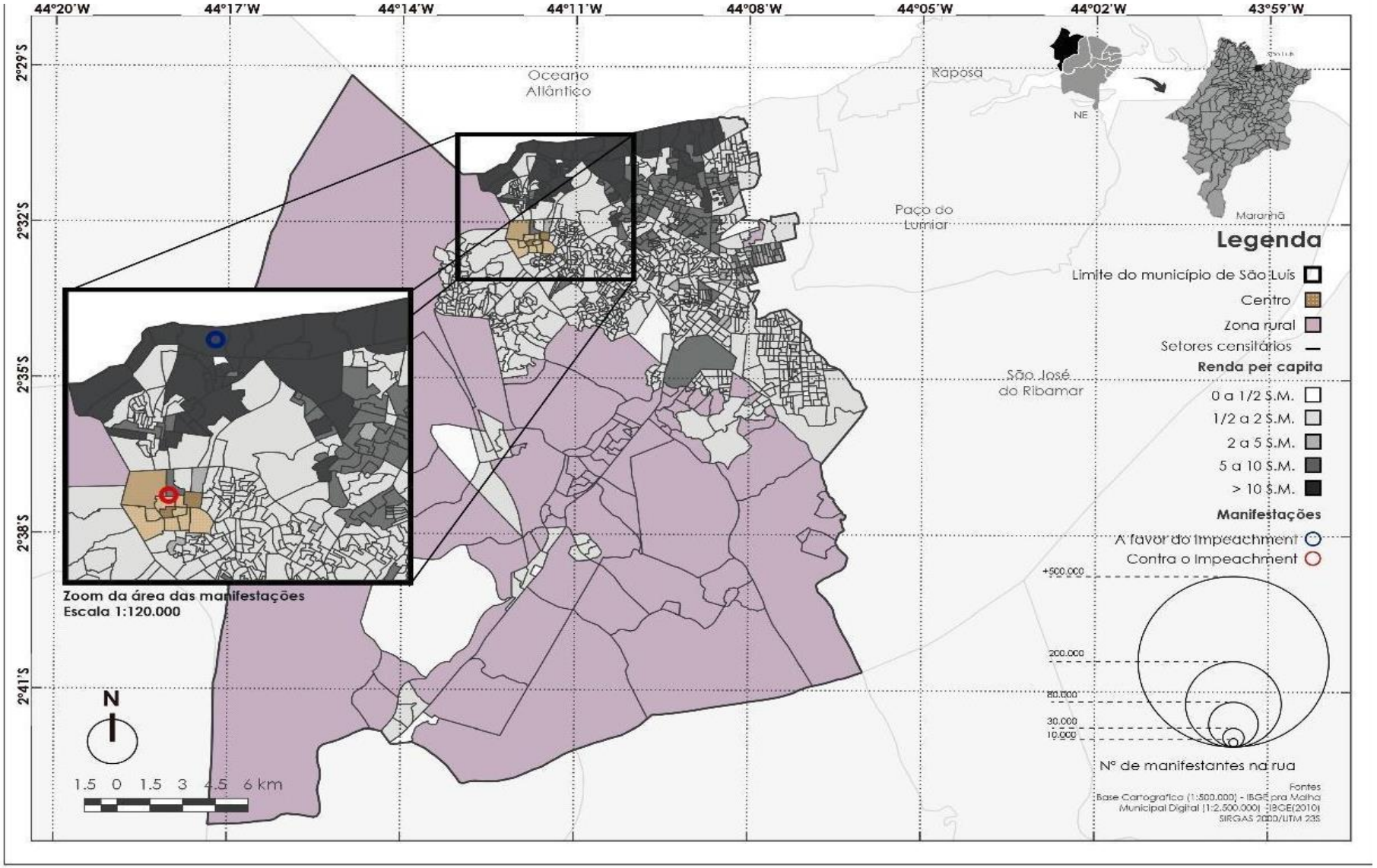
Tabela 12 - Dados demográficos da capital São Luís

Panorama	São Luís	Escalas
População [2018]	1.094.667	pessoas
Densidade Demográfica [2018]	1215,69	hab/km²
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	96,8	%
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,768	nominal
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	3	S.M.
População Ocupada [2017]	33,4	%
População com rendimento de até 1/2 S.M	38,8	%
PIB per capita [2016]	26.154,25	R$

Fonte: IBGE, 2019

O município de São Luís é dividido em Cidade Nova, que compreende os bairros da área nobre como Renascença, Ponta d'Areia, Calhau, entre outros e Cidade Antiga com o Centro, Monte Castelo, Anil e outros bairros, em sua maioria de classe média (Mapa de Rendas 11). A cidade está dividida em 38 bairros, mas levando-se em conta as subdivisões dos bairros, palafitas e favelas, chegam a 96 e, em alguns casos, ultrapassam mais de 100 bairros. Localizado na Ilha Upaon-Açu. Desde 2013, o prefeito Edivaldo Holanda Júnior do PDT comanda a cidade.

Figura 53 - Mapa 11 - Mapa de Renda por bairro de São Luís



Fonte: autor

Em 2017, o salário médio mensal era de 3.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 33.4%. Na comparação com com cidades do país todo, ficava na posição 337 de 5.570[47]. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 38.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 2.897 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

Como nas demais capitais nordestinas que se encontram na orla (Figura 43), as manifestações se dividiram entre os grupos contrários ao *impeachment* no centro antigo da cidade, da Praça Deodoro, passando pelas ruas Grande e do Passeio, até Praça João Lisboa; enquanto os grupos a favor do *impeachment* se concentravam nos espaços mais valorizados da orla marítima, na Avenida Litorânea e na Avenida dos Holandeses, da Praia do Calhau até a Praça do Sol (Tabelas 2, 3, 4, 5 e 6). Tendo um dos metros quadrados mais caros do país, os bairros que circundam a Via Litorânea[48].

Figura 54 - Imagem de satélite de São Luís e o percurso das manifestações

Fonte – Google Earth

4.1.2.5 João Pessoa (Paraíba). O surgimento de uma classe de alta renda

[47] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações
[48] https://www.iq.com.br/financas-pessoais/artigos/sao-luis-melhores-bairros

Tabela 13 - Dados demográficos da capital João Pessoa

Panorama	escalas	João Pessoa
População [2018]	pessoas	723.515
Densidade Demográfica [2018]	hab/km²	3.421,28
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	%	96,9
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	nominal	0,763
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	S.M.	2,7
População Ocupada [2017]	%	36,1
População com rendimento de até 1/2 S.M	%	36,4
PIB per capita [2016]	R$	23.345,93

Fonte: IBGE, 2019

João Pessoa, principal centro financeiro e econômico do estado da Paraíba, localiza-se na orla oceânica do nordeste brasileiro. João Pessoa passa por uma intensa expansão imobiliária. O Altiplano, Manaíra, Bessa, Tambaú e Cabo Branco (metro quadrado mais caro da região[49]) são bairros de alta renda (Mapa de Rendas 12). Luciano Cartaxo (pelo PT, depois pelo PSD e agora no PV) de 2013 a 2019.

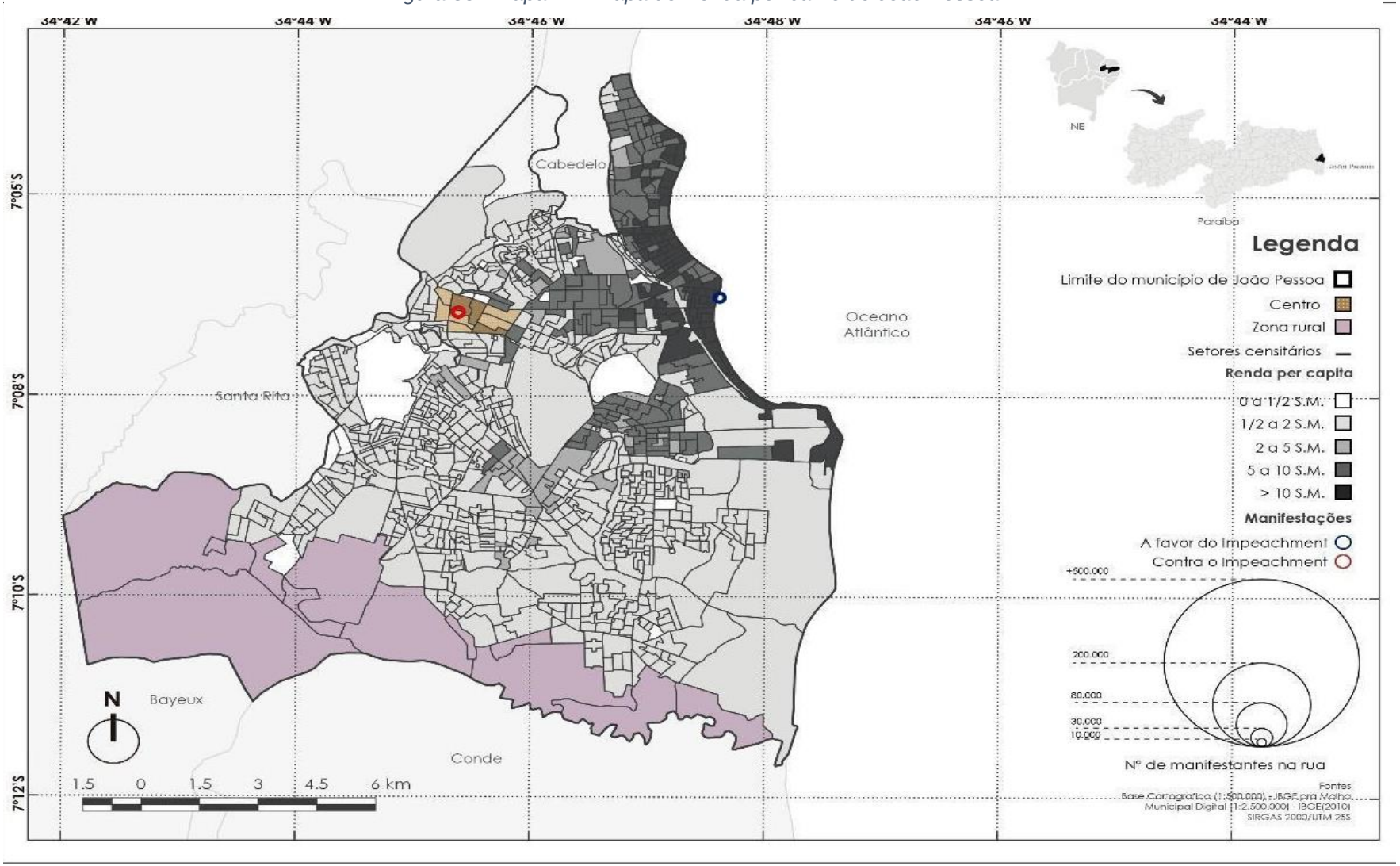
Em 2017, o salário médio mensal era de 2.7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 36.1%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 260 de 5.570. Está apenas na 20ª colocação entre as capitais do país (tabela 1). Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 36.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 3.272 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

Mesmo sendo apenas a 20ª capital com maior renda[50], João Pessoa possui as características das mais capitais na orla, maior divisão territorial nas manifestações, enquanto do grupos a favor do *impeachment* sempre buscavam a orla para o protesto, saindo pela Avenida Epitácio Pessoa até o Busto de Tamandaré, na praia de Cabo Branco, os protestos a favor de Dilma Rousseff se concentravam no centro da cidade, ora Parque Solon de Lucena, ora Praça da Independência (Tabelas 2, 3, 4, 5 e 6). Os pontos estão cerca de 6km de distância de cada ponto divergente politicamente (Figura 44).

[49] https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/valor-do-m-construido-em-tambau-e-4-vezes-maior-que-no-bairro-das-industrias-diz-sinduscon.ghtml

[50] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

Figura 55 - Mapa 12 - Mapa de Renda por bairro de João Pessoa



Fonte: autor.

Figura 56 - Imagem de satélite de João Pessoa e seu percurso

Fonte – Google Earth

4.1.2.6 Recife (Pernambuco), cidade roubada

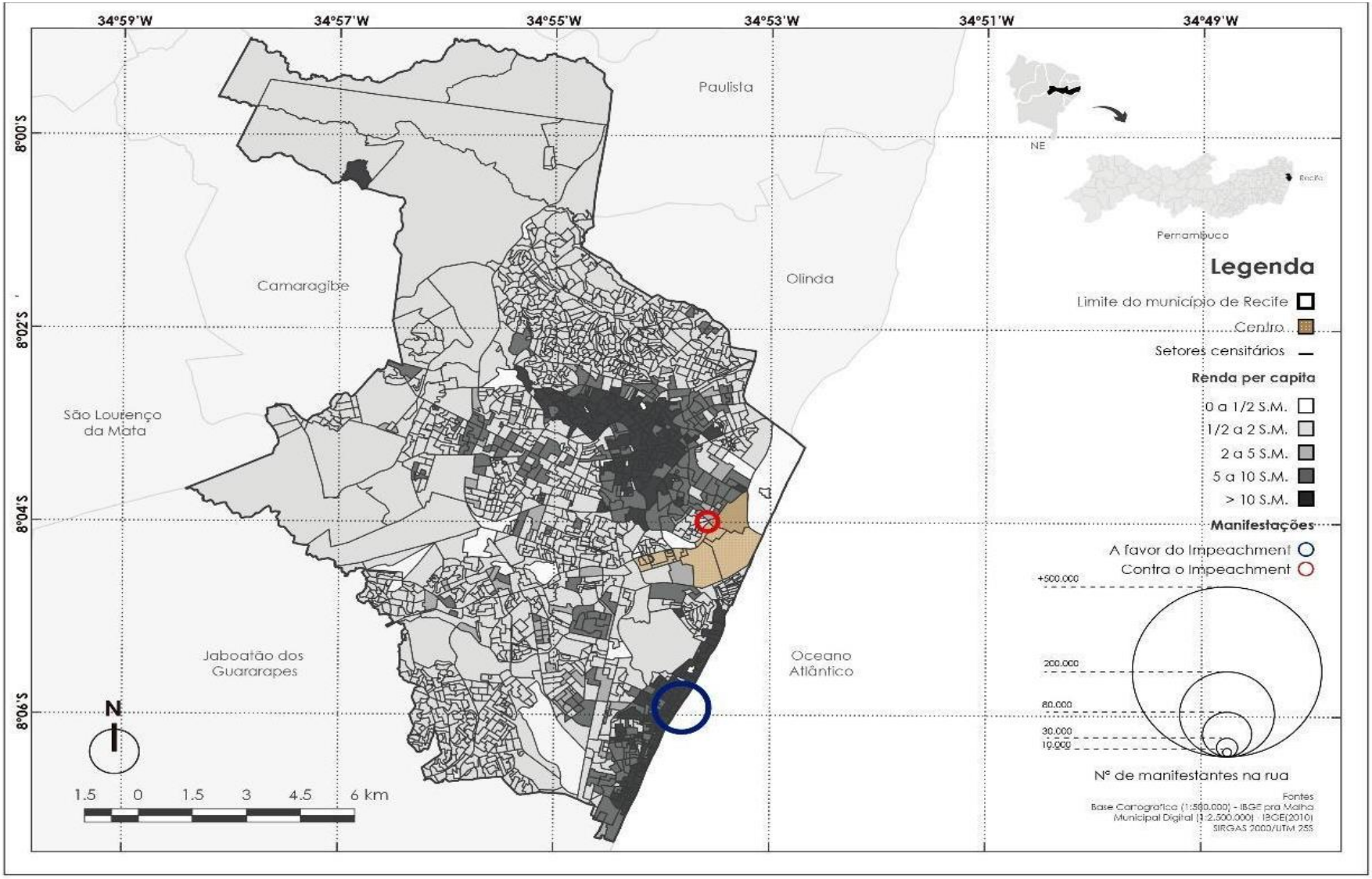
Tabela 14 - Dados demográficos da capital Recife

Panorama	escalas	Recife
População [2018]	pessoas	1.537.704
Densidade Demográfica [2018]	hab/km²	7.039,64
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	%	97,1
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	nominal	0,772
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	S.M.	3,2
População Ocupada [2017]	%	43,9
População com rendimento de até 1/2 S.M	%	38,1
PIB per capita [2016]	R$	30.477,73

Fonte: IBGE, 2019

Recife, a cidade mais próspera do Brasil colônia, capital do estado de Pernambuco, é atualmente o quarto aglomerado urbano mais populoso do Brasil, com mais de 1,5 milhão de habitantes, décimo maior PIB entre as capitais do país, tem o melhor IDH do nordeste. A metrópole pernambucana desempenha um forte papel centralizador em seu estado e região: abriga sedes de instituições como a Sudene, a Eletrobras, Chesf, o Comando Militar do Nordeste,

Figura 57 - Mapa 13 - Mapa de Renda por bairro de Recife



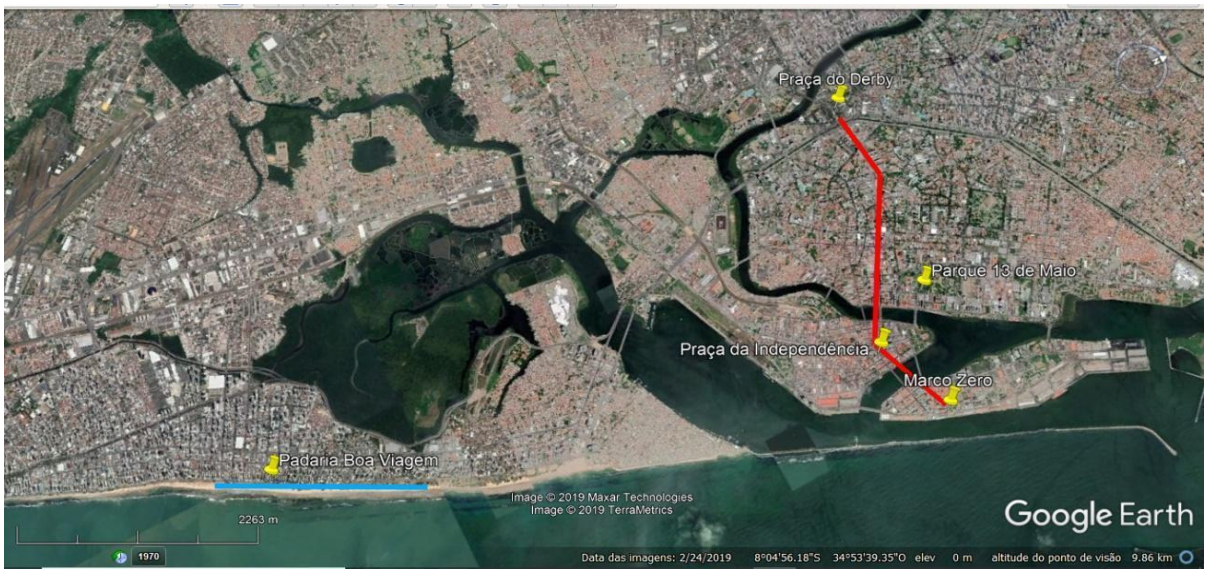
Fonte: autor.

o TRF da 5ª Região, a Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 5.ª região, dentre muitas outras, e o maior número de consulados estrangeiros fora do eixo Rio-São Paulo. O Recife se divide em seis regiões político-administrativas (RPAs) que agrupam 94 bairros. O Prefeito Geraldo Júlio do PSB está no comando da administração municipal desde 2013.

Segundo Flávio Villaça, o Recife é a cidade que teve determinantes de estruturação mais frágeis, “não teve vias regionais concentradas, não apresentou diferenças ambientais acentuadas, pois seu sítio é plano e razoavelmente homogêneo”. Continua o autor, “ no século XIX, quando se formou a burguesia, a orla marítima foi por ela desprezada, que se concentrou nas margens do Rio Capibaribe, a oeste” (VILLAÇA, 1998), ou seja, ao longo deste Rio estruturador, as primeiras indústrias estabeleceram o eixo ferrovia-porto, na direção sul. Tardiamente, ocorreu a valorização da zona sul (década de 1960). Assim, para Villaça, Recife apresenta duas áreas de concentração de alta renda, uma a oeste (Casa Forte, Torre, Graças) e outra ao sul (Boa Viagem), mas segundo o mesmo autor, a tendência da capital pernambucana é ter apenas área de segregação das burguesias, qual seja: Zona Sul (Mapa de Rendas 13).

E daí repete-se a conformação política das capitais e sua relação com as orlas marítimas: maior monopólio da terra, maior segregação e afastamento do centro histórico. Assim, as manifestações a favor do *impeachment* perceberam que a avenida Boa Viagem além de ser o novo centro econômico passa a ser o novo centro político, também (Tabelas 2, 3, 4, 5 e 6). Não à toa, começa uma expansão de novos prédios públicos e o deslocamento da Justiça Federal e da Receita Federal para a zona sul. Do outro lado, as manifestações contra o *impeachment* ainda possuem no centro tradicional da cidade uma relação simbólica e afetiva com o espaço que representa o trabalhador e o rio Capibaribe, por isso todas as manifestações aconteceram ora concentradas na Praça do Derby, apelidada Praça da Democracia, como também nas passeatas pela Avenida Conde da Boa Vista em direção ao centro (Marco Zero, Pátio de São Pedro e Parque Treze de Maio), vide Figura 45.

Figura 58 - Imagem de satélite de Recife e o percurso das manifestações



Fonte – Google Earth

4.1.2.7 Teresina (Piauí), a disputa por pouca renda

Tabela 15 - Dados demográficos da capital Teresina

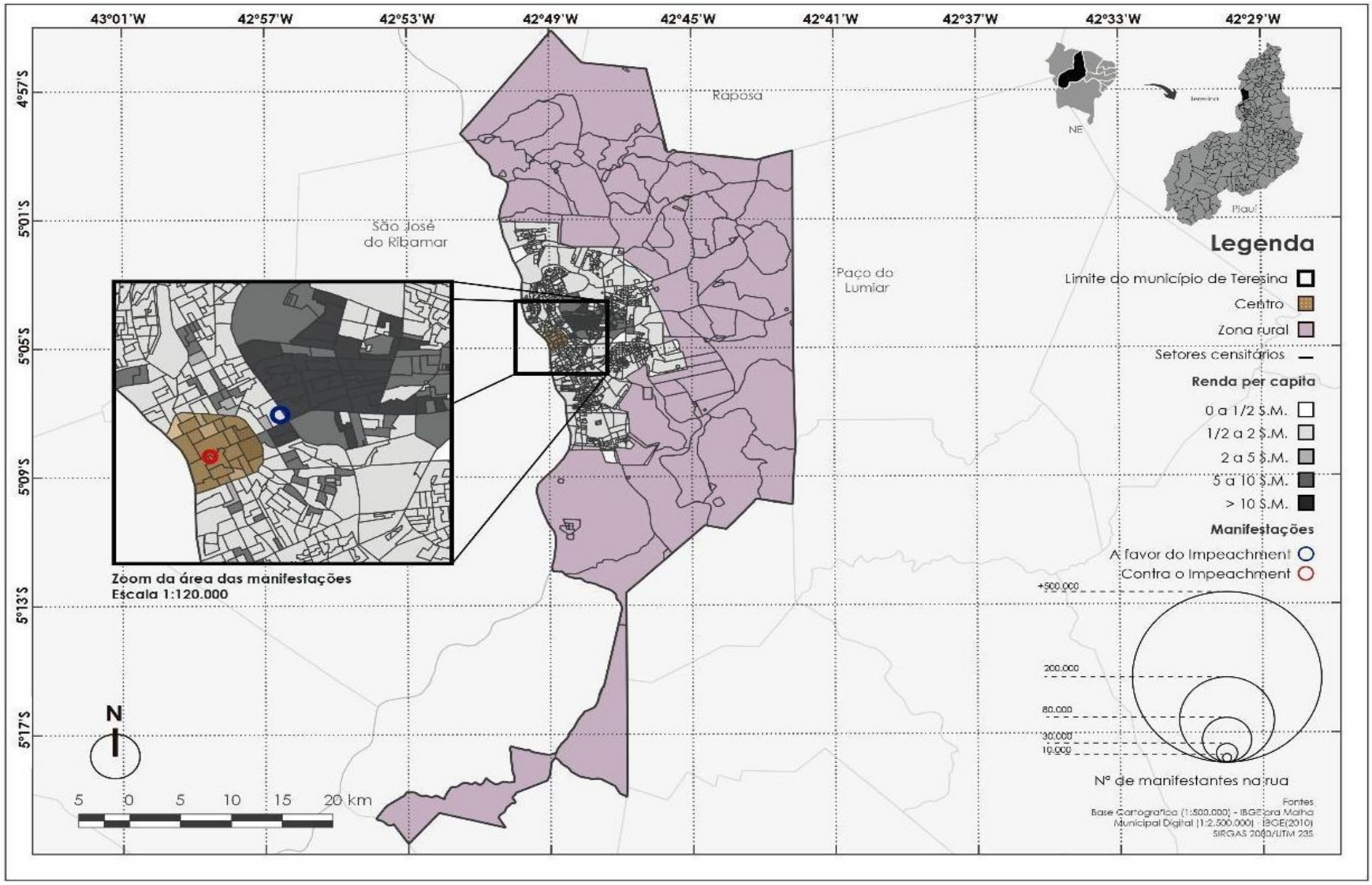
Panorama	escalas	Teresina
População [2018]	pessoas	814.230
Densidade Demográfica [2018]	hab/km²	584,94
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	%	97,8
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	nominal	0,751
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	S.M.	2,8
População Ocupada [2017]	%	35,9
População com rendimento de até 1/2 S.M	%	38,6
PIB per capita [2016]	R$	22.597,68

Fonte: IBGE, 2019

Teresina, capital do estado do Piauí. Localiza-se a 343 km do litoral, sendo, portanto, a única capital da Região Nordeste que não se localiza às margens do Oceano Atlântico. Possui uma população estimada em 814.230 habitantes. Teresina é a 21ª maior cidade do Brasil e a 17ª maior capital de estado, sendo a 7ª capital mais populosa e a 7ª capital mais rica do Nordeste e apenas a 19ª capital mais rica do país[51]. Desde 2013, a cidade é comandada pelo prefeito Firmino Soares Filho do PSDB.

[51] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

Figura 59 - Mapa 14 - Mapa de Renda por bairro de Teresina



Fonte: autor

Em 2017, o salário médio mensal era de 2.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 35.9%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 269 de 5.570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 38.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição na posição 2930 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Repetindo a lógica das capitais ainda com baixa população de alta renda, tendo os bairros mais nobres próximos do centro como Fátima e Jóquei, os manifestantes procuraram o centro, próximo ao rio Parnaíba como centralidade dos protestos (Mapa 14). Com relação aos fatores que influenciam no preço do metro quadrado no entorno, a localização é um dos aspectos que mais influenciam nesse valor agregado, quanto mais nobre o bairro, mais caro será o metro quadrado. Os imóveis na Zona Leste podem variar muito no preço dependendo do bairro, mesmo sendo na mesma região. Os mais caros que podemos encontrar estão nos bairros de Fátima e Jóquei Clube.[52]

As manifestações contra Dilma Rousseff se concentraram em frente à Assembleia Legislativa, na Avenida Marechal Castelo Branco e Avenida Raul Lopes. Um pouco depois, ora na Praça da Liberdade, ora na Praça Pedro II, os manifestantes a favor de Dilma Rousseff procuraram ecoar suas vozes e estender suas bandeiras (Figura 46)

Figura 60 - Imagem de satélite de Teresina e o percurso das manifestações

Fonte – Google Earth

[52] https://www.portalodia.com/noticias/piaui/valor-do-metro-quadrado-pode-chegar-a-7-mil-em-teresina-257276.html

4.1.2.8 Natal (Rio Grande do Norte), a praia é no centro

Tabela 16 - Dados demográficos da capital Natal

Panorama	escalas	Natal
População [2018]	pessoas	803.739
Densidade Demográfica [2018]	hab/km²	4.805,24
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	%	96,3
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	nominal	0,763
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	S.M.	3
População Ocupada [2017]	%	36,6
População com rendimento de até 1/2 S.M	%	35,7
PIB per capita [2016]	R$	24.890,54

Fonte: IBGE, 2019

Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, repete a preponderância das ocupações próximas à orla marítima, mas as dunas dão uma singularidade a sua geografia. Devido à existência destas dunas, a planície costeira abrange uma série de terrenos planos de transição entre o mar e os tabuleiros costeiros, estabelecendo um certo afastamento da praia devido à localização do Parque das Dunas.

A capital do Rio Grande do Norte é a segunda menor em área territorial (167 km), além de ser apenas a décima sétima no PIB[53] entre as capitais, sendo provável que não exista uma significativa classe de alta renda que consiga se afastar do centro tradicional para novas ocupações, mas se adaptaram a partir de bairros mais valorizados conforme busca em portal de turismo da cidade[54] e o Mapa de Rendas 15 como Tirol, Petrópolis, Capim Macio, Candelária e Ponta Negra. De 2013 a 2017 o prefeito da cidade foi Carlos Eduardo Alves do PDT.

Em 2017, o salário médio mensal era de 3.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 36.6%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 246 de 5.570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 35.7% da população nessas condições, o que o colocava na posição na posição 3.418 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

[53] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

[54] https://abreuimoveis.com.br/blog/dicas-de-natal/melhores-bairros/

Figura 61 - Mapa 15 - Mapa de Renda por bairro de Natal

Fonte: autor

Entre esses bairros, o centro permanece próximo, e as manifestações a favor do *impeachment* ocorreram em uma das principais avenidas da cidade, Engenheiro Roberto Freire, que corta a Zona Sul da cidade. Também ocorreram manifestações no cruzamento das avenidas Senador Salgado Filho e Bernardo Vieira, no Tirol, zona Sul. Já os grupos contra o *impeachment* se reuniram próximo da Catedral de Natal, mas também percorreram a Avenida Senador Salgado Filho, na zona Sul (Figura 47).

Figura 62 - Imagem de satélite de Natal e o percurso das manifestações

Fonte – Google Earth

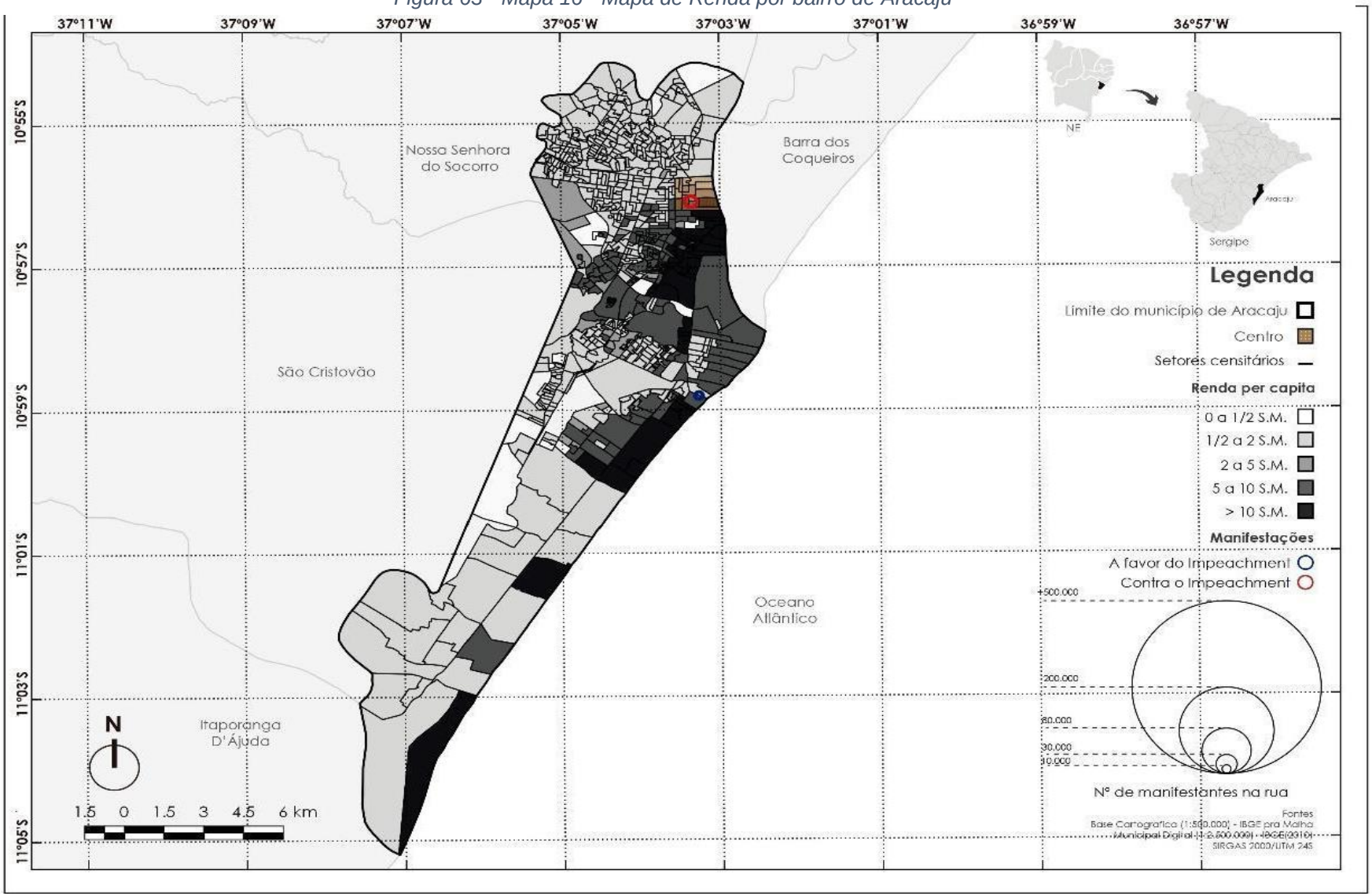
4.1.2.9 Aracajú (Sergipe), a beira-mar versus o centro

Tabela 17 - Dados demográficos da capital Aracajú

Panorama	escalas	Aracajú
População [2018]	pessoas	571.149
Densidade Demográfica [2018]	hab/km²	3.140,65
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	%	97,4
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	nominal	0,77
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	S.M.	3,1
População Ocupada [2017]	%	36
População com rendimento de até 1/2 S.M	%	35,8
PIB per capita [2016]	R$	25.717,68

Fonte: IBGE, 2019

Figura 63 - Mapa 16 - Mapa de Renda por bairro de Aracajú



Fonte: autor

Sobre as raízes das manifestações na dualidade beira-mar ou centro, Aracajú, capital de Sergipe, segue a lógica das capitais nordestinas. Com uma população com mais de 500 mil habitantes, o salário médio mensal era de 3.1 salários mínimos, em 2017. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 35.8%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 271 de 5.570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 35.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 3.400 de 5.570 dentre as cidades do Brasil[55].

Dentre os bairros mais nobres da cidade, se destacam Siqueira Campos, Atalaia e Jardins, conforme busca em portal de imóveis[56] e como se verifica no Mapa de Rendas 15.

Entre esses bairros, o centro permanece próximo, as manifestações a favor do *impeachment* ocorreram sempre na orla, na Avenida Beira Mar, em Atalaia, no sentido da Passarela do Caranguejo. Já os grupos contra o *impeachment* se reuniram sempre no Centro, ora nas praças Carmerino e Geraldo Valadão, ora Praça General Valadão até a Praça Fausto Cardoso.

Figura 64 - Imagem de satélite de Aracajú e o percurso das manifestações

Fonte – Google Earth

[55] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

[56] https://www.vivareal.com.br/blog/cidades/6-bairros-para-investir-em-apartamentos-a-venda-em-aracaju//

4.1.3 Região Centro-Oeste

4.1.3.1 Goiânia (Góias), o planejamento aproxima os diferentes

Tabela 18 - Dados demográficos da capital Goiânia

Panorama	Goiânia	Escalas
População [2018]	1.302.001	pessoas
Densidade Demográfica [2018]	1.776,74	hab/km²
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	96,4	%
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,799	nominal
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	3,2	S.M.
População Ocupada [2017]	46,1	%
População com rendimento de até 1/2 S.M	27,8	%
PIB per capita [2016]	32.209,01	R$

Fonte: IBGE, 2019

Goiânia, capital do estado de Goiás, cidades planejadas no país, é a vigésima segunda cidade mais rica do Brasil, a décima segunda entre as capitais brasileiras[57]. O município também está entre os oito municípios com a melhor infraestrutura do país. Estando em uma localização privilegiada, é servida por uma malha viária e ferroviária que a liga aos principais centros e portos do país. É a capital brasileira mais arborizada do país e de melhor qualidade de vida. De 2013 a 2016 a prefeitura ficou sob o comando de Paulo Garcia, do PT, e a partir de 2017, Íris Rezende do MDB assumiu a Prefeitura.

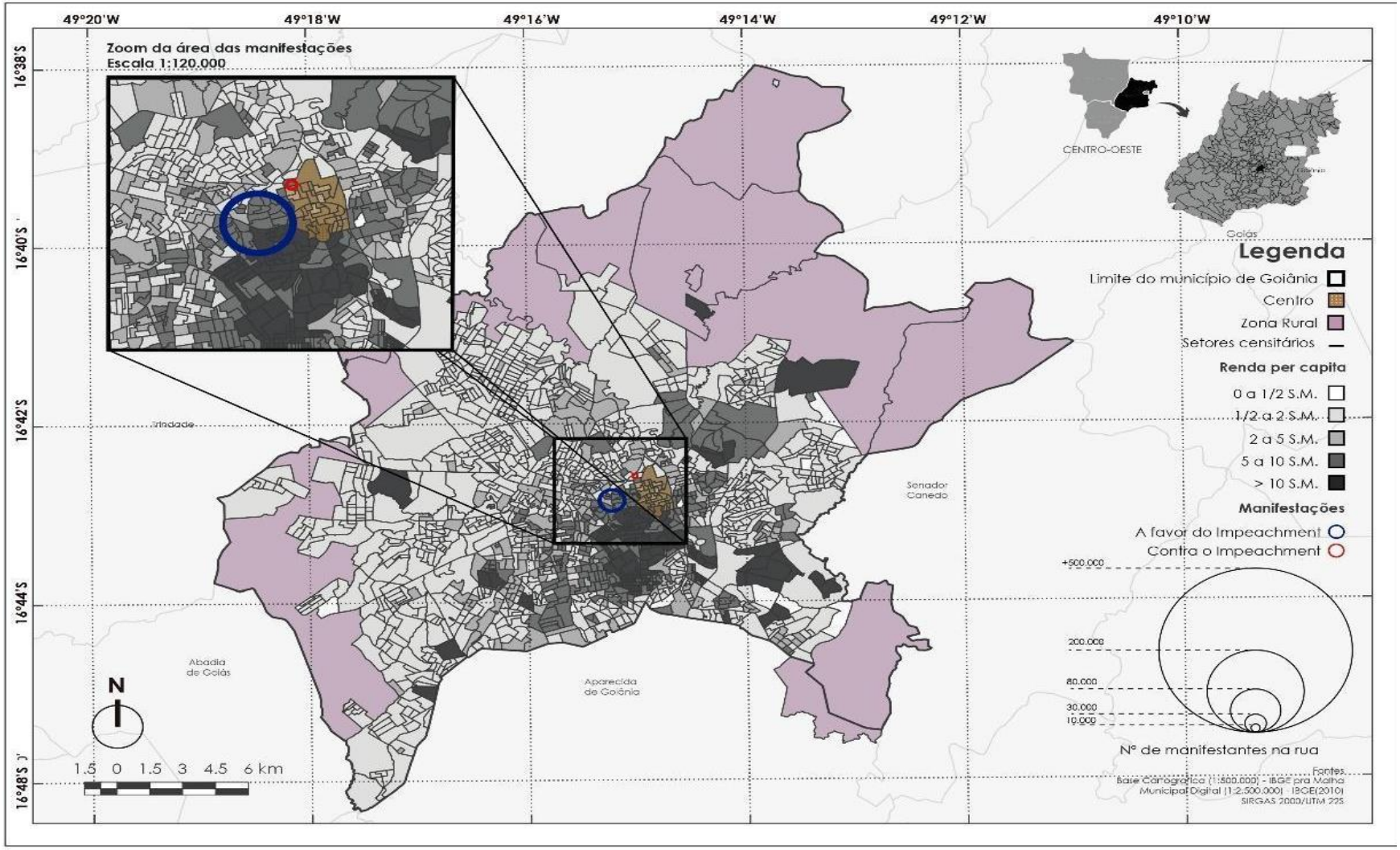
Em 2017, o salário médio mensal era de 3.2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 46,1%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 109 de 5570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 27.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição na posição 5.051 de 5.570 dentre as cidades do Brasil, 11ª posição entre as capitais.

Dentre os bairros nobres da capital[58] estão o Setor Marista, Setor Bueno, Jardim Goiás, Nova Suíça. Entretanto, o centro continua tendo o metro quadrado muito valorizado e concentra as manifestações. Semelhante a Belo Horizonte, a capital de Goiás separa seus espaços públicos com certa proximidade (Mapa de Rendas 17).

[57] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

[58] https://blog.urbs.com.br/quais-sao-os-melhores-e-mais-valorizados-bairros-de-goiania/

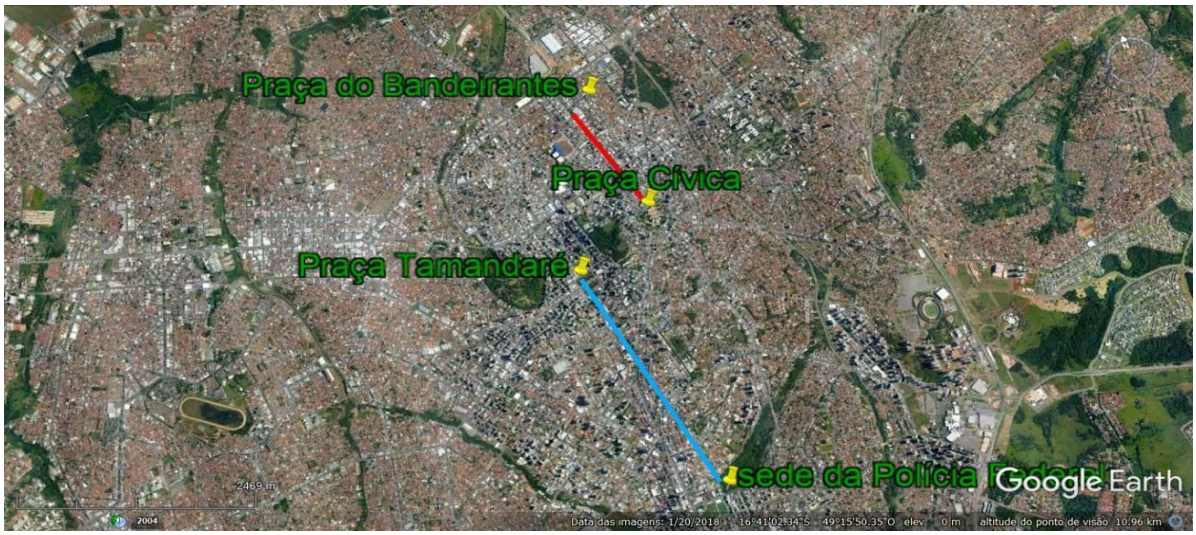
Figura 65 - Mapa 17 - Mapa de Renda por bairro de Goiânia



Fonte: autor

Enquanto os grupos contrários ao *impeachment* se concentram na Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, chamada de Praça Cívica e nas ruas no entorno, os grupos a favor do *impeachment* se concentraram no Setor Oeste na Praça Tamandaré em direção à sede da Polícia Federal no Setor Bela Vista (Figura 49).

Figura 66 - Imagem de satélite de Goiânia e o percurso das manifestações



Fonte – Google Earth

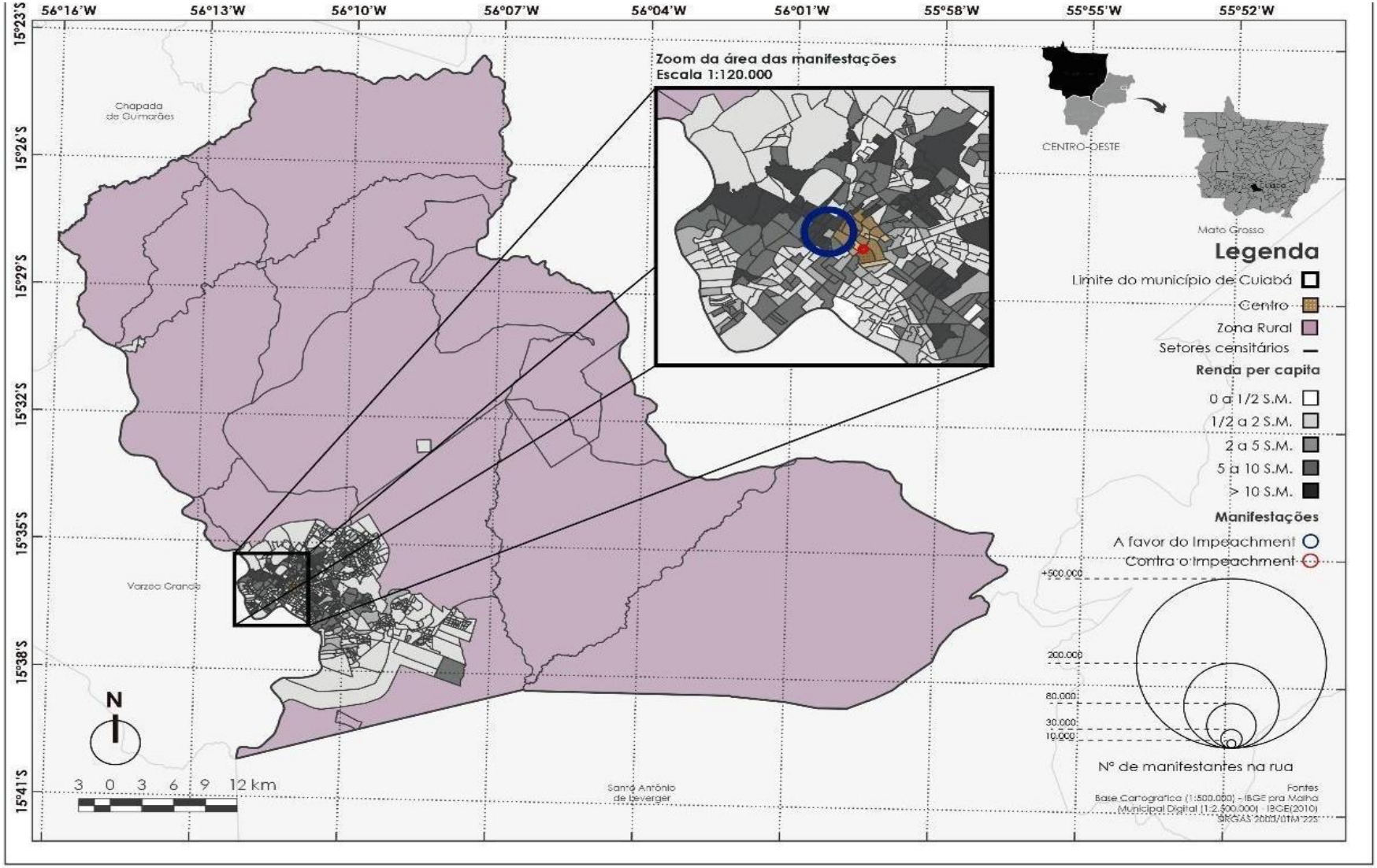
4.1.3.2 Cuiabá (Mato Grosso), o planejamento reconecta os desiguais

Tabela 19 - Dados demográficos da capital Cuiabá

Panorama	Cuiabá	Escalas
População [2018]	551.098	pessoas
Densidade Demográfica [2018]	157,66	hab/km²
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	95,8	%
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,785	nominal
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	4	S.M.
População Ocupada [2017]	44	%
População com rendimento de até 1/2 S.M	30,7	%
PIB per capita [2016]	37.930,34	R$

Fonte: IBGE, 2019

Figura 67 - Mapa 18 - Mapa de Renda por bairro de Cuiabá



Fonte: autor

Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, Região Centro-Oeste do país. É conhecida como "cidade verde", por causa da grande arborização. Situa-se na margem esquerda do rio de mesmo nome e forma uma conurbação com o seu município vizinho, Várzea Grande. Tem o décimo sexto PIB das capitais[59] e foi administrada de 2013 a 2016 por Mauro Mendes do PSB.

Em 2017, o salário médio mensal era de 4.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 44.0%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 112 de 5.570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 30.7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 4549 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Repetindo a regra, as cidades sem orla e sem grande capacidade econômica geram bairros de alta renda como Jardim das Américas, Goiabeiras e Bosque da Saúde[60] (Mapa de Rendas 18) mas ainda o centro histórico é o eixo estruturante das manifestações. Tanto os grupos contra e a favor do *impeachment* percorrem por avenidas e ruas do centro da cidade. Os contrários se concentravam na Praça da República, já os favoráveis ao *impeachment* se concentravam na Praça Alencastro (Figura 50).

Figura 68 - Imagem de satélite de Cuiabá e o percurso das manifestações

Fonte – Google Earth

[59] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações
[60] https://gerencialconstrutora.com.br/blog/melhores-bairros-de-cuiaba-para-morar/

4.1.3.3 Campo Grande (Mato Grosso do Sul), o mesmo lugar de se manifestar

Tabela 20 - Dados demográficos da capital Campo Grande

Panorama	escalas	Campo Grande
População [2018]	pessoas	786.797
Densidade Demográfica [2018]	hab/km²	97,22
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	%	98
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	nominal	0,784
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	S.M.	3,5
População Ocupada [2017]	%	33
População com rendimento de até 1/2 S.M	%	30,3
PIB per capita [2016]	R$	29.442,66

Fonte: IBGE, 2019

Campo Grande, localizada na região Centro-Oeste do país, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, possui o décimo quarto PIB[61] do Brasil e entre 2015 e 2016 o prefeito da cidade foi Alcides Bernal do PP e possuía uma população de 786.797 mil habitantes em 2018.

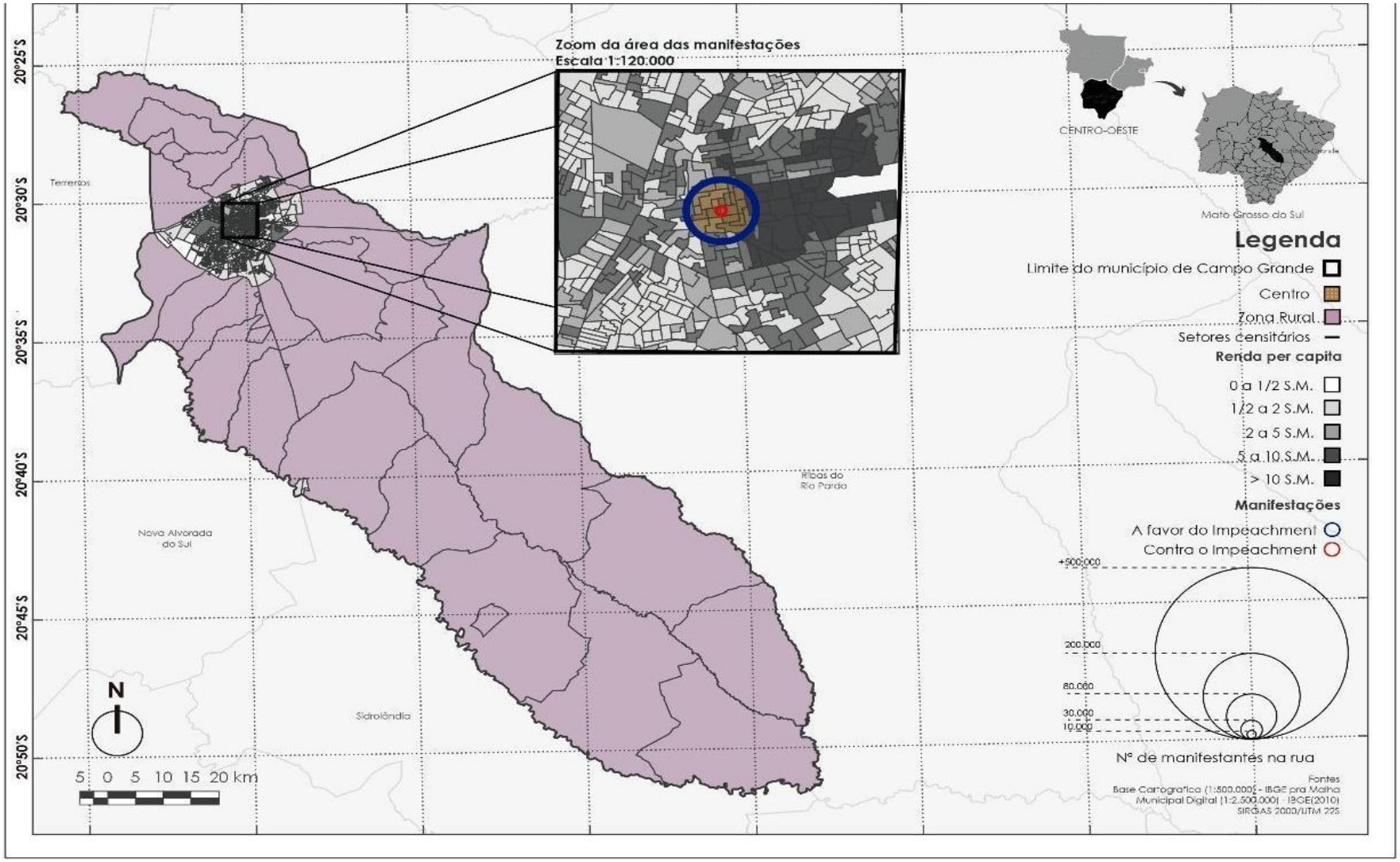
Em 2017, o salário médio mensal era de 3.5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 33.0%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 348 de 5570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 30.3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 4.617 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

A cidade repete a lógica de outras cidades como Cuiabá e Goiânia na estruturação urbana dos movimentos sociais, ou seja, embora existam os bairros de alta renda como Cidade Jardim e Jardim dos Estados, circundam o centro histórico da cidade[62].

Os movimentos sociais se concentram no centro. A Avenida Afonso Pena, uma das mais importantes da capital, é o eixo dos protestos. Enquanto os grupos a favor do *impeachment* caminhavam da Praça Ary Coelho, mas também da Praça da Rádio Clube até o Parque das Nações Indígenas percorrendo a Avenida Afonso

[61] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações
[62] https://www.iq.com.br/financas-pessoais/artigos/campo-grande-melhores-bairros

Figura 69 - Mapa 19 - Mapa de Renda por bairro de Campo Grande



Fonte: autor

Pena, os contra o *impeachment* também se concentravam próximo à Praça do Rádio Clube, ora caminharam no sentido da Rua 14 de Julho pela Rua Barão do Rio Branco, ora até a Polícia Federal, na Avenida Afonso Pena. Ao observar as Tabelas 2, 3, 4, 5 e 6, em anexo, verifica-se que a principal diferença entre as manifestações então foram os dias e horários em que aconteceram (Figura 51).

Figura 70 - Imagem de satélite de Campo Grande e seu percurso

Fonte – Google Earth

4.1.3.4 Brasília (Distrito Federal), a negação da cidade

Tabela 21 - Dados demográficos da capital Brasília

Panorama	Brasília	Escalas
População [2018]	2.570.160	pessoas
Densidade Demográfica [2018]	444,66	hab/km²
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	97,5	%
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,824	nominal
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	5,4	S.M.
População Ocupada [2017]	44,7	%
População com rendimento de até 1/2 S.M	30,9	%
PIB per capita [2016]	79.099,77	R$

Fonte: IBGE, 2019

Uma das cidades mais desiguais do país, a capital do Brasil possui o maior PIB per capita em relação às capitais[63]. O plano urbanístico da capital, conhecido como "Plano Piloto", constituiu a localização de prédios residenciais em grandes áreas urbanas e a construção da cidade através de enormes avenidas e a sua divisão em setores. O projeto da cidade a divide em blocos numerados, além de setores para atividades pré-determinadas, como o Setor Hoteleiro, Bancário ou de Embaixadas.

Por isso, também a cidade possui a maior desigualdade de renda entre as capitais brasileiras, além de ser uma das capitais em que mais se registram homicídios para cada cem mil habitantes no país. Deixa muito à margem a população de baixa renda, bem distante do centro de poder, nas regiões administrativas (ver o Mapa de Rendas 20).

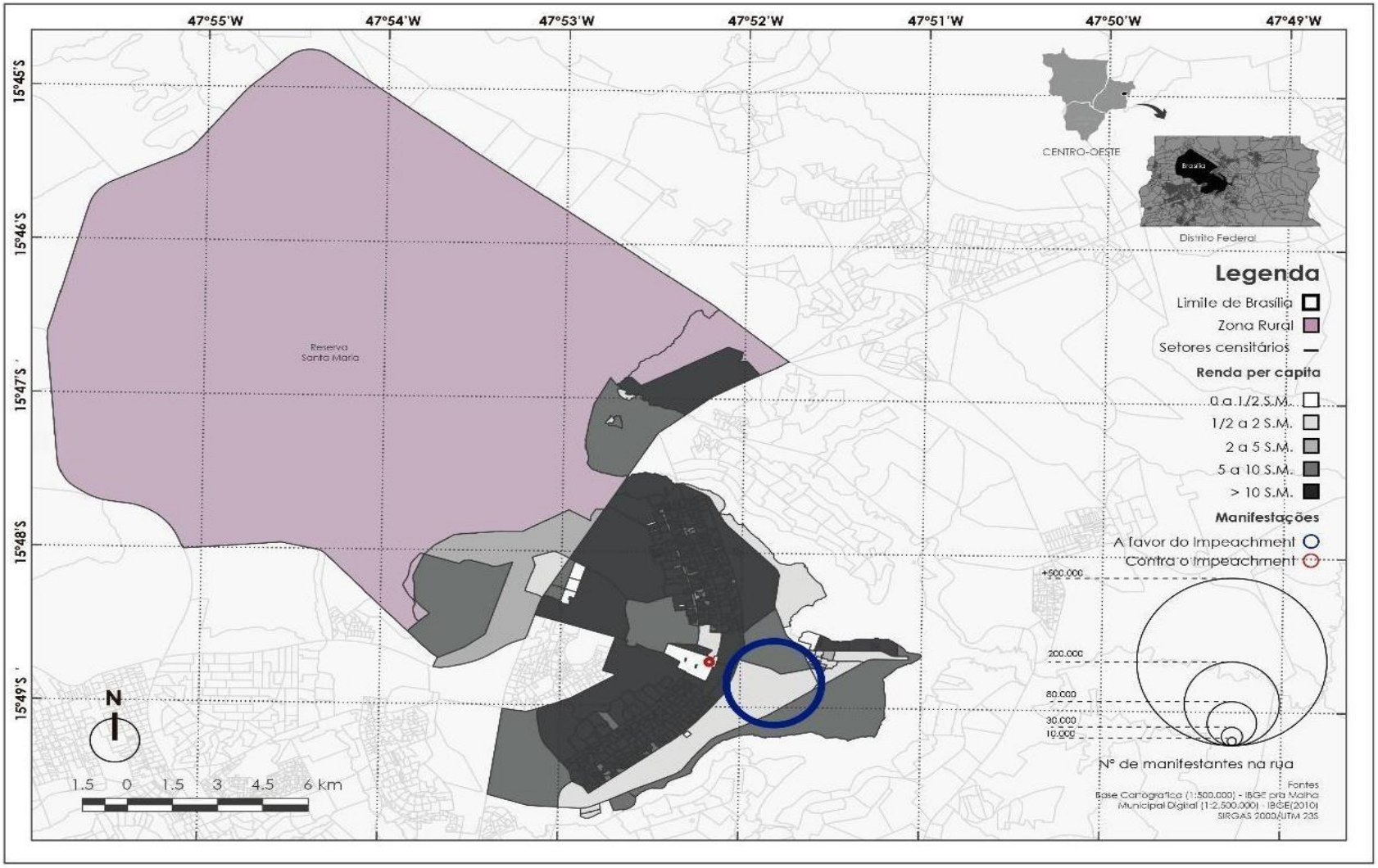
Em 2017, o salário médio mensal era de 5.4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 44.7%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 5 de 5.570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 30.9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 4.510 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

As manifestações em Brasília sempre se dirigem para próximo do Congresso Nacional / Esplanada dos Ministérios, mas pelas grandes áreas abertas, os protestos com baixa adesão tendem a se dispersar e desacreditar a opinião pública. Os manifestantes contra o *impeachment*, em regra, comandados pelas centrais sindicais, preferiram ir ao Centro Comercial – Conic e na central da estação rodoviária de Brasília para atingir o trabalhador que se locomove em transporte público. Já as altas renda, grupos a favor do *impeachment*, sentiram-se confiantes para atrair a multidão à Esplanada dos Ministérios e protestar junto ao centro de poder político do país (Figura 52).

Brasília também foi palco do icônico muro que dividiu as manifestações do *impeachment* mostrando a divisão política que se encontrava o país no dia 17 de abril de 2016. Do lado direito da Esplanada, ficaram os manifestantes que pediam o *impeachment* de Dilma. Do lado esquerdo, estavam aqueles que defendiam a continuidade do governo.

[63] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

Figura 71 - Mapa 20 - Mapa de Renda por bairro de Brasília



Fonte: autor

Figura 72 - Imagem de satélite de Brasília e o percurso das manifestações

Fonte – Google Earth

4.1.4 Região Sudeste

4.1.4.1 Vitória (Espírito Santo), a melhor capital para a alta renda

Tabela 22 - Dados demográficos da capital Vitória

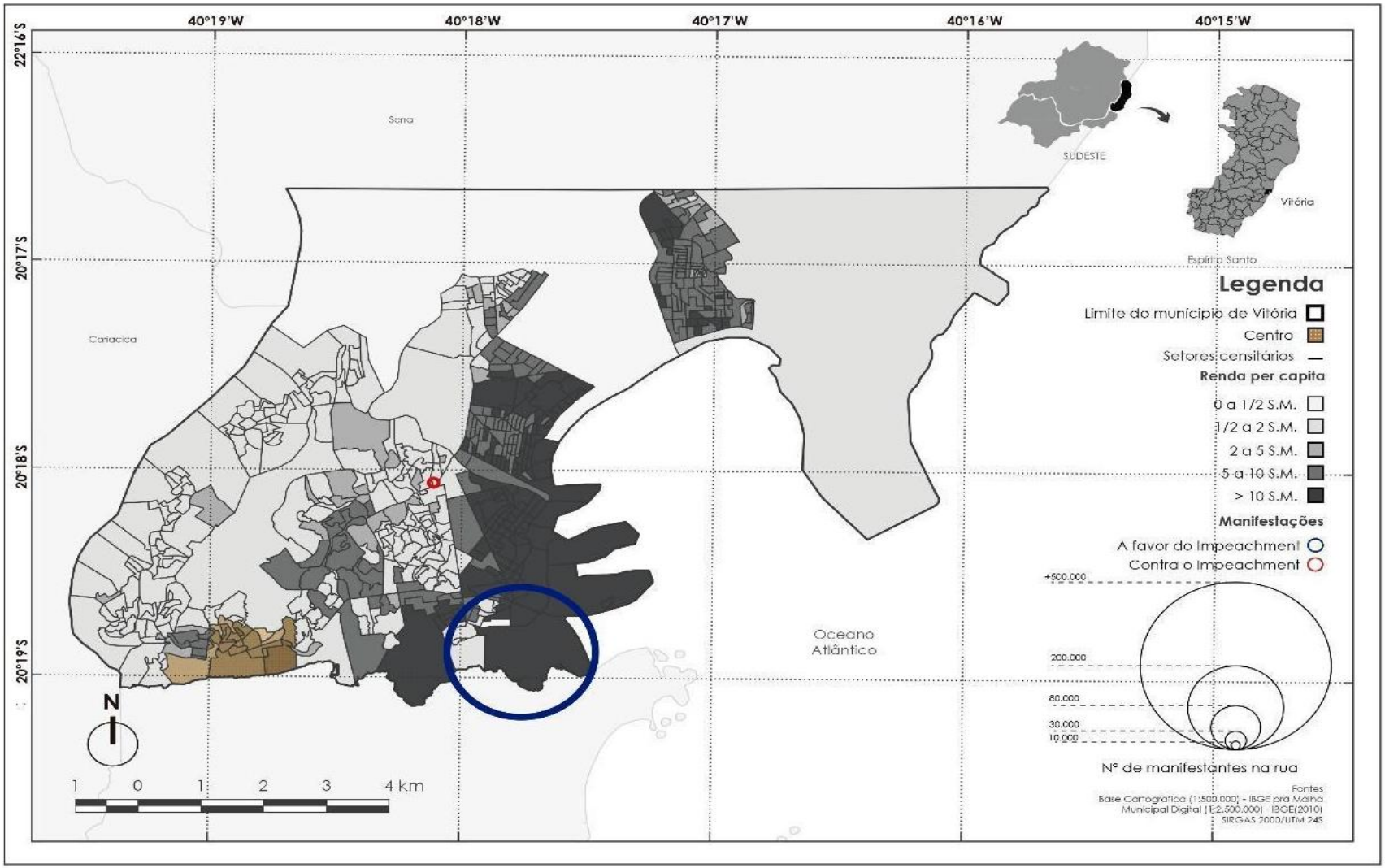
Panorama	Vitória	Escalas
População [2018]	327.801	pessoas
Densidade Demográfica [2018]	3.338,30	hab/km²
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	97,6	%
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,845	nominal
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	3,9	S.M.
População Ocupada [2017]	66,1	%
População com rendimento de até 1/2 S.M	28,7	%
PIB per capita [2016]	60.427,74	R$

Fonte: IBGE, 2019

Décima quinta colocação no PIB das capitais[64], a capital do Espírito Santo está localizada na Ilha de Vitória (as outras ilhas-capitais são Florianópolis, em Santa Catarina, e São Luís, no Maranhão). Com uma população de 327.801 habitantes, segundo estimativas de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

[64] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

Figura 73 - Mapa 21 - Mapa de Renda por bairro de Vitória



Fonte: autor

(IBGE), a cidade tem o 5.º melhor índice de desenvolvimento humano (IDH) entre todos os municípios brasileiros. Em 2015, foi considerada a 2.ª melhor cidade para se viver no Brasil pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em uma pesquisa de 2017, Vitória foi classificada como a terceira melhor capital brasileira para se viver. Luciano Rezende é o prefeito pelo PDT desde 2013.

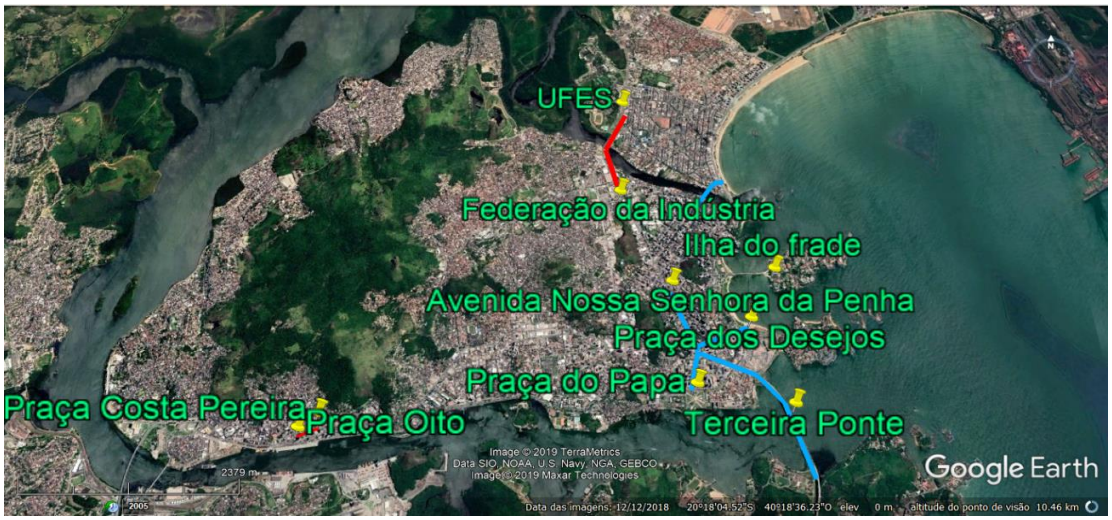
Em 2017, o salário médio mensal era de 3.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 66.1%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 36 de 5570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 28.7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 4935 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Observando o Mapa de Rendas 21, os bairros mais nobres, como Jardim da Penha, Praia do Canto, Barro Vermelho, Enseada do Suá, Ilha do Frade, Ilha do Boi, Jardim Camburi, Bento Ferreira e Mata da Praia estão situados ao norte e ao leste, e os mais carentes do município à oeste da Ilha de Vitória, tais como: Resistência, Nova Palestina, São Pedro, Estrelinha, entre outros[65].

As tabelas 2, 3, 4, 5 e 6 apresentam as datas, locais e estimativa de manifestantes que demonstram as manifestações a favor do *impeachment* passaram pela Avenida Nossa Senhora da Penha em direção à tradicional Praça do Papa e também usaram a Terceira Ponte em direção a mesma Praça. Já os grupos contrários ao *impeachment* ora partiram da Universidade Federal do Espírito Santo em Goiabeiras em direção à Federação da Indústria do Estado e em outro momento se reuniram na Praça Oito, centro histórico da cidade (Figura 53).

[65] https://imoveis.trovit.com.br/bairros-nobres-vitoria

Figura 74 - Imagem de satélite de Vitória e o percurso das manifestações



Fonte – Google Earth

4.1.4.2 Belo Horizonte (Minas Gerais), o centro político

Tabela 23 - Dados demográficos da capital Belo Horizonte

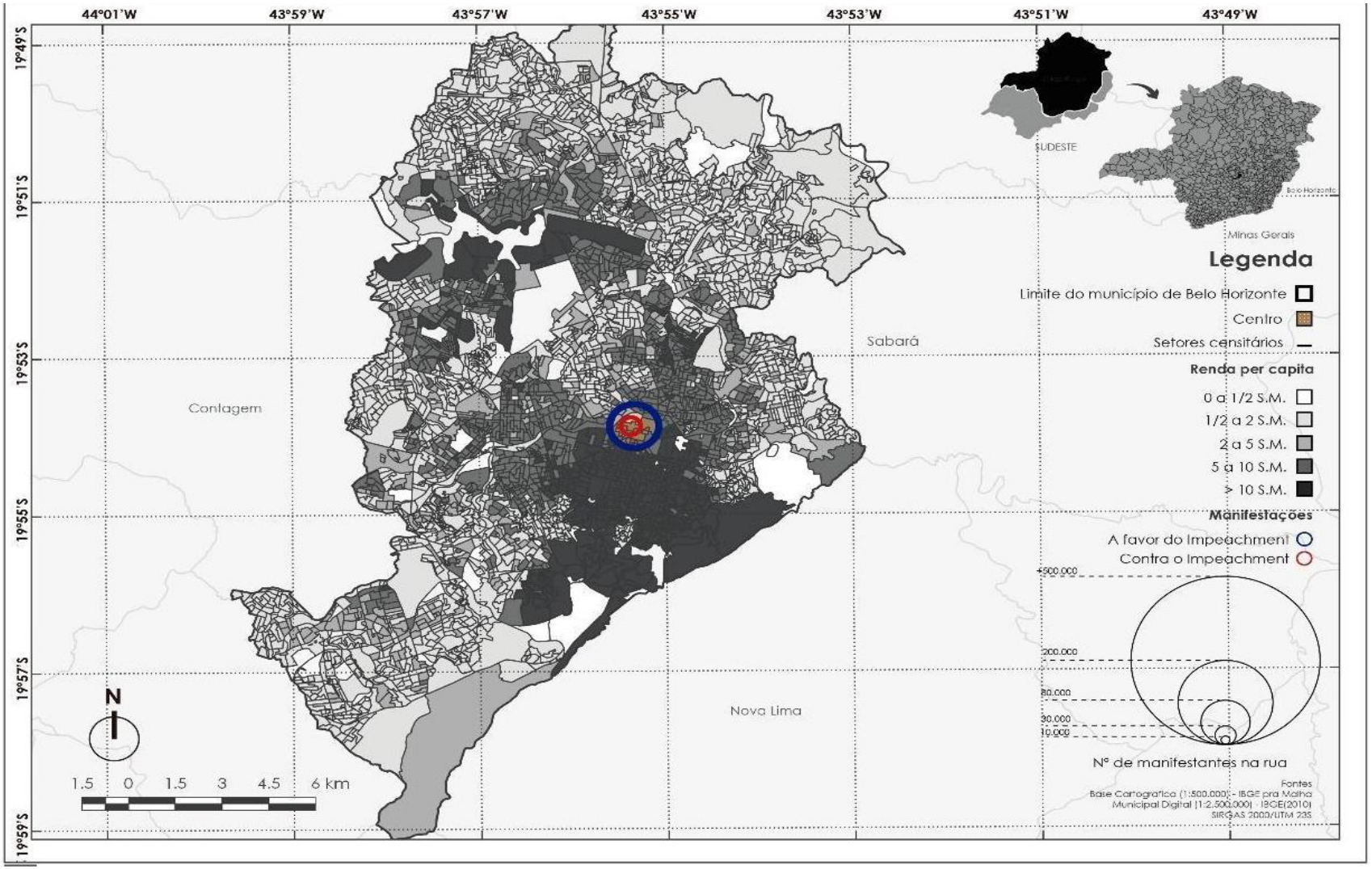
Panorama	escalas	Belo Horizonte
População [2018]	pessoas	2.375.151
Densidade Demográfica [2018]	hab/km²	7.167
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	%	97,6
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	nominal	0,81
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	S.M.	3,6
População Ocupada [2017]	%	57,5
População com rendimento de até 1/2 S.M	%	27,8
PIB per capita [2016]	R$	35.122,01

Fonte: IBGE, 2019

Uma das principais cidade brasileiras, Belo Horizonte, tem a população estimada de 2.375.151 habitantes, sendo o 6º município mais populoso do país e o quarto PIB das capitais[66]. Com uma área de aproximadamente 331 km², possui uma geografia diversificada, com morros e baixadas.

[66] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

Figura 75 - Mapa 21 - Mapa de Renda por bairro de Belo Horizonte



Fonte: autor

Em 2017, o salário médio mensal era de 3.6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 57.5%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 30 de 5.570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 27.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 5.051 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

A cidade é mundialmente conhecida e exerce significativa influência nacional e até internacional, seja do ponto de vista cultural, econômico ou político. Também é responsável por articulações de impacto nacional. Dois prefeitos se tornaram presidentes da República, Venceslau Brás Pereira Gomes e Juscelino Kubitschek de Oliveira. A cidade também é a terra natal da ex-presidente da república, Dilma Rousseff, que perdeu as últimas eleições que disputou na cidade para o Senado Federal, em 2018. O prefeito da cidade de 2012 a 2016 foi Márcio Lacerda (PSB) que sucedeu Fernando Pimentel (PT).

Ao verificar o Mapa de Rendas 21 e pesquisas nos portais de imóveis[67], dentre os bairros mais procurados e, portanto, mais caros, estão Lourdes, Savassi e Belvedere. Tradicionalmente a classe média e alta ocupam a Praça da Liberdade no centro como palco de manifestações e atos públicos. Outro ponto de ocupação é a Praça Rui Barbosa (Praça da Estação), mas próximo da expansão do centro. Ambos espaços foram palco de manifestações contra a então Presidenta Dilma Rousseff nos finais de semana e durante os turnos da manhã e da tarde.

Já manifestantes que saíram às ruas em defesa do governo da Presidenta Dilma Rousseff ocuparam espaços mais próximos ao poder político, como a Assembleia Legislativa do Estado e também as praças Afonso Arinos, a Praça Sete de Setembro e a Praça da Estação, espaços tradicionais dos movimentos de esquerda da cidade. Entretanto, como as demais cidades, mantendo a agenda nacional de mobilização, se reuniram em dias da semana, em regra, no turno da tarde e noite para possibilitar que o trabalhador possa participar após o horário de trabalho. Mais uma vez, pode-se perceber que cidades que não fazem fronteira com o oceano possuem maior possibilidade de congruência de espaços, enquanto nas cidades praieiras a divisão espacial das manifestações tende a ser maior (Figura 54).

[67] https://blog.valoreimoveis.com.br/os-7-melhores-bairros-para-morar-em-bh/

Figura 76 - Imagem de satélite de Belo Horizonte e seu percurso

Fonte – Google Earth

4.1.4.3 São Paulo (São Paulo), o palco do passado e do futuro

Tabela 24 - Dados demográficos da capital São Paulo

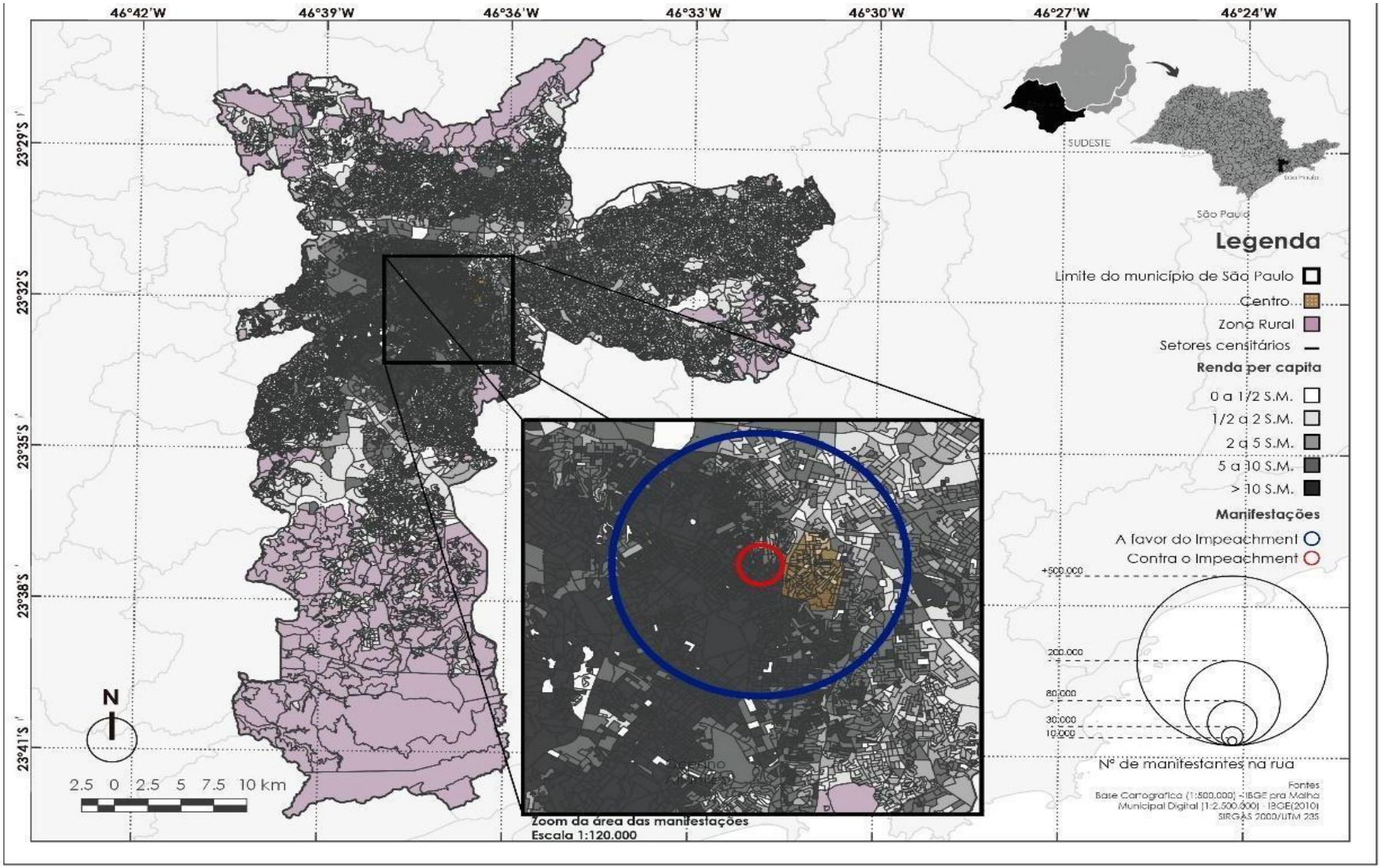
Panorama	escalas	São Paulo
População [2018]	pessoas	11.253.503
Densidade Demográfica [2018]	hab/km²	7.398,26
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	%	96
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	nominal	0,805
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	S.M.	4,2
População Ocupada [2017]	%	46
População com rendimento de até 1/2 S.M	%	31,6
PIB per capita [2016]	R$	57.071,43

Fonte: IBGE, 2019

São Paulo, o maior centro financeiro da América do Sul, representando, isoladamente, 11% de todo o PIB brasileiro[68], é cidade mais populosa do Brasil, considerada a cidade 11ª cidade mais globalizada do planeta. Por isso, São Paulo atrai para si não só as decisões econômicas, mas também políticas do país, e para muitos a opinião pública e as manifestações na cidade são o termômetro social de todo o país. De 2013 a 2016 o prefeito foi Fernando Haddad do PT.

[68] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

Figura 77 - Mapa 22 - Mapa de Renda por bairro de São Paulo



Fonte: autor

A cidade é a 8.ª mais populosa do planeta e sua região metropolitana, com cerca de 21 milhões de habitantes, e entre os metros quadrados mais caros da cidade estão a Vila Nova Conceição, Jardim Europa, Jardim Paulistano, Ibirapuera, Berrini/Vila Cordeiro e Pinheiros, conforme Mapa de Rendas 22.

Em 2017, o salário médio mensal era de 4.2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 45.8%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 90 de 5.570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 31.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 4.372 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

Segundo Villaça, a cidade de São Paulo se organizou em apenas duas partes bastantes separadas pela barreira córrego-ferrovia até atingir uma população de aproximadamente 2 milhões, dividindo a cidade em leste e oeste. Para o autor, essa conformação inicial teve duradoura influência sobre a estrutura urbana: tanto sobre a distribuição territorial das classes sociais como sobre o desenvolvimento dos subcentros de comércio e serviço (VILLAÇA, 1998, p. 117).

A classe média, já no início do século XX, se estabeleceu em Vila Mariana, Vila Clementino, Ipiranga, Perdizes, Cerqueira César, Água Branca, Vila Romana etc. Isso indica que a maior parte dessa classe também estava a oeste da cidade. Somente a oeste, depois a sudoeste, surgiram os primeiros bairros exclusivos da aristocracia paulistana: Campos Elíseos, Higienópolis e Avenida Paulista. A localização desses bairros pioneiros definiu uma tendência de estruturação. Na região de Tamanduateí surgiu o primeiro subcentro popular de comércio e serviço da região metropolitana (VILLAÇA, 1998, p. 118).

As manifestações políticas em São Paulo, por décadas, ocorreram ora na Praça da Sé (Largo da Sé) ou no Vale do Anhangabaú, mas com o crescimento da cidade a Avenida Paulista se tornou o grande palco nacional das ações políticas do país.

A Praça da Sé está localizada no bairro da Sé e é considerada o centro geográfico da cidade. Considerada quase um sinônimo para o Centro Velho, a praça é um dos espaços mais conhecidos da cidade. Lá ocorreu um dos mais importantes comícios das Diretas Já.

Já o Vale do Anhangabaú, que fica a apenas 1km do Largo da Sé, situa-se entre os viadutos do Chá e Santa Ifigênia. É considerado o ponto que separa o

Centro Velho do Centro Novo. Com a expansão econômica, a Avenida Paulista se tornou o grande campo de visibilidade e batalhas dos manifestantes tanto de esquerda quanto de direita.

A avenida é um importante eixo viário da cidade ligando importantes avenidas como a Dr. Arnaldo, a Rebouças, a 9 de Julho, a Brigadeiro Luís Antônio, a 23 de Maio, a Rua da Consolação e a Avenida Angélica.

O maior ato foi registrado, em pleno domingo de sol, no dia 13 de março de 2016, na Avenida Paulista, em frente ao prédio da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, local que representa o poder econômico do país. Cerca de 500 mil pessoas, de acordo com o Datafolha, participaram das manifestações na Paulista. A Polícia Militar calcula público de 1,4 milhão. As bandeiras se concentram sob o tema do combate à corrupção, em defesa da operação Lava Jato e contra o Partido dos Trabalhadores – PT. Outras causas como grupos a favor da intervenção militar foram protagonistas das cenas transmitidas ao vivo pelos principais canais de televisão nacional. Imagens de grupos com taças de espumantes brindando, outros abraçando e beijando policiais militares, outros com os bonecos de Dilma e Lula sendo enforcados. O juiz federal Sérgio Moro, responsável pela Lava Jato na primeira instância da Justiça e que autorizou o depoimento sob condução coercitiva do ex-presidente Lula, pediu que as autoridades e os partidos “ouçam a voz das ruas”.

Já as manifestações do dia 18 de março de 2016 foram convocadas como Dia Nacional de Mobilização contra o Golpe, teve três eixos que unificaram os grupos: defesa da democracia, rejeição ao ajuste fiscal e contrariedade à reforma previdenciária. Em regra, as manifestações contra o *impeachment* foram coordenadas por entidades como a Central Única dos Trabalhadores - CUT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e União Nacional dos Estudantes – UNE, as quais sustentam a importância dos atos nos dias de semana no final do expediente para aproveitar o trabalhador ou estudante na saída do trabalho ou escola/faculdade. A opção dos centros “antigos” é a necessária comunicação com os transportes públicos e a identificação com os espaços que representam o trabalho.

Em São Paulo, a movimentação começou por volta das 16h, na Praça da Sé. Cerca de 30 movimentos sociais, reuniram 40 mil pessoas, segundo o Data

Folha. Além da Praça da Sé, os manifestantes tomaram a Rua Benjamin Constant. Por volta das 19h, o Metrô fechou a entrada próxima ao Poupatempo da Estação Sé, da Linha 1-Azul (Figura 55).

Figura 78 - Imagem de satélite de São Paulo e o percurso das manifestações

Fonte – Google Earth

4.1.4.4 Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), sol, mar e bíblia

Tabela 25 - Dados demográficos da capital Rio de Janeiro

Panorama	Escalas	Rio de Janeiro
População [2018]	pessoas	6.320.446
Densidade Demográfica [2018]	hab/km	5.265,82
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	%	96,9
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	nominal	0,799
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	S.M.	4,1
População Ocupada [2017]	%	39,4
População com rendimento de até 1/2 S.M	%	31.4
PIB per capita [2016]	R$	50.690,82

Fonte: IBGE, 2019

Rio de Janeiro, capital do estado homônimo, uma das cidades mais conhecidas do mundo e é a segunda maior metrópole do Brasil69 (depois de São Paulo). Em 2017, o salário médio mensal era de 4.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 39.4%. Na comparação com as cidades do país todo, ficava na posição 178 de 5.570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 31.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 4.417 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

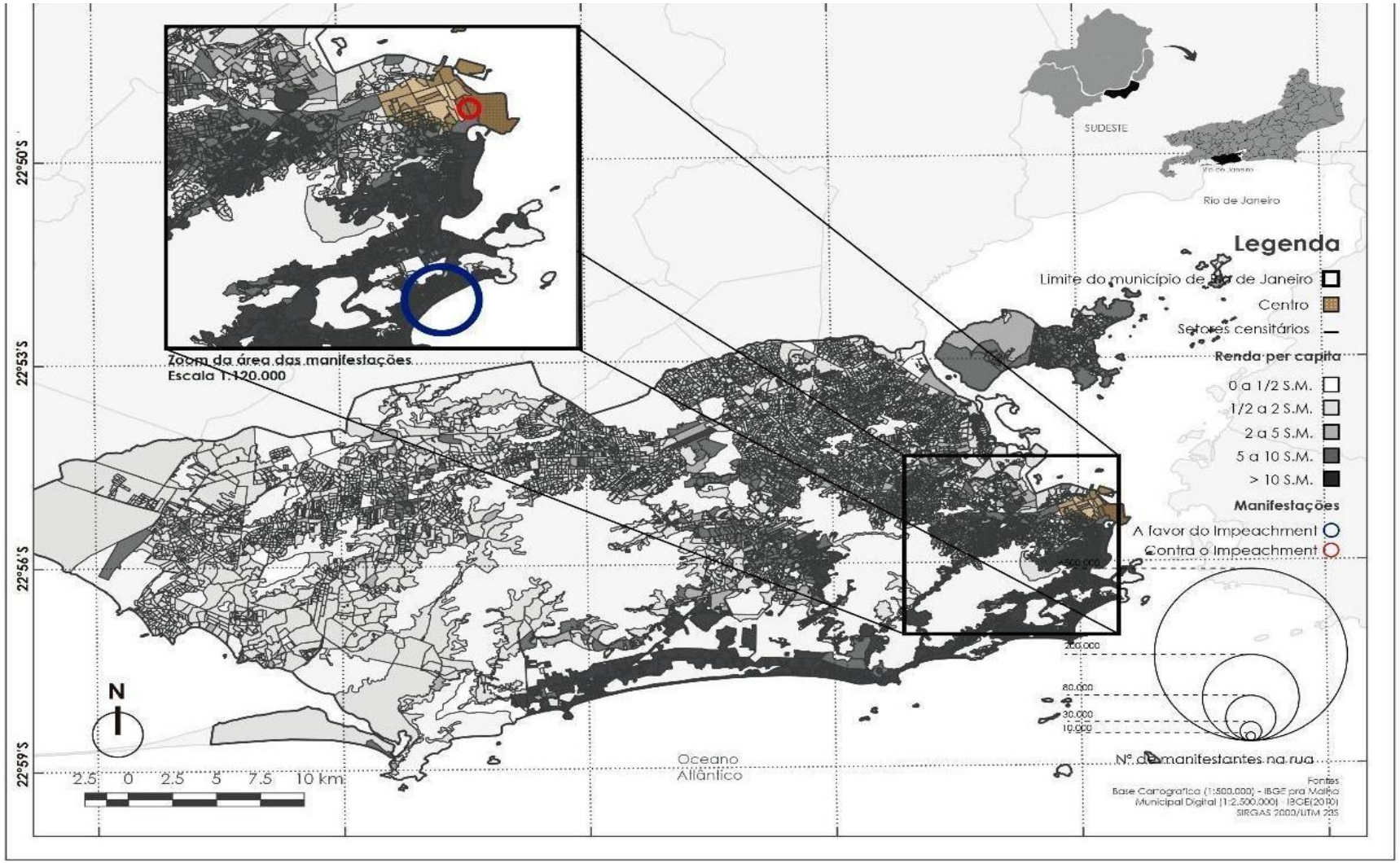
Desde a década de 30, a alta renda encontrou nos bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon um refúgio da tumultuada capital do país. Local de lutas históricas, o centro (Cinelândia, Lapa) foi palco de grandes manifestações. Mas a sua burguesia definiu a orla da zona sul como seu espaço de visibilidade (Mapa de Rendas 23). É nítida a segregação espacial da cidade, e ali se consolidaram as manifestações na Avenida Atlântica contra o governo de Dilma Rousseff, enquanto os grupos a favor de Dilma continuaram a ocupar seu antigo centro. Os Arcos da Lapa ou a Cinelândia continuaram sendo espaço dos movimentos ligados aos direitos humanos, os sindicatos e as bandeiras conectadas às pautas de esquerda (Figura 56).

Figura 79 - Imagem de satélite de Rio e o percurso das manifestações

Fonte – Google Earth

[69] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

Figura 80 - Mapa 23 - Mapa de Renda por bairro de Rio de Janeiro



Fonte: autor

4.1.5 Região Sul

4.1.5.1 Curitiba (Paraná), o epicentro da política

Tabela 26 - Dados demográficos da capital Curitiba

Panorama	escalas	Curitiba
População [2018]	pessoas	1.751.907
Densidade Demográfica [2018]	hab/km²	4.027,04
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	%	97,6
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	nominal	0,823
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	S.M.	4
População Ocupada [2017]	%	53,3
População com rendimento de até 1/2 S.M	%	26,9
PIB per capita [2016]	R$	44.239,20

Fonte: IBGE, 2019

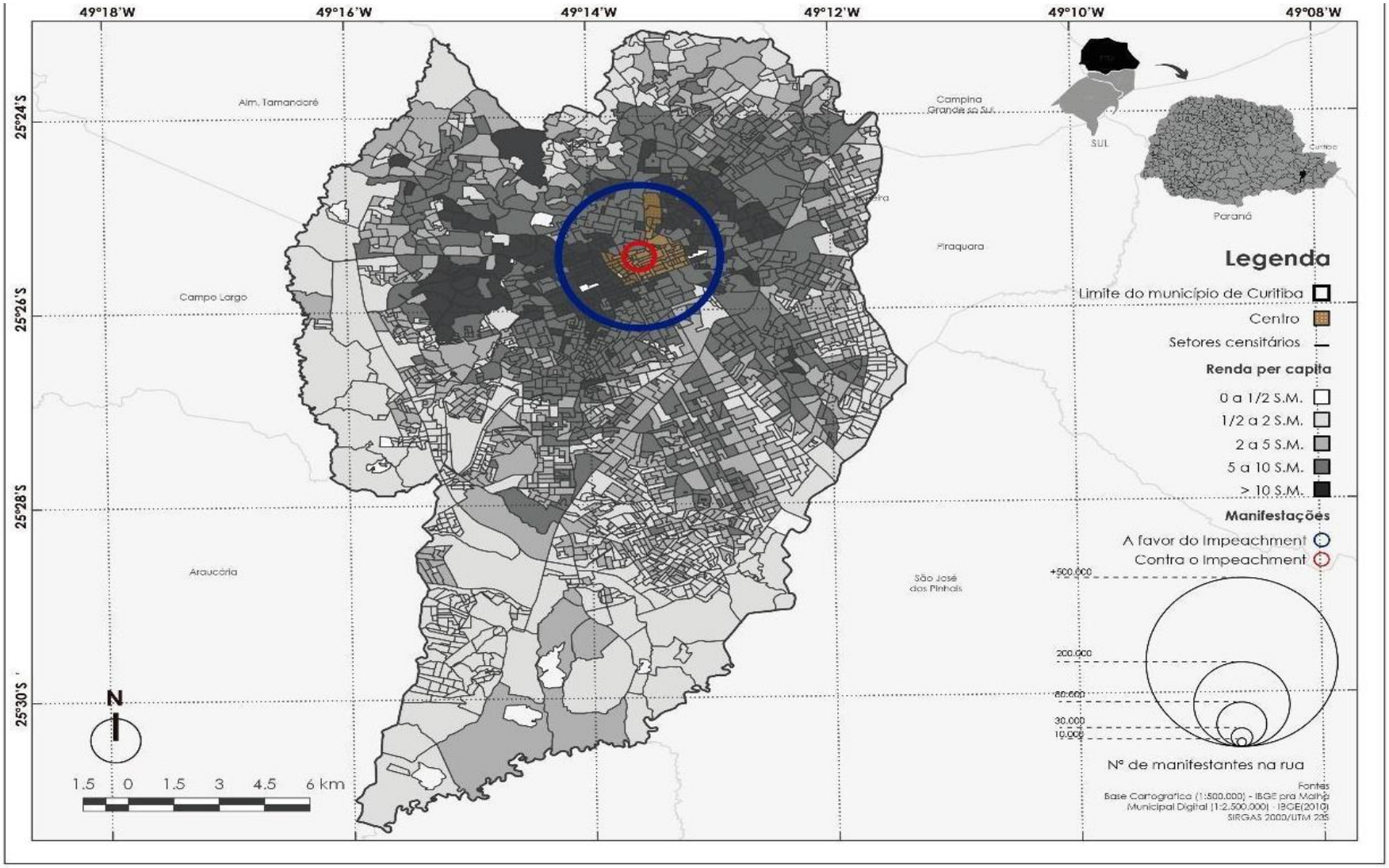
Curitiba, capital do estado do Paraná, localizada a 934 metros de altitude no primeiro planalto paranaense e a mais de 110 quilômetros do Oceano Atlântico, é o município mais populoso da região Sul. A cidade é palco de diversos planos urbanísticos e legislações que visavam controlar seu crescimento, que a levaram a ficar famosa internacionalmente pelas suas inovações urbanísticas e cuidado com o meio ambiente. O município de Curitiba é dividido em um total de 75 bairros.

A cidade conta com elevada posição nos indicadores de educação, a menor taxa de analfabetismo e a melhor qualidade no ensino básico entre as capitais. Ao lado de Brasília, é a cidade com a maior classe média do país. De 2013 a 2016, o prefeito da cidade foi Gustavo Fruet, do PDT.

Em 2017, o salário médio mensal era de 4.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 53.3%. Na comparação com as cidades do país todo, ficava na posição 38 de 5.570. e a quinta cidade entre as capitais (tabela 1). Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 26.9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 5.166 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

Como já visto, Curitiba tem uma singularidade, devido ao crescimento planejado, e o centro da cidade ainda é um espaço valorizado pelos seus habitantes. No seu entorno, bairros de alta renda como Batel, Portão, Rebouças e

Figura 81 - Mapa 24 - Mapa de Renda por bairro de Curitiba



Fonte: autor

Vila Izabel são rapidamente conectados como a boa estrutura viária a partir dos transportes coletivos[70] (Mapa da Rendas 24).

Assim, as manifestações contra e a favor ocuparam os mesmos espaços para se concentrar, mudando os dias e horas para cada grupo. Dois pontos da cidade são ícones dos movimentos sociais. A Praça Santos Andrade que é considerada um ponto tradicional, tendo no seu entorno do Campus Prédio Histórico da UFPR e no lado oposto o Teatro Guaíra e a área conhecida como Boca Maldita, local histórico de manifestações e que congrega uma confraria de artistas, profissionais liberais, políticos, e que se destacou em diversos acontecimentos históricos do estado e do país, como por exemplo, a campanha das Diretas Já. A rua Quinze de novembro liga os dois pontos (Figura 57).

Figura 82 - Imagem de satélite de Curitiba e o percurso das manifestações

Fonte – Google Earth

[70] https://www.chavesnamao.com.br/melhores-bairros/pr-curitiba/melhores-bairros-para-se-morar-em-curitiba/

4.1.5.2 Porto Alegre (Rio Grande do Sul), longe da praia, longe do povo

Tabela 27 - Dados demográficos da capital Porto Alegre

Panorama	escalas	Porto Alegre
População [2018]	pessoas	1.409.351
Densidade Demográfica [2018]	hab/km²	2.837,53
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	%	96,6
Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) [2010]	nominal	0,805
Salário médio mensal dos trabalhadores [2017]	S.M.	4,1
População Ocupada [2017]	%	53,5
População com rendimento de até 1/2 S.M	%	25,6
PIB per capita [2016]	R$	49.577,53

Fonte: IBGE, 2019

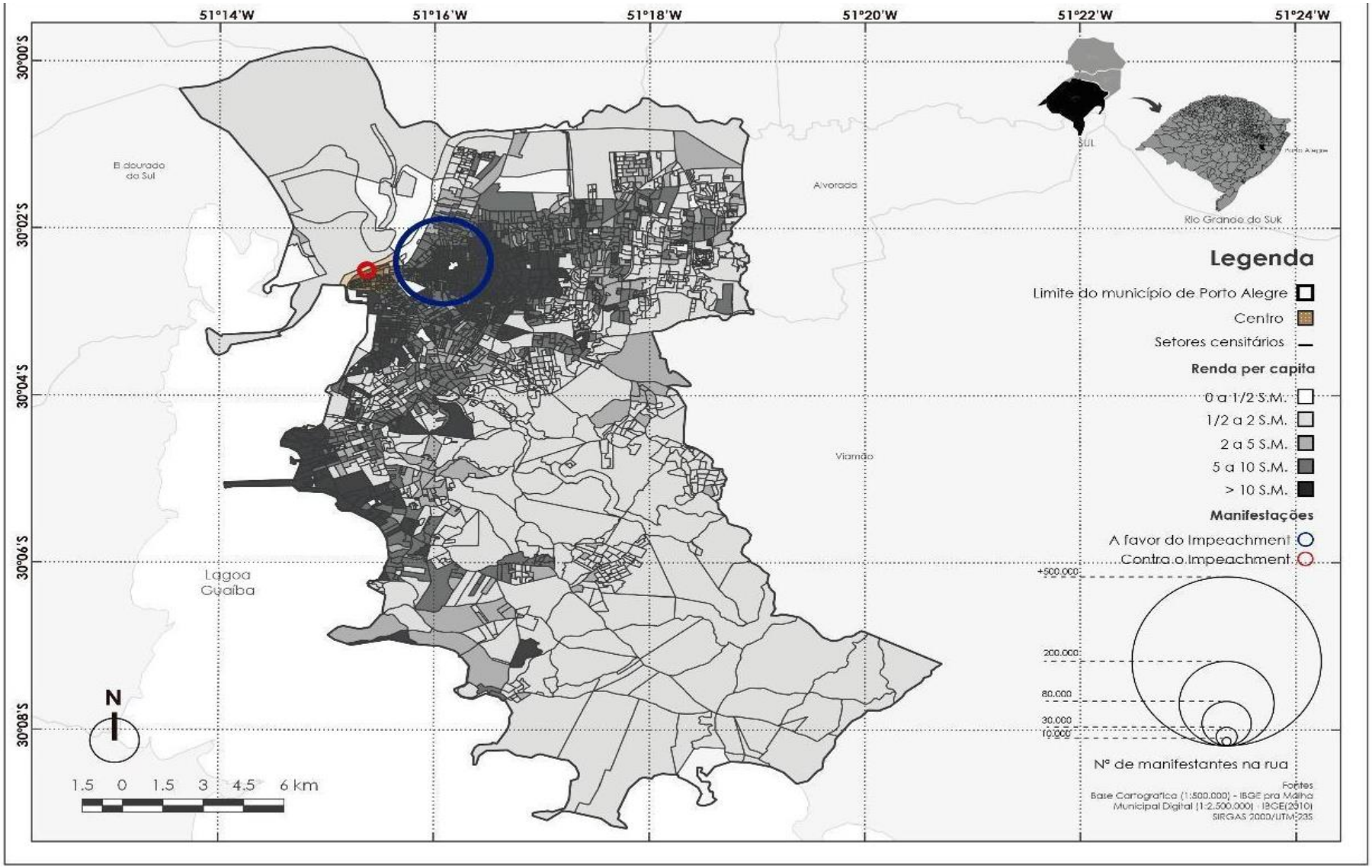
Uma das capitais mais arborizadas do país, Porto Alegre se destaca também na diversidade cultural, além de altos índices de alfabetização da população. Sediou as primeiras edições do Fórum Social Mundial e é reconhecida como um dos polos políticos do país. Entre 2010 a 2017, a cidade foi comandada por José Fortunati (PDT). A cidade tradicionalmente se divide nas manifestações de direita e esquerda.

Em 2017, o salário médio mensal era de 4.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 53.5%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 37 de 5.570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 25.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 5.269 de 5.570 dentre as cidades do Brasil[71].

Entre o cruzamento da Avenida Borges de Medeiros com a Rua da Praia está localizada a Esquina Democrática, que desde o século XIX desempenha uma função social importante na vida da cidade, tendo sido palco de várias manifestações políticas e culturais notáveis. O espaço se firmou no imaginário popular como um território de encontros a partir dos anos 70 e, nos anos 80, recebeu seu nome atual.

[71] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

Figura 83 - Mapa 25 - Mapa de Renda por bairro de Porto Alegre



Fonte: autor

Nos bairros onde o metro quadrado é mais valorizado[72], como Mont'Serrat e Bela Vista, encontra-se o Parque Moinhos de Vento, região arborizada, popularmente conhecido como Parcão (Mapa de Rendas 25). A partir de 2015, o local acabou virando palco de protestos quando cerca de 100 mil pessoas se reuniram no parque durante os protestos contra o governo Dilma Rousseff (Figura 58).

Figura 84 - Imagem de satélite de Porto Alegre e o percurso

Fonte – Google Earth

4.1.5.3 Florianópolis (Santa Catarina), a capital conservadora por natureza

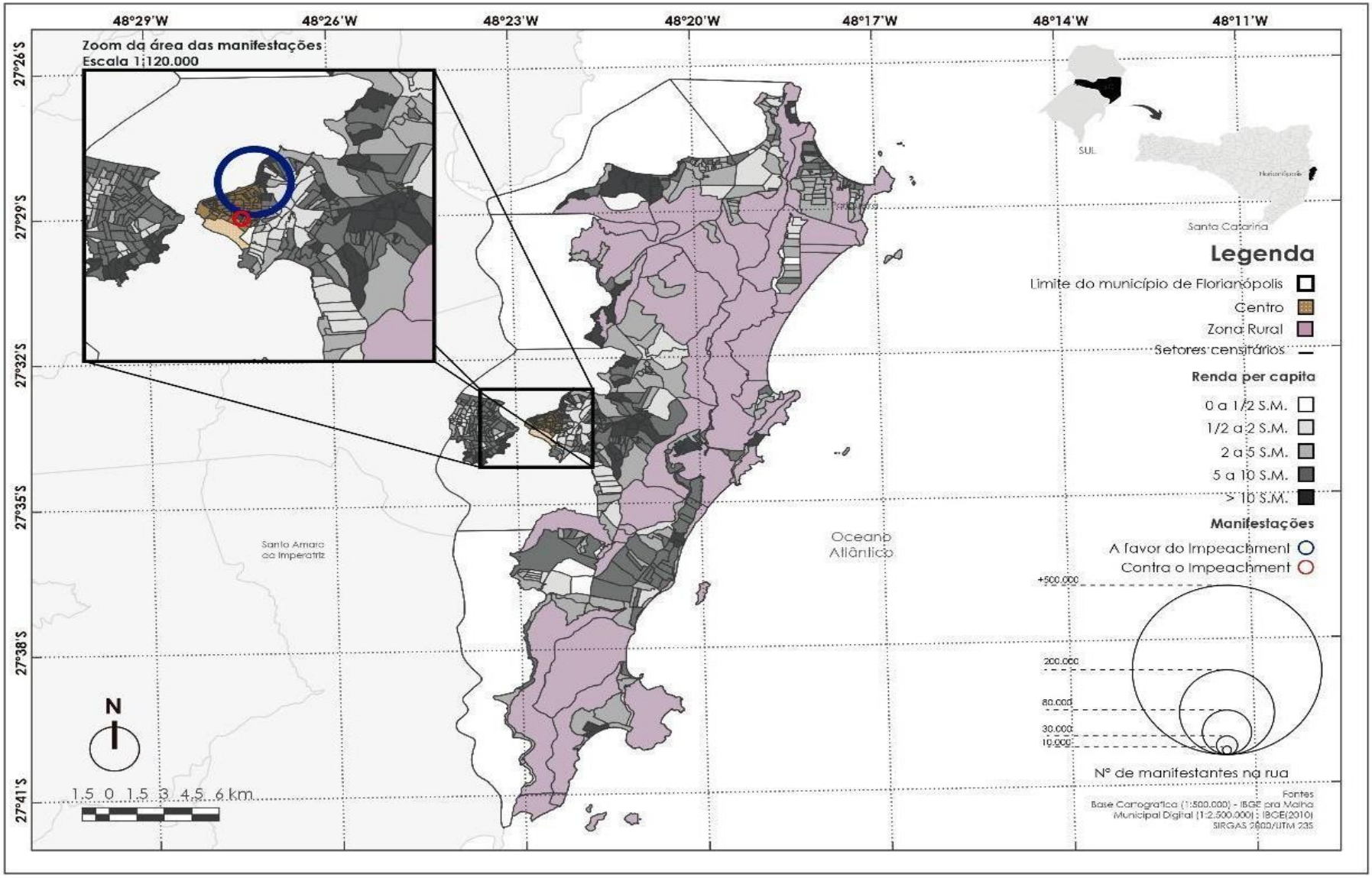
Tabela 28 - Dados demográficos da capital Florianópolis

Panorama	escalas	Florianópolis
População [2018]	pessoas	421.240
Densidade Demográfica [2018]	hab/km²	623,68
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2018]	%	98,4
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	nominal	0,847
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	S.M.	4,8
População Ocupada [2017]	%	64,5
População com rendimento de até 1/2 S.M	%	24,6
PIB per capita [2016]	R$	39.048,21

Fonte: IBGE, 2019

[72] https://revista.zapimoveis.com.br/os-bairros-mais-caros-de-porto-alegre-4597019-sc/

Figura 85 - Mapa 26 - Mapa de Renda por bairro de Florianópolis



Fonte: autor

Florianópolis é uma das três ilhas-capitais do Brasil (as outras são Vitória e São Luís). Localiza-se no leste do estado de Santa Catarina e é banhada pelo Oceano Atlântico. A área total do município, compreendendo a parte continental e a insular, é de 675,410 km².

A cidade tem uma população de 421.240 habitantes, de acordo com estimativas para 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A cidade é conhecida por ter uma elevada qualidade de vida, sendo a capital brasileira com maior pontuação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pelo PNUD, das Nações Unidas, mesmo ocupando apenas a 2ª posição relativa ao PIB das capitais[73]. De 2013 a 2016 o prefeito foi Cesar Souza Jr do PSD.

Em 2017, o salário médio mensal era de 4.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 64.5%. Na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 22 de 5.570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 24.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 5.328 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

Há uma migração recente de pessoas de alto poder aquisitivo para a região, em busca de qualidade de vida, aumentando a renda e gerando empregos na cidade. O Bairro dos Ingleses, que é próximo ao Centro, assim como Coqueiros, localizado na porção continental da cidade, são bairros valorizados da cidade[74] (Mapa de Rendas 26).

Assim, tendo uma importante faixa residencial na orla, as manifestações procuraram ocupar tais espaços e os grupos a favor do *impeachment* percorreram a Avenida Beira-Mar Norte em direção à Polícia Federal. No dia 13/03/2016, os manifestantes, mesmo saindo do centro, terminaram na orla. Já os manifestantes contra o *impeachment* ocuparam o centro histórico, na Catedral Metropolitana, no Terminal de Integração, no Largo da Alfândega e na Praça Tancredo Neves em direção à Assembleia Legislativa (Figura 59).

[73] Tabela 1 – Relação PIB x locais das manifestações

[74] http://divulgacaoimobiliaria.com.br/melhores-bairros-para-morar-em-florianopolis.html

Figura 86 - Imagem de satélite de Florianópolis e seu percurso

Fonte – Google Earth

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quatro questões motivadoras levaram à investigação aqui apresentada: como se deu a estruturação do espaço urbano brasileiro? Como os espaços públicos enquanto espaço de manifestação política foram ocupados pelos novos agentes sociais? Como atuaram esses movimentos nos espaços públicos nas manifestações de 2016 nas capitais do Brasil? Como se deu a participação da mídia na difusão e impulsionamento das manifestações nesse período?

Ao analisar as ocupações dos espaços públicos pelos novos movimentos sociais durante o ano de 2015 e 2016 que precederam a deposição da Presidenta Dilma Rousseff, foi possível identificar porque um lugar e não outro foi escolhido para as manifestações à luz da ideologia do espaço urbano.

Como visto, nos primeiros meses do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff, grupos contra e a favor do governo voltaram às ruas. Os indignados[75], contrários ao governo, se reuniram em cinco datas analisadas (15/03/2015, 12/04/2015, 16/08/2015, 13/12/2015 e 16/03/2016). Já os manifestantes contrários ao *impeachment* foram às ruas também em cinco dias analisados (13/03/2015, 15/04/2015, 20/08/2015, 16/12/2015 e 18/03/2016).

Ainda que sendo observado em reuniões da Frente Brasil Popular (FBP) em que uma parte dos organizadores conclamavam para mudar os locais das manifestações, bem como os dias e horários, parece que a força estruturante do espaço foi mais forte e as manifestações obedeceram as origens confirmadas nesta dissertação, qual seja: grupos contrários ao *impeachment* permaneceram nos centros antigos que se identificavam com o trabalho, o deslocamento do transporte público e o histórico de protestos passados, já os grupos a favor do *impeachment* buscaram os locais que se identificaram com o capital econômico.

Considerando as capitais brasileiras como foco desse estudo, é possível que tal estruturação se perceba também em grande parte da América Latina tanto pela formação histórica como pela divisão geopolítica do capital. No Brasil, historicamente, o crescimento urbano no processo de industrialização tardio na Era Vargas preponderou o crescimento de algumas capitais, como a cidade de São Paulo, que permanece como a principal cidade da América Latina até os dias de

[75] ver tabela 1

hoje. Também, por isso, a capital paulistana destoa dos demais protestos no sentido que ambos os grupos, a favor e contra o *impeachment*, tinham na Avenida Paulista o objetivo a ser alcançado, pois sendo o centro tanto financeiro (Fiesp) como cultural (Masp), essa região serve de passarela privilegiada das manifestações, no final das contas, ganha a opinião pública o grupo que colocar mais manifestantes na avenida.

Os grupos proprietários do capital financeiro ou do capital intelectual, foram ao espaço público em centenas de cidade do Brasil lutar pela sua ideologia. Essa divisão sócio-espacial, derivada da divisão das classes, característica da sociedade brasileira e de uma grande parte dos países subdesenvolvidos, que anteriormente era mais claramente visível nos espaços privados, agora está ocorrendo em espaços públicos, através de manifestações políticas de rua contra ou a favor de um determinado governo.

Assim, mesmo que em regra exista uma nova centralidade econômica e agora política, poucas capitais mantiveram seus antigos centros como espaço de disputa, possivelmente por que ainda não possuem uma classe média alta densa que permita sua expansão para além da área central. Isso é perceptível nas cidades com PIB de menor capacidade de gerar riqueza, conforme Anexo 1: são elas Belém (12º colocação no PIB), Macapá (24º colocação no PIB), Rio Branco (25º colocação no PIB), Boa Vista (26º colocação no PIB) e Palmas (27º colocação no PIB)[76]. Todas essas capitais disputaram o mesmo espaço público tanto para grupos ligados às ideologias de esquerda como de direita. É interessante perceber que nenhuma dessas cidades são localizadas na orla marítima, demonstrando que mesmo tendo uma pequena classe de alta renda, se fossem estabelecidas em cidades com praias, provavelmente existiria um fator determinante para exigir seu espaço segregado, visto que um imóvel localizado à beira-mar recebe de forma mais acintosa as características de monopólio, aumentando o valor de seu metro quadrado e reduzindo o número de consumidores. A cidade de Aracajú, que só está em 22ª colocação no PIB nacional – por ser margeada pelo oceano –, teve um movimento das altas classes de renda direcionada para a região de Atalaia, área

[76] Todos os números apresentados de crescimento econômico dizem respeito às informações retiradas do IBGE do exercício de 2014, por estar mais próximo da realidade de 2015 e 2016 das manifestações, bem se manteve a ordem de classificação de renda das capitais.
https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2014/default_xls.shtm. Consultado em 12 de abril de 2019.

nobre da cidade, onde o custo do metro quadrado mais caro da cidade chega até R$ 2,5 mil[77].

Fato é que, com exceção de Teresina[78], todas as demais capitais do Nordeste se estabeleceram na orla e se deslocaram dos antigos bairros históricos para os novos bairros próximos do oceano e que se identificam com as parcelas de alta renda. No Recife, em Boa Viagem, por exemplo, a elite se deslocou para orla no sentido zona Sul da cidade. Já em João Pessoa, os bairros de Cabo Branco, Manaíra, Tambaú e Bessa possuem um dos metros quadrados mais caros da capital. Em Salvador, os bairros de Ondina e Barra também disputam o metro quadrado mais caro da cidade e se localizam também na Zona Sul. Já Natal, capital do Rio Grande do Norte, tem em toda sua expansão de orla a valorização do monopólio da praia: no Norte o bairro de Pajuçara, ao Sul, Ponta Negra e no Leste, Tirol, que está apenas a 2km da praia de Areia Preta. Em Aracajú, o bairro de Atalaia, já mencionado, também se localiza na Zona Sul e em Maceió, também por toda expansão, a valorização imobiliária levou a classe de alta renda para a orla, na zona central em Pajuçara e, mais ao norte, Ponta Verde e Jatiúca.

Já Curitiba tem uma singularidade: mesmo sendo a quinta cidade mais rica do Brasil, ela teve um processo de planejamento que permitiu desenvolver e aprimorar diversos pontos de infraestrutura, com destaque ao sistema de transporte público. As mudanças realizadas na capital paranaense se tornaram referência de desenvolvimento no Brasil e no mundo. Os bairros de média e alta renda ocuparam o entorno do centro histórico. Não à toa, ainda possui alta valorização da cidade, bairros como Batel e o próprio centro são negociados a R$ 9,5 mil o metro quadrado[79], e por ali circulam profissionais liberais, empresários, agentes públicos e estudantes em convívio mais similar às capitais europeias que as próprias cidades latinas.

Assim, esse trabalho também pretende demonstrar que existe um processo em curso de deslocamento das classes mais altas em detrimento das posições centrais da cidade, ou seja, há uma contínua tendência, nos últimos 100 anos nas cidades brasileiras, das moradias de alta renda se distanciarem dos centros

[77] https://www.destaquenoticias.com.br/solo-urbano-de-aracaju-cada-vez-mais-caro/
[78] Localiza-se a 343 km do litoral, sendo, portanto, a única capital da Região Nordeste que não se localiza às margens do Oceano Atlântico. https://pt.wikipedia.org/wiki/Teresina
[79] https://www.chavesnamao.com.br/melhores-bairros/curitiba/bairros-com-o-m2-mais-caros-de-curitiba/

históricos e se erguerem nos sub-centros ou da expansão dos centros tradicionais para o novo deslocamento das decisões econômicas e políticas da cidade que se constituíram para o século XXI.

Para além da disputa pela narrativa no espaço público, as manifestações contra e a favor do *impeachment* estabeleceu distinções claras dos grupos presentes, ora pela renda, mas também pelo *habitus* presente na formação do povo brasileiro, destacando-se, por exemplo, a cor de pele, orientação sexual, profissão, status, origem social.

As manifestações de março de 2015 deslocaram as concentrações para locais e os bairros de classe média alta: Avenida Paulista e seu entorno em São Paulo, Copacabana no Rio de Janeiro, Moinhos de Ventos em Porto Alegre, para citar apenas alguns exemplos em grandes capitais. Esse deslocamento não é um detalhe, espelha o tipo de pessoa que era esperado nas manifestações. O deslocamento no domingo (dia das manifestações) dos moradores da periferia para os locais onde as manifestações ocorreriam seria de grande dificuldade. Isso não implica dizer que havia a intenção de não ter setores populares nas manifestações, mas sim de que não era para esses setores que estavam sendo dirigidas as convocações. Em 2013, as manifestações nessas três cidades ocorreram nos centros velhos e o deslocamento geográfico seguiu o deslocamento discursivo.

Por trás da discussão política sob a bandeira do combate à corrupção, estava uma onda conservadora: nostalgia da ditadura militar, heroísmo das forças armadas, valores cristãos e realinhamento ideológico à política americana e israelense que posteriormente iria polarizar a sociedade brasileira.

Ao verificar cada capital brasileira e traçar os pontos em comum, parte-se de uma regra geral: as cidades brasileiras geraram novos centros econômicos decorrentes da ampliação da renda e segregação do espaço. As manifestações a favor do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff demonstraram que também esse novo centro econômico passou a ser o novo centro político, e geram também diversas consequências:

1. A tendência é de afastamento do centro antigo para um novo centro constituído pela classe econômica com alto poder aquisitivo e as cidades que ainda não o fizeram são as com menor PIB levando a supor a falta de força

ainda dessa classe ascendente e que no futuro irá gerar seu novo espaço de manifestação caso amplie o seu grupo de alta renda;

2. Todas as capitais localizadas na orla possuem maior divisão de classe no espaço, e mesmo que possuam uma pequena elite econômica, o espaço próximo ao oceano gera maior monopólio do espaço e consequentemente maior segregação;

3. Já existe um movimento brasileiro de realinhamento dos órgãos públicos de alto escalão como os tribunais federais e eleitorais, tribunais de conta, bem como as sedes das empresas para o novo centro, ou seja, para próximo da orla. As manifestações a favor do *impeachment* não apenas ecoaram para próximo de suas residências, mas também para próximo dos espaços de poder;

4. A mídia ao longo da história repete o método de utilizar a informação como arma contra o adversário, amplificando ou ressecando a notícia. Uma das ferramentas da imprensa nesse processo foi reforçar a quantidade de manifestantes e cidades para demonstrar para todos que toda a opinião pública estava a favor do *impeachment* da Presidenta Dilma. Ficou claro nesta análise como os jornais inflaram a quantidade de pessoas nas ruas até conseguir bater o número de um milhão de manifestantes na Avenida Paulista no dia 15/03/2015. Sempre se utilizando de estimativas de ora da Polícia Militar, ora declarações dos próprios organizadores, era evidente como as coberturas da mídia estufaram o inconsciente coletivo para tomar as ruas e exigir o fim do governo Dilma;

5. Seria por isso, uma das sugestões desta dissertação, além de ter mapeado os locais de manifestações, elaborar uma ferramenta estatística que se aproxime mais da realidade relativa à quantidade de pessoas nas manifestações e que tire dos meios de comunicação a constatação do número aproximado de manifestantes;

6. O limite desta dissertação deixou de constatar pontos relevantes que podem ser aprofundados em momento posterior: a necessária continuação dos estudos da análise do discurso tanto dos meios de comunicação como dos manifestantes como a descrição pormenorizada dos fatos jornalísticos; acrescido de entrevistas como grupos e indivíduos que participaram dos protestos, além de uma descrição analítica de cada território analisado e suas implicações no aprofundamento das relações de segregação e divisão espacial dos territórios estudados.

Tabela 29 - Apêndice - Relação do PIB versus locais das manifestações

ESTADO	MUNICÍPIO	CENTRO VELHO	NOVO CENTRO	A FAVOR DILMA	CONTRA DILMA	PIB
SÃO PAULO	São Paulo	Centro de SP: Bela Vista, Sé, Ipiranga	Centro Expandido: Aveida Paulista/Faria Lima	Centro e Centro Expandido	Centro Expandido: Aveida Paulista/Faria Lima	R$ 628.064.882,00
RIO DE JANEIRO	Rio de Janeiro	Centro	Orla: Zona Sul	Centro Histórico	Orla: Zona Sul	R$ 299.849.795,00
DISTRITO FEDERAL	Brasília	Conic: Rodoviária	Praça dos Três Poderes	Conic: Rodoviária	Praça dos Três Poderes	R$ 197.432.059,00
MINAS GERAIS	Belo Horizonte	Centro	Savassi	Centro	Savassi	R$ 87.656.760,00
PARANÁ	Curitiba	Centro	Batel, Bigorrilho	Centro	Centro	R$ 78.892.229,00
AMAZONAS	Manaus	Centro	Ponta Negra	Centro	Centro / Ponta Negra	R$ 67.572.523,00
RIO GRANDE DO SUL	Porto Alegre	Centro	Moinhos de Vento	Centro	Moinhos de Vento	R$ 63.990.644,00
CEARÁ	Fortaleza	Centro	Orla: Iracema / Aldeota	Centro	Orla: Iracema / Aldeota	R$ 56.728.828,00
BAHIA	Salvador	Centro	Orla: Barra / Ondina	Centro	Orla: Barra / Ondina	R$ 56.624.041,00
PERNAMBUCO	Recife	Centro	Orla: Boa Viagem	Centro	Orla: Boa Viagem	R$ 50.688.395,00
GOIÁS	Goiânia	Setor Central	Setor Bueno / Setor Bela Vista	Setor Central	Setor Central / Setor Bueno / Setor Bela Vista	R$ 46.094.735,00
PARÁ	Belém	Centro	Centro	Centro	Centro	R$ 28.706.165,00
MARANHÃO	São Luís	Centro	Jardim Renascença / Ponta do Farol	Centro	Jardim Renascença / Ponta do Farol	R$ 26.326.087,00
MATO GROSSO DO SUL	Campo Grande	Centro	Centro / Jardim dos Estados	Centro	Centro / Jardim dos Estados	R$ 23.902.135,00
ESPÍRITO SANTO	Vitória	Centro	Orla: Enseada do Suá / Praia do Canto	Centro	Orla: Enseada do Suá / Praia do Canto	R$ 23.370.919,00
MATO GROSSO	Cuiabá	Centro	Centro	Centro	Centro	R$ 20.525.597,00
RIO GRANDE DO NORTE	Natal	Centro	Orla: Tirol	Centro	Orla: Tirol	R$ 19.076.030,00
ALAGOAS	Maceió	Centro	Orla: Ponta Verde / Jatiúca	Centro	Orla: Ponta Verde / Jatiúca	R$ 18.302.279,00
PIAUÍ	Teresina	Centro	Joquéi / Fátima	Centro	Joquéi / Fátima	R$ 17.762.266,00
PARAIBA	João Pessoa	Centro	Orla: Cabo Branco	Centro	Orla: Cabo Branco	R$ 17.462.539,00
SANTA CATARINA	Florianópolis	Centro	Orla: Avenida Beira Mar Norte / Agrônomica	Centro	Orla: Avenida Beira Mar Norte	R$ 17.328.527,00
SEGIPE	Aracaju	Centro	Orla: Atalaia	Centro	Orla: Atalaia	R$ 14.893.787,00
RONDÔNIA	Porto Velho	Centro	Caiari / Olaria / Arigolândia	Centro	Centro / Costa e Silva	R$ 12.609.918,00
AMAPÁ	Macapá	Centro	Centro	Centro	Centro	R$ 8.901.882,00
ACRE	Rio Branco	Centro	Centro	Centro	Centro	R$ 8.192.366,00
RORAIMA	Boa Vista	Centro	Centro / Mecejana / São Pedro	Centro	Centro	R$ 7.339.681,00
TOCANTINS	Palmas	Centro	Setor Sul	Centro	Setor Sul	R$ 6.544.297,00

Tabela 30 - Apêndice - Manifestações (13/03/2015 e 15/03/2015)

MANIFESTAÇÕES			CONTRA O IMPEACHMENT		A FAVOR DO IMPEACHMENT	
	ESTADO	MUNICÍPIO	13/03/2015		15/03/2015	
1	ACRE	Rio Branco	Centro da Cidade. Palácio Rio Branco, passeata até a sede da Prefeitura.	não informado	Centro da Cidade. Palácio Rio Branco, passeata até a sede da Prefeitura.	5.000
2	ALAGOAS	Maceió	Centro da Cidade. Praça Sinimbu, passeata até a Assembleia Legislativa, na Praça Dom Pedro II.	1.000	Orla da Jatiúca, na Praça Vera Arruda, no Stella Maris.	10.000
3	AMAPÁ	Macapá	Centro da Cidade, Paraça da Bandeira.	60	Centro da Cidade. Avenida FAB até a Orla.	1.500
4	AMAZONAS	Manaus	Centro da Cidade. Praça Heliodoro Balbi	1.000	Centro da Cidade. Praça do Congresso até Rua Pará, na Zona Centro-Sul.	13.000
5	BAHIA	Salvador	Eem frente à Petrobras, no bairro do Itaigara, em Salvador	2.000	Farol da Barra até a altura do Barra Center, na Av. Oceânica.	11.000
6	CEARÁ	Fortaleza	Praça da Imprensa, no Bairro Aldeota até a Assembleia Legislativa	500	Praça Portugal, no Bairro Aldeota, na Zona Norte de Fortaleza, seguiram pela Avenida Beira Mar.	20.000
7	DISTRITO FEDERAL	Brasília	Próximo ao Conic, prédio próximo à rodoviária. Manifestação na rodoviária do Plano Piloto	600	Museu Nacional e depois Esplanada dos Ministérios em direção ao Congresso Nacional.	45.000
8	ESPÍRITO SANTO	Vitória	Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) até a Reta da Penha.	300	Reta da Penha, uma das vias mais importantes da capital.	100.000
9	GOIÁS	Goiânia	Praça Cívica, no Centro	100	Praça Tamandaré em direção à avenida República do Líbano e 85.	60.000
10	MARANHÃO	São Luís	Praça Deodoro, Centro	200	A manifestação na Avenida Litorânea, orla marítima.	3.000
11	MATO GROSSO	Cuiabá	Praça da República, Centro	350	Praça Alencastro até a Avenida Getúlio Vargas e foram até a Praça 8 de Abril, no Bairro Popular.	20.000
12	MATO GROSSO DO SUL	Campo Grande	Praça do Rádio Clube, centro	1.800	O grupo fez passeata pela avenida Afonso Pena até o Parque das Nações Indígenas.	32.000
13	MINAS GERAIS	Belo Horizonte	Centro da Cidade, Assembleia Legislativa.	1.200	Centro da Cidade. Praça da Liberdade em direção à Praça Savassi.	25.000
14	PARÁ	Belém	Praça da República	1.000	Estação das Docas e da Praça da República, percorreram a Avenida Nazaré, depois seguiram pela Avenida Visconde de Souza Franco até o Theatro da Paz.	45.000
15	PARAIBA	João Pessoa	Em frente ao Cassino da Lagoa	3.000	Busto de Tamandaré, entre as praias de Tambaú e Cabo Branco.	2.500
16	PARANÁ	Curitiba	Centro da Cidade. Praça Santos Andrade até a Boca Maldita.	1.000	Centro da Cidade. Praça Santos Andrade até a Boca Maldita.	80.000
17	PERNAMBUCO	Recife	Parque 13 de Maio. Rua do Hospício até a Av. Conde da Boa Vista.	1.500	Em Boa Viagem, a concentração teve início na Padaria Boa Viagem que chegou ao Segundo Jardim.	15.000
18	PIAUÍ	Teresina	Praça da Liberdade	200	Concentração na Avenida Marechal Castelo Branco, em frente à Assembleia Legislativa.	4.000
19	RIO DE JANEIRO	Rio de Janeiro	Cinelândia	1.500	orla de Copacabana, Avenida Atlântica foram fechadas.	100.000
20	RIO GRANDE DO NORTE	Natal	Catedral	1.500	Av. Roberto Freire	12.000
21	RIO GRANDE DO SUL	Porto Alegre	não teve na capital	-	Parque Moinhos de Vento (Parcão)	100.000
22	RONDÔNIA	Porto Velho	Praça da Estrada de Ferro	-	Praça das Três Caixas D'Áágua e seguiu até a Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM)	15.000
23	RORAIMA	Boa Vista	Centro Cívico, centro.	-	Assembleia Legislativa do Estado e percorreram a avenida que contorna o Centro Cívico.	2.500
24	SANTA CATARINA	Florianópolis	Catedral Metropolitana, no Centro.	300	Avenida Beira-Mar Norte em direção à Polícia Federal	30.000
25	SÃO PAULO	São Paulo	No MASP, Avenida Paulista seguiram até a Praça da República, no Centro.	12.000	Avenida Paulista	1.000.000
26	SEGIPE	Aracaju	Praça Carmerino	700	Arcos da Orla da Atalaia e caminharam no sentido a Passarela do Caranguejo.	900
27	TOCANTINS	Palmas	Avenida Tocantins, em Taquaralto até a Praça da Igreja São Jose.	500	Praça dos Girassóis, região central da capital.	10.000
Total			Total	32.310	Total	1.762.400

Tabela 31 = Apêndice - Manifestações (15/04/2015 e 12/04/2015)

MANIFESTAÇÕES			CONTRA O IMPEACHMENT		A FAVOR DO IMPEACHMENT	
	ESTADO	MUNICÍPIO	15/04/2015		12/04/2015	
1	ACRE	Rio Branco	Arena da Floresta	60	Centro da Cidade. Palácio Rio Branco, passeata até a sede da Prefeitura.	250
2	ALAGOAS	Maceió	Concentração Casa da Indústria, Avenida Fernandes Lima,, no bairro do Farol.	1.000	Orla da Jatiúca, na Praça Vera Arruda, no Stella Maris.	6.000
3	AMAPÁ	Macapá	Centro da Cidade, Paraça da Bandeira.	100	não informado	0
4	AMAZONAS	Manaus	Avenida dos Oitis (Estrada da Refinaria, no Distrito Industrial 1)	2.000	Centro da Cidade. Praça do Congresso até Rua Pará, na Zona Centro-Sul.	900
5	BAHIA	Salvador	Campo Grande caminhada até a Praça Municipal	3.000	mesmo local	4.000
6	CEARÁ	Fortaleza	Praça da Bandeira e terminou na Praça do Ferreira,	270	mesmo local	5.000
7	DISTRITO FEDERAL	Brasília	Rodoviária	200	mesmo local	25.000
8	ESPÍRITO SANTO	Vitória	Passeata na frente da sede da Federação da Indústria do Espírito Santo (Findes)	150		30.000
9	GOIÁS	Goiânia	Praça da Bandeira. caminhada pela Avenida Anhanguera até o Palácio da Indústria e depois Palácio Pedro Ludovico Teixeira, a sede do Governo .	1.200	mesmo local	2.500
10	MARANHÃO	São Luís	Em frente à Universidade Federal do Maranhão, na Avenida dos Portugueses.	120		3.500
11	MATO GROSSO	Cuiabá	não localizado	0	Praça Ipiranga	500
12	MATO GROSSO DO SUL	Campo Grande	não localizado	0	Praça do Rádio Clube	500
13	MINAS GERAIS	Belo Horizonte	centro da Cidade, Praça Afonso Arinos em direção à Praça Sete.	700	Centro da Cidade. Praça da Liberdade em direção à Praça Savassi.	6.000
14	PARÁ	Belém	Praça do Operário e seguiu pela avenida Magalhães Barata até o Centro Integrado de Governo.	70	mesmo local	5.000
15	PARAIBA	João Pessoa	Parque Solon de Lucena	400	mesmo local	
16	PARANÁ	Curitiba	Centro da Cidade. Praça Santos Andrade	100	mesmo local	40.000
17	PERNAMBUCO	Recife	Começou em frente à Fiepe, na Avenida Cruz Cabugá, em Santo Amaro, depois Rua do Hospício, Avenida Conde da Boa Vista e Rua da Aurora. ato terminou no Palácio do Campo das Princesas. Segundo a CUT 12 mil.	12.000	mesmo local	15.000
18	PIAUÍ	Teresina	Avenida Frei Serafim	400	mesmo local	300
19	RIO DE JANEIRO	Rio de Janeiro	mesmo local	200	mesmo local	10.000
20	RIO GRANDE DO NORTE	Natal	Avenida Senador Salgado Filho, na zona Sul.	2.400	Cruzamento das avenidas Senador Salgado Filho e Bernardo Vieira, no Tirol, zona Sul.	5.000
21	RIO GRANDE DO SUL	Porto Alegre	Praça da Alfândega, no Centro	620	Parque Moinhos de Vento (Parcão)	35.000
22	RONDÔNIA	Porto Velho	avenida Carlos Gomes, em frente à Prefeitura.	200	Praça das Três Caixas D'Água e seguiu até a Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM)	1.200
23	RORAIMA	Boa Vista	não localizado	0	não localizado	0
24	SANTA CATARINA	Florianópolis	Terminal de Integração do Centro (Ticen) e Catedral Metropolitana.	2.000	Avenida Beira-Mar Norte em direção à Polícia Federal	25.000
25	SÃO PAULO	São Paulo	Rodovia Anchieta, Rodovia Anhanguera e Avenida Paulista na altura da Fiesp	5.000	Avenida Paulista	275.000
26	SEGIPE	Aracaju	Parque Augusto Franco. Palácio dos Despachos	8.000	Mirante localizado na Avenida Beira Mar, na Zona Sul até até o Parque Augusto Franco	450
27	TOCANTINS	Palmas	não localizado	0	mesmo local	350
Total			Total	40.190	Total	496.450

Tabela 32 - Apêndice - Manifestações (20/08/2015 e 16/08/2015)

MANIFESTAÇÕES			CONTRA O IMPEACHMENT		A FAVOR DO IMPEACHMENT	
	ESTADO	MUNICÍPIO	20/08/2015		16/08/2015	
1	ACRE	Rio Branco	sem registro	0	Centro da Cidade. Palácio Rio Branco, passeata até a sede da Prefeitura.	1.500
2	ALAGOAS	Maceió	Praça Sinimbu, no centro da capital.	500	Avenida Álvaro Otacílio, na orla de Jatiúca	12.000
3	AMAPÁ	Macapá	Centro da Cidade, Paraça da Bandeira.	200	Centro da Cidade, Praça da Bandeira.	150
4	AMAZONAS	Manaus	Centro da Cidade. Largo São Sebastião, Avenidas 10 Julho, Getúlio Vargas, 7 de Setembro e Av. Eduardo Ribeiro.	4.000	Centro da Cidade. Praça do Congresso até Av. Djalma Batista.	7.000
5	BAHIA	Salvador	praças do Campo Grande e da Piedade até a Praça Castro Alves,	8.000	Porto até o Farol da Barra	5.000
6	CEARÁ	Fortaleza	Praça da Bandeira e terminou na Praça do Ferreira,	2.500	Praça Portugal, no Bairro Aldeota, zona norte de Fortaleza, até a Praia de Iracema.	15.000
7	DISTRITO FEDERAL	Brasília	Próximo ao Conic, prédio próximo à rodoviária. Manifestação na rodoviária do Plano Piloto	500	Museu da República em direção ao Congresso	25.000
8	ESPÍRITO SANTO	Vitória	Praça Costa Pereira, no Centro	150	Praça do Papa	40.000
9	GOIÁS	Goiânia	Avenida Goiás rumo à Praça Cívica	300	Praça Tamandaré, no Setor Oeste, em direção à sede da Polícia Federal, no Setor Bela Vista,	10.000
10	MARANHÃO	São Luís	Praça João Lisboa, Rua Grande e Praça Deodoro	400	Avenida Litorânea	2.500
11	MATO GROSSO	Cuiabá	Praça Ipiranga, Avenida Tenente Coronel Duarte (Avenida da Prainha), para depois passarem pela Avenida Getúlio Vargas	350	Praça Alencastro em direção à Praça Oito de Abril.	14.000
12	MATO GROSSO DO SUL	Campo Grande	Rádio Clube, nas ruas Barão do Rio Branco e 14 de Julho	600	Praça do Rádio Clube	3.000
13	MINAS GERAIS	Belo Horizonte	Praça Afonso Arinos sentido centro, em direção à Praça Sete.	6.000	Centro da Cidade, Praça da Liberdade	6.000
14	PARÁ	Belém	avenidas 14 de março, Bernaldo Couto, Nazaré e Magalhães Barata, onde se reuniram em frente à caixa d'água da Cosanpa no bairro de São Braz	400	escadinha da Estação das Docas, percorreram as avenidas Presidente Vargas, Nazaré, Quintino Bocaiúva e Visconde de Souza Franco	5.000
15	PARAIBA	João Pessoa		2.000	Avenida Epitácio Pessoa até o Busto de Tamandaré	2.500
16	PARANÁ	Curitiba	Centro da Cidade. Praça Santos Andrade	600	Centro da Cidade. Praça Santos Andrade até a Boca Maldita.	60.000
17	PERNAMBUCO	Recife	Praça do Derby, passaram pela avenidas Conde da Boa Vista e Guararapes e encerraram a passeata na Praça da Independência	5.000	Avenida Boa Viagem.	50.000
18	PIAUÍ	Teresina	Praça Pedro II e os manifestantes seguiram a pé até a Avenida Frei Serafim	1.000	Avenida Marechal Castelo Branco,	800
19	RIO DE JANEIRO	Rio de Janeiro	Caminhada da Candelária até a Cinelândia	25.000	Avenida Atlântica	300.000
20	RIO GRANDE DO NORTE	Natal	Avenida Senador Salgado Filho, na zona Sul.	500	em frente ao shopping Midway Mall, no Tirol, bairro da Zona Leste	5.000
21	RIO GRANDE DO SUL	Porto Alegre	Paróquia da Pompéia, terminou na Esquina Democrática.	1.200	Parque Moinhos de Vento (Parcão)	30.000
22	RONDÔNIA	Porto Velho	Praça da Estrada de Ferro	100	Praça das Três Caixas D'Água e seguiu até a Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM)	500
23	RORAIMA	Boa Vista	Centro Cívico, centro.	1.200	Centro Cívico até a Assembléia.	500
24	SANTA CATARINA	Florianópolis	Largo da Alfândega	1.000	Avenida Beira-Mar Norte em direção à Polícia Federal	26.000
25	SÃO PAULO	São Paulo	Largo da Batata até a avenida Paulista	40.000	Avenida Paulista	350.000
26	SEGIPE	Aracaju	Praça General Valadão até a Praça Fausto Cardoso	500	Avenida Beira Mar	3.000
27	TOCANTINS	Palmas	praça ao lado da estação Xerente, também no Aureny III.	200	Praça dos Girassóis	600
Total			Total	102.200	Total	975.050

Tabela 33 - Apêndice - Manifestações (16/12/2015 e 13/12/2015)

MANIFESTAÇÕES			CONTRA O IMPEACHMENT		A FAVOR DO IMPEACHMENT	
	ESTADO	MUNICÍPIO	16/12/2015		13/12/2015	
1	ACRE	Rio Branco	Centro da Cidade. Palácio Rio Branco.	5.000	Centro da cidade. Palácio Rio Branco	500
2	ALAGOAS	Maceió	Praça do Centenário, no bairro do Farol, até o centro da cidade, na Praça dos Martírios.	5.000	Orla, praça 7 Coqueiros	1.500
3	AMAPÁ	Macapá	Centro da Cidade, Paraça da Bandeira.	1.000	não localizado	0
4	AMAZONAS	Manaus	Centro da Cidade. Avenida Getúlio Vargas até Avenida Eduardo Ribeiro.	1.000	Centro da Cidade. Praça do Congresso até Av. Djalma Batista.	750
5	BAHIA	Salvador	praças do Campo Grande e da Piedade até a Praça Castro Alves,	10.000	Farol da Barra	500
6	CEARÁ	Fortaleza	Praça da Bandeira e terminou na Praça do Ferreira,	15.000	Praça Portugal, no Bairro Aldeota	5.000
7	DISTRITO FEDERAL	Brasília	Estádio Mané Garrinha, Eixo Monumental, em direção a Praça dos Três Poderes.	3.000	Museu Nacional e depois Esplanada dos Ministérios em direção ao Congresso Nacional.	6.000
8	ESPÍRITO SANTO	Vitória	Praça Oito, Avenida Jerônimo Monteiro até a frente do Palácio Anchieta.	200	Praça do Papa	600
9	GOIÁS	Goiânia	Avenida Goiás rumo à Praça Cívica	150	Praça Tamandaré, no Setor Oeste, em direção à sede da Polícia Federal, no Setor Bela Vista.	4.000
10	MARANHÃO	São Luís	Rua Grande, Rua do Passeio e Praça Deodoro	400	Avenida dos Holandeses até a Praça do Sol	500
11	MATO GROSSO	Cuiabá	Praça Ipiranga, centro	400	Praça Alencastro em direção à Praça Oito de Abril.	2.500
12	MATO GROSSO DO SUL	Campo Grande	praça Ary Coelho, rua 14 de Julho, entre a avenida Afonso Pena e a rua Antônio Maria Coelho	250	Obelisco, avenida Afonso Pena	1.200
13	MINAS GERAIS	Belo Horizonte	Centro da Cidade. Praça Afonso Arinos até a Praça da Estação	5.000	Centro da Cidade, Praça da Liberdade	3.000
14	PARÁ	Belém	Praça da República	1.700	Praça da República até a Praça Batista Campos	1.200
15	PARAIBA	João Pessoa	Praça da Independência.	2.000	Avenida Epitácio Pessoa até o Busto de Tamandaré	200
16	PARANÁ	Curitiba	Praça Santos Andrade em direção à Boca Maldita	500	Centro da Cidade. Praça Santos Andrade até a Boca Maldita.	10.000
17	PERNAMBUCO	Recife	Praça Oswaldo Cruz até a Rua da Aurora	4.000	Avenida Boa Viagem.	1000
18	PIAUÍ	Teresina	não localizado	0	Avenida Raul Lopes	150
19	RIO DE JANEIRO	Rio de Janeiro	Cinelândia	5.000	Avenida Atlântica	60.000
20	RIO GRANDE DO NORTE	Natal	shopping na Zona Leste até as margens da BR-101, próximo ao viaduto de Ponta Negra	8.000	em frente ao shopping Midway Mall, no Tirol, bairro da Zona Leste	2400
21	RIO GRANDE DO SUL	Porto Alegre	Paço Municipal, no Centro	2.000	Parque Farroupilha, na área central de Porto Alegre	1.000
22	RONDÔNIA	Porto Velho	Av. Mamoré com Vieira Caúla, na Praça Valmir Miranda Vitorino, conhecida como Pracinha do Esperança	200	Praça das Três Caixas D'Áágua	50
23	RORAIMA	Boa Vista	Centro Cívico, centro.	100	Centro Cívico até a Assembléia.	60
24	SANTA CATARINA	Florianópolis	Praça Tancredo Neves em direção à Assembleia Legislativa	2.500	Avenida Beira-Mar Norte	1200
25	SÃO PAULO	São Paulo	Praça Tancredo Neves. Na sequência, parte do grupo foi para a porta da Assembleia Legislativa	3.000	Avenida Paulista	30.000
26	SEGIPE	Aracaju	Praça Geral Valadão	1.500	Avenida Beira Mar	200
27	TOCANTINS	Palmas	Avenida Cônego João Lima	400	Praça dos Girassóis	30
Total			Total	77.300	Total	133.540

Tabela 34 - Apêndice - Manifestações (18/03/2016 e 13/03/2016)

MANIFESTAÇÕES			CONTRA O IMPEACHMENT		A FAVOR DO IMPEACHMENT	
	ESTADO	MUNICÍPIO	18/03/2016		13/03/2016	
1	ACRE	Rio Branco	Centro da Cidade. Palácio Rio Branco.	11.000	Centro da cidade. Palácio Rio Branco	2.100
2	ALAGOAS	Maceió	Praça do Centenário, no bairro do Farol, até o centro da cidade, na Praça dos Martírios.	3.000	Praça Vera Arruda, na Jatiúca, orla até a praça no Alagoinha, na Ponta Verde.	25.000
3	AMAPÁ	Macapá	centro da Cidade. Praça Veiga Cabra. Teatro das Bacabeiras	180	Orla, Fortaleza de São José até a OAB	3.000
4	AMAZONAS	Manaus	nõ localizado	0	No anfiteatro da Ponta Negra e no cruzamento das avenidas Constantino Nery e Kako Caminha, bairro São Geraldo Zona Centro-Sul	35.000
5	BAHIA	Salvador	nõ localizado	0		20.000
6	CEARÁ	Fortaleza	nõ localizado	0	Aterro da Praia de Iracema às 17h30 em direção ao Jardim Japonês	40.000
7	DISTRITO FEDERAL	Brasília	nõ localizado	0	Do Museu da República para o Congresso Nacional	100.000
8	ESPÍRITO SANTO	Vitória	nõ localizado	0	Vila Velha em caminhada até a praça do Papa	120.000
9	GOIÁS	Goiânia	nõ localizado	0	Praça Tamandaré, no Setor Oeste até a sede da Polícia Federal, no Setor Bela Vista	60.000
10	MARANHÃO	São Luís	nõ localizado	0	avenida Litorânea	4.000
11	MATO GROSSO	Cuiabá	não localizado	0	Praça Alencastro em direção à Praça Oito de Abril.	32.000
12	MATO GROSSO DO SUL	Campo Grande	Avenida Afonso Pena em frente à Polícia Federal	200	praça do Rádio Clube e na avenida Afonso Pena, região central.	100.000
13	MINAS GERAIS	Belo Horizonte			centro da Cidade. Praça da Liberdade e na Praça da Estação	30.000
14	PARÁ	Belém	Avenida Doca de Souza Franco	400	não localizado	0
15	PARAIBA	João Pessoa	Avenida Epitácio Pessoa com a Marcionila da Conceição	20	Busto de Tamandaré na Avenida Epitácio Pessoa em direção ao Largo da Gameleira, no bairro de Tambaú	2.000
16	PARANÁ	Curitiba	em frente à sede da Justiça Federal	10.000	Centro da Cidade. Praça Santos Andrade até a Boca Maldita.	200.000
17	PERNAMBUCO	Recife	nõ localizado	0	Avenida Boa Viagem.	120.000
18	PIAUÍ	Teresina	nõ localizado	0		
19	RIO DE JANEIRO	Rio de Janeiro	nõ localizado	0	Avenida Atlântica	1.000.000
20	RIO GRANDE DO NORTE	Natal	nõ localizado	0	Praça Cívica, Zona Leste	11.000
21	RIO GRANDE DO SUL	Porto Alegre	nõ localizado	0	Parcão, no bairro Moinhos de Vento	100.000
22	RONDÔNIA	Porto Velho	nõ localizado	0	Espaço Alternativo	10.000
23	RORAIMA	Boa Vista	nõ localizado	0	Centro Cívico	2.000
24	SANTA CATARINA	Florianópolis	nõ localizado	0	Avenida Beira-Mar, após sairem do Centro da cidade	95.000
25	SÃO PAULO	São Paulo	nõ localizado	0	Avenida Paulista	1.400.000
26	SEGIPE	Aracaju	nõ localizado	0	Orla da Praia da Atalaia	8.000
27	TOCANTINS	Palmas	Praça dos Girassóis	800	Praça dos Girassóis	7.000
Total			Total	25.600	Total	3.526.100

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. Mídia e Política. In ALMEIDA, Jorge. **Marketing político, hegemonia e contra-hegemonia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. pp. 26-39.

ANDRADE, FLÁVIO LYRA DE. **Movimentos Sociais, Crise Do Lulismo E Ciclo De Protesto Em Junho De 2013**: repertórios e performances de confronto, crise de participação e emergência de um quadro interpretativo autonomista. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ABRAMO, Pedro. **A regulação Urbana e o Regime Urbano**: a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital. Ensaios FEE, Porto Alegre, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05/10/1988. Disponível em:<https://planalto.gov.br/Constituicao>. Acesso em: 22 jan. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007

_____. **Poder simbólico**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BUCCI, Eugêcio. **A forma bruta dos protestos**: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Ruusseff em 2016. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1995.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2016.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p.271.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. Ed. São Paulo. Brasiliense, 1981.

_____. Prefácio. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DIDI-HUBERMAN, George. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo. Editora 34, 1998.

FAVRE, Pierre. **Manifester en France aujoud'hui**. In: FAVRE, Pierre (Org). **La Manifestation**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no Mundo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

GOHN, M. G. **Os protestos recentes no Brasil: 2013-2015**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 16, p. 125-146, jan./abr. 2016. Disponível em: < https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/1987/1888 >. Acesso em: 15 out. 2019

GOHN, **Maria da Glória. 500 anos de Lutas Sociais no Brasil: Movimentos Sociais, ONGs e Terceiro Setor**. Mediações - Revista de Ciências Sociais, Londrina, PR, volume 5, pp. 11 – 40, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005. Acesso em: 15 out. 2019.

GONÇALVES, Miriam (org.). **Enciclopédia do golpe - vol. 2: O papel da mídia**. Bauru/SP: Canal 6, 2018.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. Cidades rebeldes: **do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOGGART, Richard. **As Utilizações da Cultura:** aspectos da vida da classe trabalhadora. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

KORYBKO, ANDREW. **Guerras híbridas, das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2018.

LÉFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A Revolução Urbana***.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p.89.

_____. **Espaço e Política***.* Trad. Margarida Maria de Andrade; Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MAGALHÃES, Fabiano Rosa de. As Manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política. **Pensamento Plural**. Pelotas, v. 12, pp. 7-35, janeiro/junho de 2013.

MOISÉS, J.A.; MARTINEZ-ALIER, 1985. **Protesto urbano e política**: o quebra-quebra de 1947. In: MOISÉS, J.A. (Org.). **Cidade, povo e poder**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 50-64. Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5.

MORÁN María Luz. **Viejos y nuevos espacios para la ciudadanía**: la manifestación del 15/02/2003 en Madrid. Política y Sociedad, v.42, 2005, pp.95-113. Disponível em: <http://www.ucm.es/BUCM/articulos>. Acesso em: 02 fev. 2008.

NEGRI, Antônio; HARDT, Michael. **Declaração: Isto não é um manifesto**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: N-1 edições, 2014b.

OFFERLÉ, Michel. **Descendre dans la rue: de la**. In: FAVRE, Pierre (org**). La Manifestation.** Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990.

PORCHAMANN, Márcio. **Nova Classe Média**, Editora Boitempo, 2012.

SANTOS, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**, 2. edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 4. edição. São Paulo: Hucitec, 1998.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SINGER, André V. Brasil. **Junho de 2013**: classes e ideologias cruzadas. Novos estudos. Dossiê: Mobilizações, Protestos e Revoluções. nº 97. São Paulo: CEBRAP, 2013.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

_____. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____. **A elite do atraso**: Da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. **A classe média no espelho**: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1998.

_____. **São Paulo**: segregação urbana e desigualdade. Estudos Avançados, 2011. São Paulo: Expressão Popular, 2018.